

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**QUESTÕES RACIAIS NA FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA MUSSUCA: A EXPERIÊNCIA DA PESQUISA
AÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO**

DANIELLE LIMA SILVA

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**QUESTÕES RACIAIS NA FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA MUSSUCA: A EXPERIÊNCIA DA PESQUISA
AÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO DOCENTE**

DANIELLE LIMA SILVA

Texto de Defesa de Mestrado Submetido à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dr^a. Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2016**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S586q Silva, Danielle Lima
Questões raciais na formação dos educadores da Comunidade Quilombola Mussuca : a experiência da pesquisa ação na construção do conhecimento docente / Danielle Lima Silva ; orientadora Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus. – São Cristóvão, SE, 2019.
124 f. : il.

Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Educação – Sergipe. 2. Professores – Formação – Sergipe. 3. Professores – Relações com [classe de pessoas ou grupo étnico]. 4. Quilombolas. I. Jesus, Sônia Meire Santos Azevedo de, orient. II. Título.

CDU 377.8(=1-86)(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO

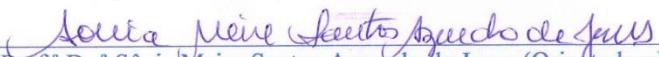


DANIELLE LIMA SILVA

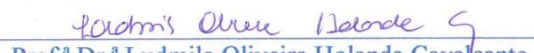
**“QUESTÕES RACIAIS NA FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA MUSSUCA: A EXPERIÊNCIA DA
PESQUISA AÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em: 30. 06. 2016


Prof.ª Dr.ª Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS


Prof.ª Dr.ª Maria Batista Lima
Universidade Federal de Sergipe / UFS


Prof.ª Dr.ª Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante
Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2016

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu avô Norberto (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação resulta da colaboração de muitas pessoas que de forma direta ou indireta estiveram presentes em seu processo e finalização.

Quero agradecer o apoio da minha família nesta caminhada árdua, mas inesquecível pelas experiências alcançadas.

A minha orientadora, Sônia Meire, ambiciosa na sua luta a favor de uma educação de qualidade e acessível a todos/as. Mulher íntegra, que vem conduzindo debates importantes no Estado e fora dele em prol da classe trabalhadora e das comunidades tradicionais do campo. Não é a toa que o lema “Só a Luta Muda a Vida” a representa. Muito agradecida professora pela sua significativa contribuição.

A minha amiga Ildema, companheira de trabalho, de estudo e da vida. Estivemos juntas, antes e durante todo o processo seletivo do mestrado. Uma torcendo pela outra, conseguimos!

Ao grupo de estudos Gem 4, um grupo especial, com uma equipe espetacular que foi também responsável por eu estar aqui, adquirindo o título do curso de mestrado. Com essas pessoas estudei, aprendi, compartilhei, me emocionei e chorei. Obrigada, queridos!

Aos colegas do mestrado, que compartilharam ideias, conhecimentos e companheirismo. Em especial, a Luana Leão Afro, Jéssica Fernanda, Tânia Flores e Vânia D'Arc. Com elas passei dias e noites estudando, conversando, aprendendo, ensinando, festejando, e até assistindo os jogos da Copa do Mundo (2014). Foram dias maravilhosos, meninas. Muito bom estar com vocês, nossa amizade contribuiu imensamente para a derrubada dos obstáculos que enfrentamos nesse percurso.

Agradeço aos companheiros do Núcleo de Pesquisa – NETE. Quero continuar com vocês estudando, pesquisando e buscando, sempre, contribuir por uma educação de qualidade.

Querida Belinha, integrante do núcleo de pesquisa, minha amiga, como foi bom te conhecer. És especial! Obrigada pelo seu apoio neste processo de pesquisa.

Aos colaboradores/as centrais neste estudo: os educadores das escolas da Mussuca, muito obrigada, sem vocês a pesquisa não teria sentido.

Agradeço a Comunidade Quilombola Mussuca, que através de seus representantes contribuíram significativamente na realização desta pesquisa.

Aos professores/as das disciplinas cursadas no mestrado. Aprendemos juntos e estou feliz por isso.

A minha banca examinadora composta pelas professoras doutoras: Ludimila Oliveira Holanda e Cavalcante, Maria Batista Lima e minha orientadora Sônia Meire. Agradecida imensamente pelas contribuições.

É muito maior e mais profunda que a (longa) história do tráfico atlântico de escravos. A história de nossos ancestrais não se inicia e nem se encerra na escravidão. Ela remonta os primeiros passos da humanidade, à criação das primeiras formas gregárias da vida e sua interação com a natureza. Migrações, descobertas, conhecimentos técnicos estiveram presentes nas histórias mais remotas dos grupos humanos que viveram no continente africano (MÔNICA LIMA, 2009, p.158).

RESUMO

A Mussuca é uma povoação quilombola que fica situada no município de Laranjeiras/Sergipe. Um lugar de resistências e contradições. Analisar os elementos que negam ou ampliam o conhecimento dos docentes sobre as questões étnico-raciais, tomando como referência a participação destes no curso de extensão para a formação de professores no quilombo Mussuca, constitui o objetivo central desta pesquisa. A questão basilar foi: Por que os professores que atuam em escolas localizadas em comunidades de quilombos têm apresentado dificuldades constantes em trabalhar na perspectiva da Educação Escolar Quilombola? A nossa hipótese é a de que os fatores culturais, econômicos e políticos resistentes à diversidade étnico-racial, os saberes exclusivamente eurocêntricos inculcados historicamente na vida das pessoas que estão em ambientes educacionais, além da ausência de formação para os trabalhadores da educação com temas ligados aos valores africanos e afro-brasileiros; são causadores da negação de um currículo que respeite e trabalhe as diferenças no corpo da instituição escolar. A análise do estudo se aproxima da linha do materialismo histórico dialético, visto que o seu desenvolvimento partiu da realidade material existente na comunidade e suas contradições. Utilizamos como arcabouço teórico a referência bibliográfica, artigos científicos, dissertações e teses. A pesquisa é de abordagem qualitativa, aproximando-se do campo da pesquisa-ação, justificada pelas oficinas que realizamos com os educadores das instituições de ensino desta comunidade. Aplicamos como instrumentos de pesquisas a técnica da observação e do questionário. O resultado deste estudo comprova a hipótese aqui levantada e uma delas está nos resultados apurados durante a formação continuada que vem sendo desenvolvida pelo Projeto do Observatório em Educação (UFS), com reflexos positivos no modo de pensar do docente sobre a questão racial.

Palavras-chave: Conhecimento Étnico-raciais, Comunidade Quilombola Mussuca, Formação de professores.

ABSTRACT

ABSTRACT

Mussuca is a *quilombola* village (community formed by former slaves descendants) which is located at the municipality of Laranjeiras in the Brazilian State of Sergipe. A place made of resistances and contradictions. To analyse the elements that deny or widen the professor's knowledge about the ethnic-racial questions by taking as reference the participation of the professors in the course of extension for teachers formation at the Mussuca *Quilombo*, which is the central objective of this research. The central question was: Why did the acting professors have constant difficulties working the perspective of *quilombola* school teaching? Our hypothesis is that the cultural, economic and political factors that resist to the ethnic-racial diversity, the exclusively Eurocentric knowledge historically inserted in people's lives who are in an educational environment, beyond the absence of formation for the educational workers on themes related to African and African-Brazilian values; this causes the denial of a school basis that respects and works the differences at the school's institutional body. The analysis made by the study approaches the historical dialectical materialism, since its development has parted from the material reality existent at the community and its contradictions. We have used as theoretical framework the bibliographic references, scientific papers, dissertations and theses. The research's approach is qualitative, approaching the field of research-action, is justified by the workshops that were made with the teachers from the teaching institutions of this community. We have applied as research instruments the questionnaire and observation techniques. This study's results prove the hypotheses made here and one of them is in the results compiled during the continuous formation that is being developed by the Observatory of Teaching Project (the Federal University of Sergipe – UFS), with positive reflections in the teacher's way of thinking about the racial question.

Keywords: ethnic-racial knowledge. Quilombola community of Mussuca. Teacher's formation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Temas Abordados segundo pesquisa de Padilha e Nascimento	16
Figura 02 – Entrada da Mussuca	40
Figura 03 – Igreja Católica da Comunidade Mussuca.....	42
Figura 04 – Unidade de Saúde da Família José Augusto dos Santos	43
Figura 05 – Rua da Mussuca	44
Figura 06 – Ruínas da igreja do Engenho Ilha	44
Figura 07 – Caixa d'água instalada na Mussuca	46
Figura 08 – Quintal da família quilombola entrevistada na Mussuca	47
Figura 09 – Característica da população investigada segundo tempo de trabalho	69
Figura 10 – Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe	79
Figura 11 – Reunião com a Comunidade Quilombola na Associação de Moradores	71
Figura 12 – Primeira oficina sobre	73
Figura 13 – Segunda oficina	75
Figura 14 – Atividade de auto reconhecimento da identidade negra.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – As teses: do ano de 1987 a 2014	18
Quadro 02 – Lista de comunidades quilombolas em território sergipano	20
Quadro 03 – Formação de profissionais do magistério da educação básica	34
Quadro 04 – Características da população investigada segundo o tempo de trabalho	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CONAE:	conferência Nacional de Educação
EJA:	Educação de Jovens e Adultos
FAFEN:	Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados
FCP:	Fundação Cultural Palmares
INCRA:	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDBEN:	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC:	Ministério da Educação
NETE:	Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação
PDE:	Plano de Desenvolvimento de Educação
PNAIC:	Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa
PNE:	Plano Nacional de Educação
PPP:	Projeto Político Pedagógico
PROCAMPO:	Licenciatura em Educação do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SEB:	Secretaria de Educação Básica
SECADI:	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDETEC:	Departamento Técnico de Desenvolvimento Econômico e da Tecnologia e Ciência
SEPPIR:	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SUS:	Sistema Único de Saúde
UFS:	Universidade Federal de Sergipe
UNDIME:	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
Percurso metodológico	23
CAPÍTULO I - A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SERGIPANA NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS A PARTIR DOS MARCOS LEGAIS.....	27
1.1 Legislações brasileiras, uma trilha de encontros e desencontros.....	29
1.2 Mussuca, território de resistência e cultura: aspectos sociais e econômicos	41
CAPÍTULO II - A MUSSUCA NO DEBATE DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: O QUE DIZEM OS TRABALHADORES/AS DA EDUCAÇÃO ANTES DA FORMAÇÃO	52
CAPÍTULO III - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA PARTICIPANTE NA COMUNIDADE: ESTRATÉGIAS E AÇÕES	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
ANEXO A - PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO	88
ANEXO B - QUESTIONÁRIO DO PROJETO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO.....	93
ANEXO C - AVALIAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DA MUSSUCA	95
ANEXO D -ENTREVISTA REALIZADA COM UMA FAMÍLIA QUILOMBOLA	96
ANEXO E - PRIMEIRO CONTATO NA COMUNIDADE	98
ANEXO F - RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO (REUNIÃO DO DIA 04/04/2015)	100
ANEXO G - RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO – REUNIÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DA MUSSUCA EM 29/04/2015	102
ANEXO H - RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO - REUNIÃO DO DIA 31/07/2015.....	103

ANEXO I – RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO – REUNIÃO DO DIA 06/08/2015.....	105
ANEXO J – RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO – REUNIÃO DO DIA 10/09/2015.....	107
ANEXO L - RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO – REUNIÃO COM A COMUNIDADE ESCOLAR EM 19/09/2015	109
ANEXO M - RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO – PROGRAMANDO AS AÇÕES NA MUSSUCA EM 27/10/2015.....	115
ANEXO N – ATA DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO EM 28/11/2015	118
ANEXO O - RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO (07/12/2015).....	120
ANEXO P - RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO: SEGUNDA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NO QUILOMBO DA MUSSUCA, EM 12/12/2015	122
ANEXO Q - RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO – O DIA 08 DE MARÇO NA MUSSUCA	124

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está inserida em um projeto maior do Observatório em Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS)¹. Nele, investiga-se e discute, dentro de uma perspectiva histórica, teórica e prática, questões pertinentes à educação voltada para as relações étnico-raciais em populações tradicionais que vivem no campo. Desenvolve-se por meio do trabalho em equipe, constituído pelo Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação (NETE), do qual faço parte colaborando nas pesquisas teóricas, nos debates e na própria formação dos educadores da comunidade quilombola Mussuca, quilombo rural localizado no município de Laranjeiras, um dos mais antigos do Estado.

O objetivo principal do Projeto, na qual a comunidade Mussuca² é contemplada e acompanhada pela equipe do Observatório, é realizar pesquisas de extensão por meio de avaliação e proposição de cursos de formação inicial e continuada de professores do campo. Um dos cursos em andamento é o de formação de professores em Relações Étnico-raciais, realizado nas escolas da referida comunidade; tendo como público participante: docentes, trabalhadores e trabalhadoras não docentes das escolas, e coordenadores pedagógicos.

Para refletir sobre a influência desta temática nos cursos de Pós-Graduação em Educação no Brasil, fizemos algumas buscas para identificar trabalhos relacionados ao campo de estudo. Um dos estudos encontrados foi o de Lúcia Mara de Lima Padilha e Maria Isabel Moura Nascimento (2013), intitulado “Comunidades Quilombolas Brasileiras na Perspectiva da História da Educação: estado da arte”.

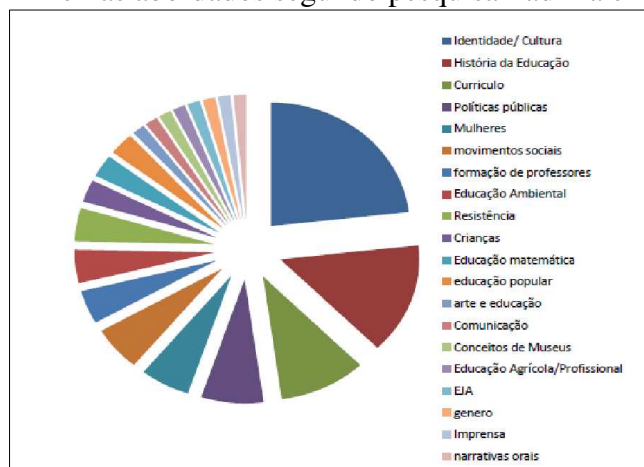
As autoras fizeram um levantamento na CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e constataram que de 1987 (ano que corresponde ao início da disponibilização das pesquisas no banco de dados da CAPES) até 2012, foram escritos apenas 44 trabalhos no Brasil, entre teses e dissertações nos programas de Pós-graduação em Educação, apresentando diferentes abordagens, conforme esquema a seguir³.

¹ O Observatório de Educação em Sergipe desenvolve atividades de extensão e pesquisa em educação do campo em consórcio com a Universidade de Brasília e Universidade Federal do Pará.

² Proposta aceita pela secretaria de Educação do Município de Laranjeiras, mas mediante ressalva: o município não poderia arcar com nenhum tipo de custo para a realização do curso de formação.

³ Esquema elaborado por Padilha e Nascimento com base com dados levantados no Banco de teses e Dissertações da CAPES.

Figura 01 - Temas abordados segundo pesquisa Padilha e Nascimento



Fonte: Padilha e Nascimento

Desse quantitativo, apenas 06 teses estavam registradas, segundo Padilha e Nascimento, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no período de realização da pesquisa. É importante ressaltar que, embora 1987 tenha sido o marco inicial desses registros, só a partir de 1995 aparecem trabalhos que debruçam sobre a educação do negro e sobre a educação quilombola.

Dos estados nos quais existem teses defendidas, consta 01 em São Paulo com o título **Saberes da Terra: o lúdico em Bombas, uma comunidade quilombola (estudo de caso etnográfico)** que teve como objetivo principal registrar e refletir, a partir de um estudo etnográfico sobre as formas lúdicas na Comunidade Quilombola de Bombas em São Paulo; de autoria de Maria Walburga dos Santos, defendida em 2010.

No Mato Grosso também foi encontrado o registro de 01 tese, cujo título é: **Culturas, Família e Educação na Comunidade Negra Rural de Mata-Cavalo-MT**, com objetivo de compreender as relações de um grupo de famílias da comunidade negra rural de Mata-Cavalo-MT. Esta pesquisa foi defendida em 2008, por Suely Dulce de Castilho.

O Estado do Ceará foi contemplado com 01 tese de doutorado de Piedade Lino Videira, que tratou dos **Batuques, Folias e Ladainhas: A Cultura do Quilombo do Cria-Ú em Macapá e sua Educação**, esta objetivando analisar e compreender a cultura expressa pelas danças do batuque e Marabaixo na comunidade do Cria-Ú, como elementos de resignificação das práxis educativa e curricular, no sentido de valorizar a história e a cultura africana e afro-brasileira; esta pesquisa foi defendida em 2010.

Ainda se referindo a mesma região que a tese anterior, o Nordeste, foi defendida em 2011, em Pernambuco, a tese de Magdalena Maria de Almeida intitulada **Brincadeira e Arte: patrimônio, formação cultural e samba de coco em Pernambuco**. A tese teve como objetivo relacionar o processo de criação de manifestações artísticas populares com as políticas institucionais, tomando como referência o samba de coco nas comunidades de Castainho e Atoleiros.

O Paraná, Estado situado no sul do país, apresenta também apenas uma tese de doutorado, com o tema **Educação escolar quilombola: quando a política pública diferenciada é indiferente**, de autoria de Edimara Gonçalves Soares, defendida em 2012. A referida tese **objetivou** diagnosticar os efeitos gerados a partir da implementação da política de Educação escolar Quilombola do Paraná, no período compreendido entre os anos de 2009-2011, tanto nas Escolas Quilombolas quanto nas Escolas que atendem às comunidades remanescentes de quilombos.

Finalizando a apresentação das 06 teses identificadas por Padilha e Nascimento, em Minas Gerais, a pesquisadora Marcilene da Silva defende em 2011 sua tese com o título de **Conflito, estigma e resistência: um estudo a partir da comunidade quilombola do Maticão-MG**. Neste trabalho de pesquisa, a autora objetivou compreender os significados construídos pela comunidade quilombola do Mato do Tição no que diz respeito à preservação de seus costumes, e à conservação das riquezas imateriais, apesar da história local ter sido marcada por processos de discriminação e estigma.

Para atualizar os dados, no final de 2014 frequentamos também o banco de dados da CAPES. Além dos já encontrados pelas pesquisadoras, ao colocar as palavras-chave: currículo escolar, quilombo e relações étnico-raciais (Em Educação); apareceram mais duas teses e sete dissertações, agora perfazendo um total de 53 trabalhos, assim distribuídos: 48 dissertações e 08 teses em um período de 27 anos.

Em relação às teses, foi acrescida à lista, o estudo de Ana D’Arc Martins de Azevedo, defendida em 2011 com o título **Tensões na construção das identidades quilombolas: a percepção de professores de escolas do quilombo de Jambuaçu Moju (PA)**. O objetivo foi estudar a identidade quilombola em Jambuaçu Moju e as suas interfaces, a partir das falas de 6 professores de 5 comunidades de Jambuaçu. E a de Maria Graziela Felddmann, intitulada **Alfabetismo e Alfabetização: representação de professoras-alfabetizadoras de camponeses quilombolas jovens e adultos, relacionando-as ao contexto socioeconômico e cultural e a formação docente**, defendida em 2012. Sintetizando as descrições acima, temos no Brasil:

Quadro 01 - As teses: do ano de 1987 a 2014

REGIÕES	TESES
Norte	01
Nordeste	02
Centro-oeste	01
Sudoeste	03
Sul	01

Fonte: CAPES (2019).

O primeiro curso de Pós-Graduação em Educação no Brasil foi implementado em 1965⁴, na Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), aprovado pelo Parecer 997/1965. Ou seja, de lá para cá são 51 anos de possibilidades para estudar diversos temas, inclusive, acerca da educação do negro na sociedade brasileira. Mas, como já mencionado anteriormente, este interesse só tem sido verificado, ainda sutilmente, a partir de 1995 com a dissertação intitulada **Educação sindical: uma reflexão educativa da Escola Quilombos dos Palmares**. O objetivo da autora, Francisca Clara Paula, foi o de analisar as teorias pedagógicas que fundamentam a prática educativa realizada pela Central Única dos Trabalhadores, em convênio com a Escola Quilombola dos Palmares, junto aos dirigentes sindicais em Fortaleza.

Tomando conhecimento de que os estados que mais concentram comunidades quilombolas são a Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pará e, com base na estatística do número de pesquisas no Brasil já apontadas neste texto, cabe-nos observar e refletir por que em terras tão ricas de histórias e de vivências de um povo historicamente importante na construção da sociedade brasileira, como é o caso da população negra, pouco se faz presente nas pesquisas de Pós-Graduação em Educação do país?

Desses estados que aparecem no *ranking* de concentração de comunidades quilombolas, apenas Minas Gerais e Pará possuem tese de doutorado com a referida temática. No Estado de Sergipe, no curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, não existe, até o momento, nenhuma tese de doutorado defendida e registrada na CAPES em que a abordagem seja a questão da população negra no ambiente educacional em comunidades quilombolas. Encontra-se, somente uma dissertação de título “As Comunidades

⁴ Esta informação consta na Revista Brasileira de Educação, na edição nº. 30, Rio de Janeiro de 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&ped=51413-24782005000300001. Acesso em: 11 de abr. de 2016

Quilombolas do Campo em Sergipe e os Desafios da Formação Docente”, defendida em 2011, por Glezia Kelly Costa Santos.

Porém, em outros cursos de Pós-Graduação da UFS, como o de Sociologia, o de Desenvolvimento e Meio Ambiente e o de Ensino de Ciências Naturais e da Matemática; encontramos 03 dissertações que discutiram Educação, Quilombo e Negro. Duas dessas estão ligadas diretamente a Comunidade Quilombola Mussuca, em Laranjeiras. A primeira é a dissertação de Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática de Evanilson Tavares de França, intitulada: **Escola e Cotidiano: um estudo das percepções matemáticas da Comunidade Quilombola Mussuca**, defendida em 2013. E a segunda é a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, de Francisco Albuquerque Kante, que desenvolveu sua pesquisa com o título: **Estudo Etnofarmacológico e avaliação de atividades de plantas medicinais da Comunidade Quilombola Mussuca, Laranjeiras/SE**, defendida em 2014.

Fazendo uma breve análise a partir do que foi exposto, é possível reconhecer a existência de poucos estudos que tratam da Educação Escolar Quilombola nos cursos de Pós-Graduação em Educação no país. E, considerando o contexto atual da política brasileira, a situação tende a piorar.

A atuação de Michel Temer na Presidência da República desde 12/05/2016, depois da abertura do processo de *impeachment*, seguido do afastamento definitivo de Dilma Rousseff do cargo, consistiu logo nas suas primeiras decisões, na eliminação dos direitos já conquistados pela classe trabalhadora e por movimentos sociais e de negros.

Entre as suas primeiras decisões, esteve o ato de fechar alguns Ministérios, entre os quais o Ministério da Cultura e o Ministério da Mulher, Igualdade Racial e Direitos humanos; além da SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), setor responsável por ministrar políticas públicas para as questões étnico-raciais, indígenas, do campo, de pessoas com deficiência e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Atitude que consideramos um retrocesso, cujo impacto negativo a este público tende a ser irreparável.

O trabalho desenvolvido com os educadores das Escolas do Quilombo Mussuca, em Laranjeiras, através do Projeto do Observatório em Educação da UFS, adquiriu importância ao se constituir no resultado de um estudo realizado em uma área ainda pouco pesquisada academicamente; principalmente quando observada a existência expressiva de comunidades

quilombolas no estado de Sergipe que possui aproximadamente quase trinta comunidades quilombolas reconhecidas, segundo dados da Fundação Cultural Palmares (FCP) ⁵:

Quadro 02 - Lista de comunidades quilombolas em território sergipano

MUNICÍPIO	COMUNIDADE	MUNICÍPIO	COMUNIDADE
Amparo de S. Francisco	Lagoa dos Campinhos	Porto da Folha	Mocambo
Indiaroba	Desterro	Poço Redondo	Serra da Guia
Santa Luzia do Itanhy	Luziense	Canhoba	Caraíbas
Cumbe	Povoado Forte	Laranjeiras	Mussuca
Barra dos Coqueiros	Pontal da barra	Japaratuba	Patioba
Japoatã	Ladeiras	Brejo Grande	Brejão dos Negros
Frei Paulo	Catuabo	Capela	Fazenda Pirangi
Aracaju	Maloca	Capela	Terra Dura e Coqueiral
Propriá	Santo Antônio canafistula	Estância	Curuanha
Riachuelo	Quebra Chifre	Ilha das Flores	Bongue
Capela	Canta galo	Pirambu	Alagamar
Estância	Porto D'Areia	Pirambu	Aningas
Poço Verde	Lagoa do Junco	Aquidabã	Mocambo
Canindé de São Francisco	Rua dos Negros		

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Como se vê na lista acima, verifica-se que o território sergipano possui fortes características e manifestações culturais de linhagem africana e afro-brasileira. Portanto, dotado suficientemente de razões para que as comunidades quilombolas sejam assistidas pelas políticas de reparações educacionais, sobretudo, subsidiadas no processo de desenvolvimento de um sistema de ensino baseado no fortalecimento desses valores.

Ressaltamos que em Sergipe, as comunidades, em quase sua totalidade, estão localizadas na zona rural do Estado. Nelas vivem crianças e jovens em idade escolar que, do mesmo modo de outros estudantes pertencentes às etnias distintas, têm o direito de enxergar no ambiente educativo suas raízes. Em situação adversa, a instituição de ensino só contribui de fato para a discriminação e exclusão desses alunos.

A Lei 10.639/2003 tem por finalidade a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares. Contudo, o acesso ao conhecimento

⁵ Informação retirada do site da Fundação Cultural Palmares: Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?dos=88&estado=SE>. Acesso em: 21 de abr. 2019.

das tradições de matrizes africanas através da educação escolar é ainda um dos grandes desafios para o sistema educacional, pois, o que se tem notado em uma boa parte dos educadores docentes, é a sonegação desse direito aos alunos das escolas públicas brasileiras.

O que ocorre também, é que não podemos deixar de reconhecer que esses mesmos educadores passaram por um sistema educacional que não atribuiu o devido valor às diferenças culturais existentes nas diferentes regiões do país.

Em Sergipe a situação não é diferente. Ao depararmos com o quilombo da Mussuca em Laranjeiras, identificamos a distância entre o legal e o real. As escolas dos quilombos não possuem currículos adequados para a realidade quilombola, não há conhecimento sequer sobre a origem do próprio quilombo, bem como sobre a cultura das raízes de matriz africana acumulada ao longo do tempo pela população negra que na comunidade reside. Mediante preocupação com esta realidade, desenvolvi minha pesquisa tencionando como objeto o conhecimento étnico-racial.

O problema foi melhor observado em razão de duas referências de estudos realizados no Observatório de Educação. O trabalho monográfico de Isabela dos Santos e a dissertação de Glézia Kelly Costa Santos. O primeiro, desenvolvido na própria comunidade quilombola Mussuca, onde a pesquisadora identificou a ausência dos estudos étnico-raciais no Projeto Político Pedagógico das Escolas públicas; já a segunda, analisou a ausência da temática nos currículos escolares dos quilombos em Sergipe e apontou para a necessidade da formação de professores com ênfase na história e cultura dos povos africanos e afro-brasileiros.

Uma das questões que nos chamou a atenção ao conversarmos com a categoria docente das escolas foi por que razão os educadores que atuam em escolas localizadas em comunidades remanescentes de quilombos têm apresentado dificuldades constantes em trabalhar na perspectiva da Educação Escolar Quilombola?

A nossa hipótese é a de que os fatores culturais, econômicos e políticos resistentes à diversidade étnico-racial, os saberes exclusivamente eurocêntricos inculcados historicamente na vida das pessoas que estão em ambientes educacionais, além da ausência de formação para os trabalhadores da educação com temas ligados aos valores africanos e afro-brasileiros, são causadores da negação de um currículo que respeite e trabalhe as diferenças no corpo da instituição escolar.

Para responder a essa hipótese, objetivamos analisar os elementos que negam ou ampliam o conhecimento dos docentes sobre as questões étnico-raciais, tendo como referência a sua participação no curso de extensão de formação de professores no quilombo Mussuca.

Para atender ao que propusemos acima, traçamos o caminho da pesquisa a partir dos seguintes objetivos específicos:

1. Discutir a legislação vigente sobre as relações étnico-raciais, principalmente aquelas que estão diretamente ligadas à educação da população negra;
2. Conhecer a história da cultura e da tradição do Quilombo Mussuca a partir da interação com a comunidade, identificando o modelo de desenvolvimento hegemônico que se faz presente e a relação desse modelo com a condição social da comunidade;
3. Estudar como os docentes vêm desenvolvendo conhecimentos e práticas a partir da história e da cultura africana e afro-brasileira, e da cultura local presentes no curso de extensão de formação de educadores.

A ascensão deste estudo junto ao Observatório acerca do recorte da cultura negra nas escolas e com a comunidade quilombola nos colocou em situação desafiadora. Primeiro porque tínhamos dois procedimentos a fazer de imediato: apresentar a proposta a escola e a comunidade, fazendo-os compreender a importância de pesquisar a sua própria história em suas diferentes dimensões: no campo da economia, da educação, da saúde, do lazer, das tradições culturais e religiosas.

Segundo porque precisaríamos adquirir confiabilidade entre os educadores e educadoras da escola para juntos, e, em consonância com a comunidade, conhecer de forma mais intensa a participação do negro no processo de formação da sociedade brasileira, bem como a inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos das instituições de ensino. Currículo este que necessita ser criado, definido e avaliado por aqueles que fazem a escola e que são os protagonistas no que diz respeito às necessidades reais dos alunos.

A proposta tenciona escaparmos dos engessamentos curriculares, pautados no processo de ensino conteudista e generalizadores, com o propósito de contribuir com um currículo que traga elementos críticos da realidade do quilombo Mussuca.

Percurso metodológico

O objeto deste estudo é o conhecimento étnico-racial, construído por meio da participação dos docentes matriculados no curso de extensão da Universidade Federal de Sergipe. O campo da pesquisa é figurado pelas escolas que estão inseridas na Comunidade Quilombola Mussuca, no município de Laranjeiras. Os participantes diretos da pesquisa são os docentes matriculados no curso de formação, espaço onde estão sendo construídos conhecimentos e práticas direcionadas à cultura africana e afro-brasileira.

A abordagem mais adequada para desenvolver a pesquisa foi a de cunho qualitativo. A escolha não podia ser diferente, pois, do ponto de vista da pesquisa social, o método qualitativo concede possibilidades de o pesquisador ou pesquisadora absorver elementos muitas vezes ocultos no campo e nos sujeitos observados. Acerca disso, Richardson acentua que “O método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidade ou categorias homogêneas” (2009, p. 79).

A prioridade aqui não é fazer nenhum tipo de estatística relacionada ao campo de estudo. Mas, embora tenhamos escolhido a abordagem qualitativa como predominante na investigação, a mesma não nos impediu de, em alguns momentos, utilizarmos a abordagem quantitativa para fazermos análises que se inter cruzam com a explicação qualitativa.

Para tanto, definimos um conjunto de técnicas e procedimentos que foram explorados no sentido de auxiliar-nos na obtenção de possíveis soluções para o problema apresentado. Baseado em Triviños e Minayo, aplicamos técnicas como das observações e do questionário, as quais ajudaram a organizar um conjunto de dados ligados tanto aos aspectos profissionais dos educadores como referentes aos temas que envolviam a comunidade.

Para atingir os objetivos propostos, os procedimentos metodológicos consistiram também em pesquisas bibliográficas, consulta a periódicos e trabalhos acadêmicos relacionados à temática; pesquisa documental, por meio de leituras de legislações e relatórios do Projeto do Observatório em Educação (UFS), essencial ao desenvolvimento do trabalho.

Reconhecemos, sobretudo, que não é fácil realizar um estudo qualitativo. Contudo, é muito mais difícil (ou mesmo impossível) compreender os fenômenos sociais em sua totalidade e contradições, sem o uso desta abordagem.

Esta pesquisa, junto à do Observatório em Educação, assume um conjunto de ações a serem aplicadas nas escolas e com a comunidade, interferindo efetivamente na realidade educacional da instituição. Por esta razão, classifica-se ou se aproxima do tipo de Pesquisa-Ação, tendo como princípio procurar equacionar os problemas identificados.

Para Thiollent, este tipo de pesquisa exige a formulação de um plano-ação que “[...] Em geral, trata-se de uma ação na qual os principais participantes são os membros da situação ou da organização sob a observação. A discussão informal com pequenos grupos é sempre um passo necessário, principalmente na fase exploratória [...]” (2011, p. 79).

A primeira etapa exploratória da nossa pesquisa foi a observação, dividida em três momentos: a visita a Comunidade Quilombola Mussuca e o seu entorno; a visita à escola, e, simultaneamente, a apresentação do Projeto do Observatório em Educação aos educadores,

de autoria do grupo de pesquisa vinculado ao Observatório. Por último, a apresentação do projeto aos representantes da comunidade.

A segunda etapa ocorreu nas duas primeiras semanas do mês de maio de 2015. Nesta, a equipe aplicou um questionário a todos os funcionários da escola. Participaram dessa fase apenas os/as educadores/as da Escola Municipal Prefeito José Monteiro Sobral, visto que os gestores das outras duas escolas, inseridas posteriormente ao projeto, não estavam na comunidade no dia em que fomos apresentar o projeto.

A intenção do questionário foi obter o máximo de informações do trabalhador da educação, buscando verificar como eles desenvolvem suas atividades numa escola onde seus estudantes são quilombolas. Desta forma, organizamos as perguntas a partir de três eixos: Identificação, Trabalho e Participação na Comunidade.

A terceira etapa foi o acompanhamento de parte do Curso de Formação de Educadores realizado pela equipe do Observatório. Nesta fase ocupei duas posições: uma de observadora do processo de formação, e outra participando efetivamente como colaboradora. Neste caso, ministrei junto com a equipe duas oficinas onde foram discutidos temas ligados à África e à Formação da Sociedade Brasileira, mostrando a importância do negro africano e afro-brasileiro neste processo.

Embora a equipe do Observatório tenha trabalhado com docentes e não docentes, para esta dissertação, os principais sujeitos da pesquisa foram os professores/as. No total conseguimos reunir um quantitativo de 28 profissionais. Para poder compreender um pouco mais da realidade das pessoas que residem no lugar, conversamos com uma família da comunidade e fizemos algumas perguntas através da formulação de um questionário.

Deste modo, o trabalho ficou organizado em três capítulos. No primeiro, buscou-se mostrar as principais leis brasileiras que atuam no processo de inclusão da cultura africana e afro-brasileira nos currículos das escolas públicas do país.

O segundo capítulo é dedicado às informações contidas no questionário aplicado aos docentes da Mussuca, cuja centralidade das perguntas se voltou para o conhecimento da cultura africana e seus desdobramentos no que diz respeito à Educação Quilombola. Neste momento também apresentamos o Projeto do Observatório em Educação e suas perspectivas de trabalho com os educadores das escolas públicas desta povoação.

O terceiro e último capítulo apresenta uma análise de como tem sido a construção do conhecimento dos docentes no processo de formação continuada a partir da atuação do Projeto do Observatório em Educação. Todavia, devido ao curto tempo do mestrado e os problemas enfrentados pela equipe da UFS para desenvolver a formação, tendo em vista que

a prefeitura do município não assumiu nenhuma responsabilidade sobre o andamento do trabalho, tornou-se inviável acompanhar o processo de formação até o final.

Neste caso, diante das citadas intercorrências, desenvolvemos os estudos a partir do acompanhamento das reuniões e da realização de duas oficinas, responsáveis pela introdução dos estudos africanos, associando sempre o lugar da comunidade local neste contexto.

CAPÍTULO I - A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SERGIPANA NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS A PARTIR DOS MARCOS LEGAIS

A carne mais barata do mercado é a carne negra
que vai de graça pro presídio
e para debaixo de plástico
que vai de graça pro subemprego
e pros hospitais psiquiátricos.
(Trecho da música “A carne”)⁶.

Paradoxalmente, “a carne mais barata do mercado é a carne negra”. No cenário da política, da cultura, do trabalho e da educação brasileira, o negro(a) vem sendo ao longo da história visto e tratado de forma subalterna. Sujeitos às piores condições de vida e de trabalho, o corpo negro (africano e afro-brasileiro) é vítima de uma sociedade abusivamente controladora, repressiva e violenta.

Apesar da legislação do país manifestar que comportamentos racistas são caracterizados como atos criminosos, a realidade diária de homens e mulheres negros(as) é marcada pelo racismo em suas diferentes roupagens. A disparidade entre estas duas etnias, negros e brancos, no que se refere à igualdade de direitos, acessibilidade e permanência na escola e no trabalho, são exorbitantes.

Desta maneira, é importa discutir no âmbito da educação, em especial, nos espaços das escolas brasileiras, conceitos/concepções/propostas relativas à Comunidade Quilombola, Educação Escolar Quilombola e Identidade Negra. Sempre na perspectiva de cravar um debate sobre o significado de pertencer à determinada etnia, tanto no passado como no presente; problematizar os valores que a eles foram atribuídos e o porquê, bem como buscar incitar um olhar positivo sobre a população negra no que diz respeito às heranças da história e da cultura africana aqui no Brasil.

A imagem negativa do(a) negro(a) nas sociedades ocidentais modernas faz parte do processo excludente que se mantém atrelado até hoje, sob a égide do pensamento europeu, o qual significou a dominação dos brancos sobre os demais grupos étnico-raciais. Esta hierarquização identitária, cultural, religiosa, política e econômica, definiu a posição social do que hoje se constitui o povo brasileiro.

Munanga (2012), que discute a questão da identidade negra no Brasil, apontou a necessidade de entendermos o conceito de identidade a partir da sua forma mais ampla, para

⁶ Composição de Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Capellette. Letra retirada do site: <http://www.vagalume.com.br/elza-soares/a-carne.html>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

que depois estreitássemos este conceito para a questão da identidade negra. Assim, ele define a identidade como elemento que marca a diferença entre os seres sociais e, esta diferença, se dá no sentido da existência, de ter uma identificação pessoal e também coletiva.

Explica ainda que na moderna sociedade, a identidade individual se materializou com a obrigatoriedade da carteira de identidade, e que sem a mesma a pessoa não existe oficialmente. Do mesmo modo, o autor fala que a identidade coletiva define as características de um determinado grupo no que diz respeito a sua língua, religião, arte, sistema político, sistema econômico, tradição, cultura, etc.

No caso da Identidade Negra, ela “[...] não surge da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre as populações negras e brancas e/ou negras e amarelas [...]”. (MUNANGA, 2012, p. 01). Mas sim:

[...] de um longo processo histórico que começa com o descobrimento do século XV do continente africano e de seus habitantes pelos seus navegadores portugueses, descobrimento esse que abriu o caminho às relações mercantilistas com a África, ao tráfico negreiro, à escravidão e enfim à colonização do continente africano e de seu povo. (MUNANGA, p. 01, 2012).

É neste contexto que precisamos, segundo Munanga, entender a chamada identidade negra no Brasil, pois, ao contrário dos manifestos ideológicos atribuídos a este grupo, neste mesmo país não se vê um discurso ideológico sobre a identidade branca e amarela. E por que não acontece tal discurso? Porque estes grupos já estão no lugar que lhes são favoráveis, no topo da pirâmide social. Sendo assim, não há nenhuma necessidade de se mobilizar, ou mesmo reivindicar, direitos políticos, sociais e educacionais, pois, já os têm consolidados na sociedade (MUNANGA, 2012).

Esta estrutura social, montada a partir dos interesses dos dominadores, traçou o grande desafio da atualidade “[...] desenvolver uma postura ética de não hierarquizar as diferenças e entender que nenhum grupo humano e social é melhor do que outro. Na realidade todos são diferentes. Tal constatação e senso político podem contribuir para se avançar na construção dos direitos sociais [...]”. (GOMES, 2013, p. 55).

No caso da educação brasileira, como herdeira de um sistema educacional hegemônico eurocêntrico, tem incitado, por outro lado, lutas constantes contra o modelo educacional implantado, que não atende à diversidade populacional da nossa nação. Leis foram criadas e diretrizes curriculares foram estabelecidas justamente para mudar esta

realidade excludente. Conquista que é fruto histórico da luta incansável da população negra e de movimentos sociais solidários a causa.

No tocante à educação escolar quilombola, ela se tornou uma modalidade de ensino da educação básica brasileira, justamente para elevar a qualidade do ensino, no sentido de valorização das raízes socioculturais desta população. Importante avanço no sistema educacional em termos legais, mas, contudo, encontra-se disperso na prática do cotidiano escolar. A dispersão é observada quando passamos a visitar (por diferentes meios) os espaços de ensino das comunidades quilombolas, resultante de fatores como falta de investimento financeiro, de material didático apropriado, e a atuação de professores/as formados sem as devidas qualificações para esta especificidade.

O Brasil possui uma vasta população descendente dos antigos quilombos. Não era para ser diferente, visto a numerosa quantidade de africanos trazidos para cá no período que, legalmente, o Estado brasileiro atuava no tráfico de escravos. Atualmente o conceito de quilombo foi ampliado, desvinculando-se do sentido de quilombo com a escravidão e refugiados das senzalas. E, tornou-se uma nomenclatura que referencia a comunidade quilombola denominada contemporânea, ligada ao processo de resistência negra e que se conecta na sua maneira de viver com os elementos culturais africanos e afro-brasileiros, segundo Moura (2012):

1.1 Legislações brasileiras, uma trilha de encontros e desencontros

A década de oitenta, do século vinte, é um referencial na política brasileira. Ela marca o processo de abertura e redemocratização política, bem como a elaboração e aprovação da Constituição Federal de 1988. Nesse período, vê-se também:

[...] Uma nova forma de atuação política dos negros e negras brasileiros. Estes passaram a atuar ativamente por meio dos novos movimentos sociais, sobretudo os de caráter identitário trazendo um novo conjunto de problematização e novas formas de atuação e reivindicação política [...]. (GOMES, 2011).

Um conteúdo polêmico que abrange um dos direitos sociais reivindicados pelas comunidades quilombolas se refere ao direito à terra, amparado pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), cuja prescrição inserida na Constituição Federal dá direito àqueles que são remanescentes das comunidades dos quilombos e que

estejam ocupando suas terras, tal como o reconhecimento a propriedade de forma definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.

Deve-se observar, entretanto, que este dispositivo constitucional não é algo que se concretiza imediatamente, em decorrência da necessidade de desapropriar áreas particulares, de pautar o processo jurídico institucional de identificação dos beneficiários e dos territórios a serem demarcados e titulados, sob a ótica, inclusive, dos estudos antropológicos.

Além disso, outro aspecto impactante no que diz respeito a terra, apesar desta conquista, é a dificuldade de vencer as especulações imobiliárias, os fazendeiros e, de um modo geral, as pressões dos setores (empresariais) economicamente mais fortes. Estes, que vêm sorrateiramente “passando a perna” no que foi legalmente adquirido através da luta, e acaba, por assim dizer, restringindo e lesando, a nosso ver, a eficácia da constituição brasileira.

Sobre esta questão, Marcelo Paixão, no texto do “Relatório Anual das Desigualdades no Brasil; 2009-2010” faz críticas aos limites que atravessam a Constituição Federal apesar de a Carta Magna ter incorporado as principais demandas reivindicadas pelo movimento negro no final da década de 80 do século XX.

[...] nem todas as partes da constituição foram favoráveis aos processos distributivos em termos da renda e da posse do patrimônio econômico imobilizado. Neste caso pode ser expressamente citado o título VII, com especial menção ao capítulo III (*Da política agrária fundiária e da reforma agrária*), que não abriu caminho para efetivos processos de desconcentração fundiária no campo. Portanto, os elogios que podem ser feitos à Constituição brasileira em termos de expansão dos direitos sociais e coletivos não devem ocultar seus outros tantos limites, gerados pela notória influência, em seu desenho final, dos interesses do bloco conservador (nucleado no *Centrão*), presente na Assembleia Constituinte que se encerrou em 1988. (2009-2010, p. 15).

Para além da terra, outra exigência de ampla importância é a inclusão da educação escolar quilombola. É na Constituição Federal Brasileira de 1988, na Lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), e também na Lei 10.639/03, que a população negra encontra respaldo legal para suas reivindicações no cenário da educação brasileira.

Na Lei Federal, especificamente na seção II do Art. 215, inciso primeiro, assevera-se que as manifestações culturais populares indígenas e afro-brasileiras, bem como de outros grupos participantes no processo civilizatório nacional, estão protegidas pelo Estado. A lei

também vem estabelecer, segundo o inciso terceiro do Art. 216, incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais⁷.

Na LDBN, no início do Art. 205, expõe que a educação é direito de todos. Logo, ao interpretar esta frase, concluímos que todas as pessoas independentemente de sua identidade de gênero, identidade cultural, opção religiosa, classe econômica, ou grupo étnico-racial pertencente, tem o direito legalizado para desfrutá-la.

Com a aprovação da Lei 10. 639/03, a história e a cultura africana e afro-brasileira conquistaram, por meio das pressões sociais, sua inclusão nos currículos das escolas públicas e privadas brasileira.

Com suas lutas políticas, o movimento negro organizado ganhou as ruas, forjou o diálogo com o Estado e levou à promulgação a lei n. 10639/2003, e da alteração da LDBEN [...]. Tudo isso dentro de um contexto refratário ao reconhecimento da desigualdade racial e da crença na existência do mito da democracia racial. (FILICE, 2011, p. 115).

Com esse mesmo intento, o Conselho Nacional de Educação, sob a Resolução 1/2004, reitera, em seu Art. 1º - §1º, que as Instituições de Ensino Superior incluirão nos currículos dos cursos que ministram temas ligados a Educação das Relações Étnico-raciais e dos afrodescendentes, de acordo com os termos explicitados no Parecer CNE/CP de 3/2004. Esta resolução enfoca dois campos de objetivos: divulgar e produzir conhecimentos, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, além de reconhecer e valorizar a identidade, a história e a cultura afro-brasileira, como também garantir o reconhecimento e a igualdade de valorização das raízes africanas na nação brasileira e também da cultura indígenas, europeias e asiáticas. (LOPES, 2013).

Quanto ao Parecer, ele veio para contribuir com o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Essas diretrizes possibilitam a ampliação da produção e socialização do conhecimento e do fortalecimento da expressão identitária das pessoas negras, bem como a valorização das suas raízes africanas. Contribui também para que a população não-negra reconheça e valorize a participação e a importância da história e da cultura negra no seu jeito de viver e de se relacionar com as pessoas.

⁷ Informação retirada da Coleção Direitos do Povo, obra que trata da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei Maria da Penha.

Desta feita, tanto as leis como o parecer buscam atender às demandas desse grupo étnico e a efetivação de uma educação antirracista, antidiscriminatória e multicultural. De forma que:

Políticas de reparações e de reconhecimento formarão programas de ações afirmativas [...] ações políticas dirigidas à correção de desigualdade raciais e sociais, orientada para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. (BRASIL, 2004, p. 12).

As conquistas nas leis têm suas explicações fincadas no apego à tradição afro-brasileira: à capoeira, ao batuque, ao axé, ao candomblé, a roda de samba, ao acarajé, ao azeite de dendê, ao tabuleiro de ouri, ao samba de pareia e ao cabelo crespo, sim⁸. Mas, principalmente à vida de seres humanos.

A educação escolar quilombola na Educação Básica foi um avanço. Constituiu-se em uma modalidade de ensino que trouxe, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais, alguns aspectos que precisam ser dinamizados e seguidos pelo sistema de ensino. De acordo com esta diretriz, em seu Art. 1º, é apontado como deve ser organizada e ministrada as aulas nas instituições localizadas em comunidades quilombolas.

A modalidade de ensino salienta o fato de que nós, funcionários da educação, temos que nos fundamentar, nos informar e nos alimentar da memória coletiva, das línguas remanescentes, dos marcos civilizatório, das práticas culturais, das tecnologias e formas de produção do trabalho, dos acervos e repertórios orais, dos festejos, usos, tradições e demais elementos que contemplam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas do país, bem como da sua territorialidade.

Esta discussão esteve presente no documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010. Neste evento participaram vários segmentos da sociedade ligados a educação, no qual destacaram as demandas para a efetivação da educação igualitária. De acordo com este documento:

[...] É preciso compreender a diversidade como a construção histórica, cultural, social e política das diferenças. Ela é construída no processo histórico-cultural do homem e da mulher, no meio social e no contexto das relações de poder. Para avançar na discussão, é importante compreender que a luta pelo reconhecimento e o direito à diversidade não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais. Pelo contrário, ela coloca em

⁸ Sobre o tema cabelo crespo, vê artigo de autoria de Nilma Lino Gomes: “Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra”.

questão a forma desigual pela qual as diferenças vêm sendo historicamente tratadas na sociedade, na escola e nas políticas públicas em geral. Essa luta alerta, ainda, para o fato de que, ao desconhecer a diversidade, pode-se incorrer no erro de tratar as diferenças de forma discriminatória, aumentando ainda mais a desigualdade, que se propaga via a conjugação de relações assimétrica de classe, étnico-raciais, gênero, diversidade religiosa, idade, orientação sexual e cidade-campo. As questões da diversidade, do trato ético e democrático das diferenças, da superação de práticas pedagógicas discriminatórias e excludentes e da justiça social se colocam para todas as instituições de educação básica e superior, independentemente da sua natureza e do seu caráter. (BRASIL, CONAE, 2010, p. 128) (Grifos do autor).

Estudando de perto estas questões, leis, pareceres e resoluções, bem como específicas ações proeminentes de algumas escolas brasileiras que visam aproximar-se o máximo possível de uma sociedade mais justa etnicamente, que traçam propostas educativas para que seus alunos possam lidar com as diferenças que fazem parte do nosso meio sociocultural, é que identificamos que, apesar do histórico da educação do país ser totalmente excludente, há possibilidades visíveis de mudar esta realidade.

Os caminhos para esta mudança se encontram, necessariamente, no debruçar-se sobre as literaturas atualizadas acerca da questão da formação brasileira e o protagonismo da população negra no processo de formação país; ter uma direção teórica de investigação crítica, para que permitam apreender as contradições, os conflitos, as diferenças e a diversidade histórica. Para tanto, estudos específicos nas formações iniciais e continuadas nos cursos superiores são necessários.

Renísia Cristina Garcia Filice, numa pesquisa sobre “Raça e Classe na gestão da educação básica brasileira”, destaca sobre as ações do próprio Ministério da Educação. Segundo a pesquisadora, os debates que aconteceram nos fóruns nacionais pelo menos até 2001, promovidos pela Secretaria de Educação Básica (SEB), apontam para uma política que não produziu as ações necessárias para esse segmento populacional, assim:

- [...] b) Desconsideram o recorte racial e todos os mecanismos discriminatórios que se enraízam culturalmente no imaginário social brasileiro;
- c) As políticas públicas propostas desconsideram o preconceito racial como elemento central quanto à qualidade da educação no Brasil;
- d) Desconsideram-se o impacto do racismo impregnado na sociabilidade brasileira. Assim, as políticas educacionais não atingem as metas previstas e revelam um recorrente quadro de desigualdades, pois;

e) A crença no mito da democracia racial impede/inibe ações dos gestores no eixo da educação para o combate ao racismo e a discriminação racial. (FILICE, 2011, p. 117).

A autora avaliou os temas dos fóruns ordinários e extraordinários promovidos pela SEB (Secretaria de Educação Básica) e UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e identificou que nessas ações os programas dos fóruns nacionais direcionados a educação não deram prioridade à temática racial: “A invisibilidade da questão racial foi o eixo que perpassou toda a documentação avaliada tanto da UNDIME quanto da SEB, como de muitos gestores municipais respondentes da pesquisa [...]” realizada. (p.119).

Somente nas discussões do 9º Fórum Nacional, ocorrido em 2003, que a SEB fez menção a educação para os afrodescendentes e quilombolas. Mas não passou disso. O fórum não trouxe um debate firme sobre as relações étnico-raciais, num momento tão representativo, onde se reuniram pessoas de todas as regiões do país para este evento.

Em ambos os casos, UNDIME e SEB, os dados revelam um campo tenso e conflituoso em que se identificam as faces da cultura do racismo nos silêncios e omissões que perpassam as políticas educacionais propostas. Tanto na UNDIME quanto na DCOCEB/SEB a abordagem sobre a questão racial é posta à parte. Para as gestoras dessas instituições, outras questões eram mais urgentes para delinear uma educação de qualidade e daí minimizar a desigualdade racial. (FILICE, 2011, p. 129).

Mediante este tipo de tratamento com a questão étnico-racial, quais possibilidades as escolas públicas brasileiras tiveram para construir, efetivamente, um currículo plural, antidiscriminatório e de valorização das diferenças étnicas? Se pegarmos os dados sobre o nível de desigualdade educacional estabelecido no nosso país, verifica-se que no ano de 2000 a taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos de idade para os brancos era de 8,3%, enquanto que para os pretos 21,5%, e pardos 18, 2%, segundo Paixão (2010). Ou seja, os jovens afrodescendentes continuam sendo os mais expostos ao abandono escolar, abismo que acentua tristeza e indignação. Paixão constrói uma análise da taxa de analfabetismo do Brasil de 1988 a 2008, chegando às seguintes reflexões:

Observando-se a evolução das diferenças entre as taxas de analfabetismo dos dois grupos de cor ou raça, percebe-se que entre 1988 e 1998, as desigualdades entre brancos e pretos & pardos aumentaram. Assim, tomando por base a população com 15 anos de idade ou mais, as diferenças proporcionais nas taxas de analfabetismo entre pretos & pardos e brancos passaram de 135,5% para 146,6%. Já entre 1998 a 2008, as diferenças entre os grupos de cor ou raça obedeceram a um movimento declinante. Assim,

em 2008, a taxa de analfabetismo da população preta & parda maior de 15 anos era, proporcionalmente, 118, 4 % superior a dos brancos. (PAIXÃO, 2007).

Esses fatores anunciados comprovam que mesmo com a existência de leis, diretrizes e regulamentações que objetivam promover uma aproximação (obrigatória) da cultura negra com as instituições escolares, elas não têm tido aplicabilidade considerável. A análise de Paixão constata o quão absurdo é o nível de analfabetismo da população negra brasileira e a superioridade quantitativa de analfabetos deste grupo em relação à população branca.

Mas, como bem salientou Felice (2011), não houve prioridade nos debates dos fóruns nacionais realizados pelo Ministério da Educação no que tange aos temas relacionados à questão étnico-racial. Fator que fortalece ainda mais não só o nível de analfabetismo dos negros(as), mas, indiscutivelmente, o silenciamento sobre o problema da discriminação racial existente no país.

O MEC (Ministério da Educação), após a criação da SEPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) em março de 2003, e da SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), em julho de 2004, implementou uma série de cursos para a formação dos profissionais do magistério da educação básica, conforme o quadro abaixo:

Quadro 03 - Formação de profissionais do magistério da educação básica⁹

CURSOS	ANOS DE VIGÊNCIA	VAGAS
Educação Quilombola	2005 a 2007	1.420
UNIAFRO	2005 a 2008	7.313
Educação para Relações Étnico-raciais (aperfeiçoamento)	2008 a 2010	10.727
Educação para as Relações étnico-raciais (especialização)	2008 a 2010	3.839
Educação para as Relações étnico-raciais (UAB/ aperfeiçoamento e especialização)	2011	2.590
Educação Quilombola	2011	1.030

⁹ Informações retiradas do site: [www.etnicorracial.gov.br/ações e programas](http://www.etnicorracial.gov.br/ações_e_programas).

História Afro-brasileira e Africana	2012	3.845
Políticas de promoção da igualdade racial na escola (aperfeiçoamento)	2012	1.368
Políticas de promoção da igualdade racial na escola (especialização)	2012/12	12.595
Educação das Relações étnico-raciais (aperfeiçoamento)	2013	1.1700
Educação das Relações étnico-raciais (especialização)	2013	2.010
Educação das Relações étnico-raciais (extensão)	2013	350
Educação escolar quilombola	2.013	495
Total	52.365	

Com relação a esses cursos ofertados pelo MEC, temos duas reflexões a fazer. Primeiro, o curso começou com um número muito baixo de vagas, em 2005; dois anos após a aprovação da Lei 10.639/2003. A maior oferta aconteceu em 2012, chegando a um total de 12.595 vagas. De 2005 a 2013, dos diferentes cursos que aparecem na lista, o Ministério da Educação ofertou no percurso de 08 anos apenas 52.365 mil vagas para todo o Brasil, de acordo com os dados expostos no site do referido ministério.

Segundo, talvez neste ano de 2016, e nos anos subsequentes, a depender do rumo que a política brasileira venha a tomar, nenhum desses cursos seja mais ofertado, acarretando em um retrocesso sem precedentes. Visto que, mal assumiu a presidência da república, após a finalização do processo de impeachment de Dilma Rousseff, Michel Temer determinou o fechamento de alguns ministérios e secretarias. Entre eles, o Ministério da Cultura, o Ministério das Mulheres e as secretarias direcionadas a tratar de políticas públicas para a população negra, indígena, quilombola e do campo, a exemplo da Secadi.

O Estado brasileiro possui mais de cinco mil municípios. Neles se formam um quadro de milhares de professores e professoras que necessitam de formação na perspectiva étnico-racial, para que possam ter o conhecimento necessário para trabalhar um plano curricular que

atenda o objetivo da educação para as Relações Étnico-Raciais e da Lei 10.639/2003. Neste caso, a relação de cursos e o respectivo número de vagas ora evidenciados, são insuficientes para atender às redes de ensino do país; situação que deixa explícito que a administração pública não tem se comprometido em oferecer espaços de discussões suficientes com os educadores(as) sobre este grupo social.

É conveniente ilustrar que esta situação pode ter suas raízes na falta de interesse do sistema educativo que durante muitos anos não tratou a temática como prioridade. Indicadores anteriormente, como o debate sobre os fóruns nacionais organizados pelo Ministério da Educação através de órgãos importantes como a SEB e a UNDIME, apontam este desinteresse.

Os anos que se estenderam de 2003 (ano de implementação da lei) até 2013 (último curso ofertado pelo MEC, conforme quadro), o curso com a nomenclatura Educação Quilombola, apresentou apenas 495 vagas, refletindo indiscutivelmente a pouca importância que o sistema político e educativo tem demonstrado para com os debates (necessários) sobre a cultura de um povo que contribuiu não só com a formação cultural do país, mas também com sua formação política e econômica.

A segunda reflexão que colocamos em pauta é que, embora insuficiente o número de cursos formativos, eles não partiram de iniciativas de governos, mas sim dos atos de mobilização dos movimentos sociais negros que se defrontaram com o poder do Estado e da elite brasileira para ver reconhecido e valorizado nos currículos das escolas brasileiras a história, a cultura, a tradição africana e afro-brasileira. São reivindicações antigas e nunca atendidas em sua plenitude.

De acordo com João Carlos Nogueira, na escravidão, o Brasil virou as costas para a população negra e “[...] No período republicano, a partir de 1889, foi o principal obstáculo para o acesso dos negros à terra, à educação e ao trabalho”. (2004, p. 91). Trata da formação de uma sociedade onde

[...] A opção das elites brasileiras e dos setores da sociedade que formaram as estruturas de Estado e as bases de um projeto nacional foi a de excluir, sobretudo, negros e índios do projeto de nação, o que se expressa atualmente nas desigualdades estruturais de raça, gênero e pobreza, tão anunciadas pelas pesquisas oficiais, especialmente a partir da década de 1990. (NOGUEIRA, 2004, p. 91).

Esse modelo estrutural da sociedade pensado pela elite brasileira provocou indignação, mas também motivação aos movimentos sociais e negros em propor, principalmente no

processo da constituinte (entre 1982-1988) leis reparatórias; o que culminou em duas principais conquistas: a Lei 7.716, de janeiro de 1989, conhecida como a Lei do Caó, alterada em 1990, na qual se definem os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor.

No âmbito local, Sergipe tem uma história muito similar à maioria dos outros estados da federação brasileira. Acumulou secularmente pessoas escravizadas em suas terras, massacrou e cresceu economicamente à custa do trabalho da mão de obra escrava. O menor estado da federação brasileira também decretou lei provincial contra a presença dos negros nas escolas.

Por outro lado, em tempos mais recentes, no contexto da legislatura sergipana, tivemos alguns ganhos em favor da cultura negra no espaço social. A articulação de movimentos sociais que pretendiam avançar nas discussões e reflexões sobre a representação do negro no espaço escolar provocou alterações estruturais nos currículos dos sistemas escolares.

Estudando os elementos que antecederam a Lei 10. 639/2003, em Sergipe, Denise Maria de Souza Bispo procurou em sua pesquisa sistematizar e analisar a organização do processo de discussão sobre o conteúdo da lei no Estado de Sergipe. Neste trabalho, identificou a experiência de agentes e agências que discutiram a educação étnico-racial antes de 2003. Tendo como referência esta pesquisadora, identificamos na esfera estadual a criação de três leis que buscaram viabilizar a inserção da cultura afro-sergipana no espaço educacional:

[...] a lei 4192/1999, que “recomenda a inclusão do Conteúdo da Cultura Negra em Concursos Públicos, Curso de Formação e Aperfeiçoamento do Servidor Público Civil e Militar; e institui o 19 de janeiro como Dia Estadual de Luta da Consciência Negra, e dá outras providências”; a lei 5.497 de 23 de dezembro de 2004 que, “dispõe sobre a obrigatoriedade do Conselho Estadual de Educação estabelecer e normatizar as Diretrizes Operacionais, para inclusão nos currículos da Educação Básica das Redes Pública e Particular do Estado de Sergipe o ensino obrigatório da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, conforme a Lei Federal 10.639 de 09 de janeiro de 2003 e dá outras providências”⁴. Assim como a Lei nº 6.144⁵ de 04 de junho de 2007 que institui a Semana de Cultura negra no âmbito do Estado de Sergipe e dá outras providências. (BISPO, 2015, p. 26).

A existência dessas leis estaduais foi importante para a população negra sergipana por reconhecer formalmente que o sistema educacional do Estado precisava adequar-se à diversidade étnico-cultural que a compõe. Contudo, salientamos que há um problema não resolvido pelos órgãos administrativos; particularmente, quanto à Lei 5.497/2004, que veio

reforçar a Lei Federal 10.639 de 2003: as escolas públicas não possuem sinais de projetos que concretize o que ordena a lei. A questão racial continua sendo negligenciada nos currículos e o tema se resume apenas a datas comemorativas.

Os próprios instrumentos normativos da educação pública, criado pelo Ministério da Educação, como o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), só traz orientação educacional universalista, não levando em consideração o recorte racial e de gênero. Ou seja, transita na contramão das leis antirracistas. No Plano Nacional de Educação (PNE) também não se faz menção à educação antirracista, daí uma das razões de não atingir a qualidade social da educação à qual desejamos, como afirma Filice (2011).

Glézia Kelly Costa Santos (2011), na pesquisa que realizou com as comunidades quilombolas do campo em Sergipe, identificou uma série de problemas que assolam a maioria das escolas públicas do Estado. Entre as adversidades - falta de preparo profissional para lidar com as questões étnico-raciais, ausência de Projeto Político Pedagógico, escolas com estruturas físicas inadequadas, com raras exceções; e materiais didáticos inapropriados para trabalhar com a diversidade da população brasileira.

Das escolas do campo e de comunidades quilombolas visitados, segundo a autora, apenas duas contemplavam as questões da sua cultura e possuíam projetos políticos pedagógicos que são revistos anualmente. São apenas o Colégio Estadual Quilombola 27 de maio, do Quilombo Mocambo na Ilha de São Pedro, Porto da Folha, e a escola localizada no Quilombo de Campinhos, em Amparo de São Francisco.

Em outra escola, a autora ao visitá-la foi informada que não havia PPP e nenhum trabalho de conscientização e que, segundo uma professora da instituição, na escola é ensinado aos alunos que a comunidade a qual pertencem é um assentamento e não um quilombo. Ao ser indagada se os alunos se reconhecem como negros e quilombolas, a professora entrevistada pela pesquisadora responde:

Como negro não. Como quilombola também não, até porque nós não passamos para eles que vivemos em uma comunidade quilombola, aí eles não reconhecem que são quilombola, eles acham que moramos em um assentamento, eles não sabem a finalidade de um quilombo. Eles não se reconhecem como quilombola. [comecei a explicar a professora sobre a diferença entre assentamento e quilombo e novamente perguntei: seus alunos tem clareza do que é quilombo] *Não, nem eu tinha.* (Profª. Claudia 10/2010 entrevista concedida a Santos em 2011, p. 106).

Neste depoimento fica visível a dificuldade dos profissionais da educação em inserir os conteúdos da cultura negra africana e afro-brasileiras nas suas atividades curriculares. Quanto a isso, Gomes salienta que:

Não é tarefa fácil trabalhar pedagogicamente com a diversidade, sobretudo em um país como o Brasil, marcado por profunda exclusão social. Um dos aspectos dessa exclusão - que nem sempre é discutido no campo educacional - tem sido a negação das diferenças, dando a estas um trato desigual” (2013, p. 55).

O currículo escolar se constitui na identidade da instituição, o que denota, para além da objetividade encontrada nos conteúdos, as referências que compõe a particularidade de cada aluno ou de grupos de alunos – o modo de se relacionar com os outros, a cultura. Porém, desde que a escola começou a ganhar corpo:

O currículo escolar está baseado na cultura dominante: ele se expressa na linguagem dominante, ele é transmitido através do código cultural dominante. As crianças da classe dominante podem facilmente compreender esses códigos. Esse código é natural para elas. Elas se sentem à vontade no clima cultural e afetivo construído por esse código. É o seu ambiente nativo. Em contraste, para as crianças e jovens da classe dominada esse código é simplesmente indecifrável. (SILVA, 2009, p. 35).

O que Silva esclarece sobre o currículo está claramente perceptível nas nossas escolas, nos livros didáticos, no nosso comportamento diário quando estamos em sala de aula. Estão presentes nas nossas falas, como bem identificamos na entrevista concedida a Santos (2011), e já sublinhada anteriormente neste texto, de uma professora que leciona em uma escola inserida em um quilombo sergipano.

As escolas do campo e das comunidades quilombolas de Sergipe “[...] não apresenta nenhum trabalho com uma perspectiva inclusiva das questões étnico-raciais. [...] alega-se desde a falta de materiais e treinamento até a resistência por parte dos pais [...]” (IDEM, 2011, p. 106).

A autora se expressa ainda, dizendo que “[...] O fato é que a escola não tem cumprido seu papel de conscientização [...]”; pois, conforme diagnóstico:

[...] em geral o profissional de educação que atua nas comunidades quilombolas em Sergipe tem sentido dificuldade para trabalhar temas como cultura local, etnia, preconceito, discriminação, racismo, história afro-brasileira e africana, diversidade e comunidade tradicionais. (SILVA, 2011, 107).

Não obstante, a tese de doutorado de Marilene dos Santos (2013) é outro estudo que denuncia a calamidade das políticas educacionais em Sergipe no que concerne aos quilombos. A pesquisadora, ao analisar os cinco programas educacionais que constituíram a educação do campo: o Programa Nacional de Educação do Campo na Reforma Agrária (PRONERA); Programa Pro Jovem Campo-Saberes da Terra; Programa Educação nos Quilombos; Programa Escola Ativa; e o PROCAMPO (Licenciatura em Educação do Campo); destacou que o único não identificado em nenhum município sergipano foi o Programa Educação nos Quilombos. Este programa não estava presente nem mesmo nas escolas localizadas nas comunidades tradicionais quilombolas.

Em termos mais práticos, isso significa que a educação sergipana enfrenta a resistência do próprio Estado para criar as possibilidades de uma educação sociocultural de qualidade para os descendentes de quilombos. Enquanto isso, encontramos no âmbito das escolas da rede pública estadual, um quadro complexo de preconceito e discriminação que não tem sido combatido com vigor pelo poder público.

1.2 Mussuca, território de resistência e cultura: aspectos sociais e econômicos

Figura 02 - Entrada da Mussuca



Fonte: Danielle Lima (2015)

Povoação que resistiu aos tempos amargos da escravidão, a Mussuca define-se hoje como uma comunidade quilombola contemporânea. Esta reelaboração conceitual foi ganhando sentido e estrutura a partir das demandas da atualidade.

A Mussuca fica localizada no leste sergipano na região do Vale Cotinguiba, município de Laranjeiras, Sergipe. A comunidade, por razões que foram colocadas ao longo

deste texto, prevalece ainda no campo da luta contra aqueles que exploram suas terras e os deixam submetidos ao descaso.

Segundo dados da Secretaria Municipal da Saúde (2012), o município de Laranjeiras possui uma população estimada em 29.130 habitantes, reunidos em uma área territorial de 162,280 km². Estima-se que na Mussuca, segundo esta mesma fonte, habitam aproximadamente 3.043 pessoas.

Para conhecer um pouco da realidade socioeconômica do quilombo, conversei com uma família da comunidade e levantei algumas questões sobre diversos aspectos que contribuíram para a compreensão de como é a vivência deste grupo em um território de tradição rural quilombola. Assim, o contexto desta seção baseia-se na leitura que os próprios entrevistados fizeram da sua realidade.

A escolha desta família se justificou pelo fato de serem nascidos, criados e continuarem morando no quilombo até hoje. As narrativas recorreram à memória e às percepções dessas pessoas quanto às suas próprias vivências materiais e simbólicas.

Para quem visitou pela primeira vez um território quilombola, talvez pensasse que encontraria um cenário cujas características se aproximaria de uma realidade que chegou ao fim faz séculos: a ideia de lugar de negros refugiados, marca expressiva de uma época que não mais existe, legalmente.

Contudo, bastou um olhar mais atento para o cenário que foi possível perceber traços históricos e contemporâneos que marcam a trajetória do território e do seu povo. No que diz respeito a suas características físicas, observamos a existência de cemitério, igreja, casas de terreiro, duas escolas de ensino fundamental, pequenas mercearias, posto de saúde.

Quanto à igreja enquanto símbolo religioso, imprime a forte presença do catolicismo na comunidade. Herança da imposição religiosa feita pelos colonizadores que vieram para a região. O patrimônio, por ser muito pequeno para atender a população, suscitou a necessidade de outra que já está sendo construída com dinheiro doado pelos quilombolas. De acordo com a entrevistada, que aqui a chamamos de 'Y', os fiéis rotineiramente realizam bingos e quermesses (festas paroquiais) para arrecadar fundos no intuito de levantar a nova igreja.

Figura 03 - Igreja católica da comunidade Mussuca



Fonte: Danielle Lima (2015).

Embora a presença do catolicismo seja um fator marcante na cultura religiosa da Mussuca, as raízes de matrizes africanas também se fazem presentes. Não é por acaso que existem quatro casas de terreiros na povoação, segundo a moradora da comunidade.

Cabe salientar o implícito projeto de aniquilação das tradições religiosas africanas e a maneira como sua representação foi introduzida no imaginário das pessoas, alegando ser um ritual ligado a coisas ruins: ao demônio, bruxaria, magia negra, feitiçaria, barbárie, primitivismo. Isso provocou preconceito, discriminação, estranhamento e mesmo distanciamento com a religião. Ainda que atualmente existem movimentos de conscientização e se vivencie a conquista da liberdade religiosa, aqueles que seguem os princípios das religiões afro-brasileiras ainda enfrentam vários adversários e obstáculos que implicam de maneira direta em seu estabelecimento no país.

Um dos legados deixados pelos africanos no Brasil foram os remédios caseiros com a utilização de ervas medicinais. Trata-se de uma maneira de prevenção, ou mesmo cura de algumas doenças. Hoje em dia esta prática tem sido um dos recursos usados pelos quilombolas da Mussuca. Porém, as ervas nem sempre são suficientes para eliminar as enfermidades que se manifestam nos dias atuais.

Nesse sentido, os quilombolas precisam de atendimento médico, estruturas hospitalares e remédios. Existe na comunidade um posto de saúde em funcionamento e outro em fase final de construção. O mais antigo por possuir estrutura muito pequena se tornou inadequado para atender ao elevado número de pacientes.

Mesmo inadequado, até os primeiros meses de 2016 o posto de saúde mais antigo (Unidade de Saúde da Família José Augusto dos Santos) era o que vinha dando assistência ao público (foto abaixo). Segundo a entrevistada 'B', o quadro funcional do posto é composto

por uma médica, um dentista e um enfermeiro, sendo que estes profissionais não estão lá todos os dias. Inclusive, a entrevistada relatou que a mesma médica também faz atendimento no posto de saúde do Cedro (Comunidade Vizinha). Muitos dos que vivem nas áreas quilombolas encontram-se em situação de pobreza, dependendo unicamente do SUS (Sistema Único de Saúde).

Figura 04 - Unidade de saúde da família José Augusto dos Santos



Fonte: Danielle Lima (2015)

No tocante às residências, são em sua maioria construídas coladinhas umas das outras. Uma arquitetura que está se tornando comum em grande parte das comunidades rurais, mas possuindo quintais grandes, onde um pedaço das terras é destinado ao plantio de lavoura de subsistência.

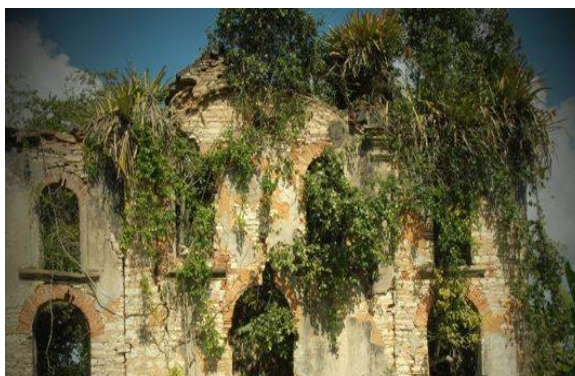
Figura 05 - Rua da Mussuca



Fonte: Danielle Lima (2015).

A Mussuca viveu em meio a engenhos e fazendas sempre exploradas pelos empreendedores do sistema capitalista, tanto em épocas passadas quanto nas atuais. A comunidade, mesmo tendo a certificação de quilombo, enfrenta uma condição de vulnerabilidade em função da falta da titulação legal para tal classificação.

Figura 06 - Ruínas do engenho ilha



Fonte: Danielle Lima

As riquezas naturais do lugar, ambicionadas pela exploração do capitalismo, deram espaço às tensões e conflitos vividos na comunidade. Esses embates vêm se agravando em consequência dos enfrentamentos dos quilombos pela posse da terra. Por muito tempo a Mussuca, segundo o entrevistado 'D', teve suas terras exploradas em função das pedreiras existentes na região. A matéria prima destinava-se às empresas de construção civil. O morador destaca que 90% do que era extraído das jazidas ia para a capital, Aracaju.

Quando perguntamos sobre o impacto desta extração para a comunidade, os entrevistados responderam que durante muitos anos passavam diariamente pelas ruas da Mussuca várias carradas de pedras em caminhões. O peso dessas cargas chegava a rachar ou afundar a rua da via principal, o que gerou o descontentamento da população:

O movimento dos carros pesados aqui era muito, principalmente das caçambas de pedras que fazia todo o trajeto aqui por dentro da via principal, aí foi quando chegaram a um denominador comum, como tava quebrando muito o calçamento, que os carros pesados não iam mais entrar aqui para fazer este tipo de trabalho. Acredito que essa decisão partiu da comunidade e do município. Na realidade esses carros tinham acesso por dentro da própria fazenda, mas como eles achavam que era mais difícil para os carros pesados trafegar com as caçambas, muito peso e por não ser calçamento na época de chuva, então eu creio que como é terra de massapé, desliza muito. Aí eles preferiam aqui, apesar de ser mais longe. Passava aqui também carro de cana, tá entendendo? Tanto a pedra como a cana eram extraída da fazenda Fonte Grande. (ENTREVISTADA B)

Para além da degradação das ruas, a extração na pedreira afetava as casas dos moradores. Vejamos relato:

Por conta dos tiros da pedreira havia muitas rachaduras nas casas. Porque eles trabalhavam com um processo de retirada de pedra que não era apropriada. Se não me falha a memória parece que eles utilizavam dinamite. Então era muito forte os estrondos. Pra você ter ideia aqui até as portas do banheiro balançavam. Aqui mesmo na casa onde a gente mora, a casa tinha várias rachaduras aí meu pai colocou amarração na casa toda e mesmo assim tem alguns lugares que mesmo a casa toda amarrada, argolada ela ainda tem algumas rachaduras porque o impacto é muito forte. [...] Eles tinham conhecimento disso, mas mesmo assim eles continuavam dando esses tiros. (ENTREVISTADA B, 2016).

Nos dias contemporâneos, na fazenda Fonte Grande ainda são extraídas pedras para fornecer a construção civil. Perguntamos se o pessoal da comunidade usava as pedras extraídas do quilombo para fazer suas casas e se o valor pago era menor que o comercializado para fora. De acordo com a moradora:

Às vezes quando as pessoas da comunidade aqui precisam, compram. Mas não sai mais barato não. Quando querem comprar falam com alguém da pedreira, porque aqui tem pessoas da comunidade que trabalha e procuram saber quanto que custa em média uma caçamba de pedra, e assim, as pedras são tiradas daqui. (ENTREVISTADA B, 2016).

Mediante as falas dos entrevistados é possível dizer que fica evidente que a relação que os quilombolas têm com a terra é totalmente diferente da que ocorre com os latifundiários e empreendedores. Para os quilombos a terra é a base de sua existência, é a partir dela que são produzidas e reproduzidas suas relações sociais como também a caracterização de sua identidade, conferindo-lhes a legitimidade de permanência ao lugar. De maneira contrária, para os empresariados a terra significa lucro.

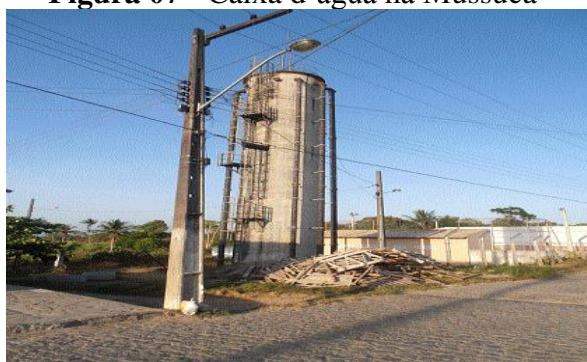
Sergipe possui duas importantes empresas localizadas em Laranjeira, a Fafen (Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados) e a Votorantim, esta última atuando no mercado de cimento (dados de 2012, INFONET)¹⁰. De acordo com o Departamento Técnico do Desenvolvimento Econômico e da Tecnologia e Ciência (SEDETEC), o Estado se destacou ocupando o 5º lugar a nível nacional, e 1º primeiro no Nordeste em 2011, como maior produtor brasileiro de cimento, perdendo apenas para São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Distrito Federal (informação de 2012).

¹⁰ Dados retirado deste site: Disponível em: <http://www.infonet.com.br/economia/ler.asp?id=136618>. Acesso em: 12 de mar. de 2016.

As empresas simplesmente se instalam no município e exploram os recursos naturais. Se há algum tipo de repasse a região como, por exemplo, aplicações em ações sociais e educativas, elas não estão visíveis na Comunidade Quilombola Mussuca. Geralmente quando alguém da comunidade trabalha nessas empresas é por meio das terceirizadas, ocupando assim os piores cargos, com pouca condição de trabalho, salários inadequados e por tempo determinado.

Enquanto os capitalistas constroem seus impérios, os moradores da comunidade necessitam até de saneamento básico. A população não desfruta de água encanada mesmo existindo uma caixa d'água construída na comunidade e tendo fontes para tal.

Figura 07 - Caixa d'água na Mussuca



Fonte: Danielle Lima

Para a moradora 'X' da comunidade, o poder público não tem compromisso com o quilombo e declarar:

O poder público, os políticos não têm interesse pela comunidade não. O interesse deles é por voto. Caixa d'água aqui não falta. Aqui tem muitas caixas d'água, mas a água que é extraída de poços daqui da comunidade não é para as pessoas que moram aqui. Sua distribuição é para Município de Socorro e também para Aracaju. (ENTREVISTADA X, 2016).

Continua...

O abastecimento de água aqui foi daquele projeto Chapéu de Couro, da época de João Alves. Então aqui até hoje não tem água encanada. Tá entendendo? Só que assim, esse projeto chapéu de couro ele foi de chafariz, a população compra os canos e abastecem as casas de lá. Antes a gente pegava água nas fontes, nos açudes, era água para as necessidades. Pegava na cabeça e hoje não. Tem o Rio São Francisco que passa aqui também encanação, essas coisas. Tipo, eles deixam suspiro e a população pega essa água. (ENTREVISTADA 'X', 2016)

O Estado fornece para aqueles que se reconheceram como quilombola uma cesta básica, cujo fornecimento é feito através da associação dos moradores. Este é o único recurso que recebem do governo, ressalta a moradora. Para os jovens quilombolas não existe nenhum programa solidário direcionado a eles.

Diante do exposto, o desafio da população quilombola é sobreviver amparada pelas suas principais atividades econômicas, que são a agricultura, a pecuária e o extrativismo (pescaria). Nas roças os moradores cultivam pomares e hortas nos quintais. A maior parte desses alimentos é destinada ao consumo dos próprios quilombolas.

Figura 08 - Quintal da família quilombola entrevistada



Fonte: Danielle Lima (2015)

As imagens retratadas acima simbolizam um pouco do que é a Mussuca e a relação das famílias com a terra: o amor, o cuidado, o cultivo e a preservação. Perguntamos à família entrevistada de onde vem a renda deles para o sustento. A resposta é que todos estavam desempregados e dependendo do dinheiro da aposentadoria dos pais, mas que também faziam ‘bicos’ (trabalho informal) vendendo acarajé na frente da casa, peixe e camarão na feirinha da comunidade.

De modo geral, informalmente falaram que em relação à comunidade a renda familiar é advinda dos diversos setores econômicos; da aposentadoria do chefe da família, do trabalho da agricultura, da criação de animais (pecuária), da pesca, do trabalho na indústria e na construção civil. Mas, devido à elevada taxa de desemprego, o que tem sustentado os grupos familiares são as aposentadorias dos mais velhos e o complemento adquirido por meio da venda dos excedentes.

Assim, a nossa renda vem do trabalho e da aposentadoria. Como a gente mora com os nossos pais, então eles são aposentados os dois. Ultimamente é que, pelo momento dessa crise, nós estamos todos desempregados, tá entendendo? Aí tem o que, o outro lado que, por mais que estejamos desempregados, mas a gente se vira com a venda do acarajé, essas coisas. Que esse dinheiro do acarajé e outras coisas que a gente faz, esse dinheiro

dá pra a gente tá comprando as nossas coisas. (ENTREVISTADA ‘X’, 2016).

Quando conversamos a respeito da maré da Mussuca, ambiente muito utilizado por pescadores, perguntamos se eles iam pescar os mariscos para comercializar. No caso desta família, especificamente, disseram que não. Eles afirmaram que iam à maré de forma esporádica quando querem comer algo diferente. Vão lá e pescam, pegam ostras e caranguejos quando estão de ‘andada’¹¹.

Com a crise e a falta de empregos formais, uma das irmãs desta família passou recentemente a vender na feira tempero, camarão e um peixe chamado milongo. Ela vende este tipo de pescado porque os outros tipos já são vendidos na feira. Deste modo, não tem concorrência. Contudo, os peixes e os camarões são comprados e não pescados diretamente por ela.

A gente aqui em casa não trabalha diretamente com a pescaria. Mas aqui tem um grupo de pessoas que sim. Assim, que foram criados desse jeito, desde a antiguidade, com familiares, por exemplo. E até hoje tem pessoas que ainda fazem esse tipo de trabalho. Antes era muito para sobrevivência mesmo, hoje tem um grupo daqui que pescam e vivem disso. Como também tem pessoas hoje que já são aposentadas, mas que assim não conseguiram deixar de pescarem pra venda mesmo. É uma renda a mais pra família, tá entendendo? Só que hoje como eles já estão aposentados, alguns, mas ainda tem aquela disponibilidade e tudo. E dizem que não conseguem ficarem em casa. Aí vão e complementam esta renda familiar. (ENTREVISTADA X, 2016).

Mesmo a agricultura e a pecuária não sendo a principal atividade econômica da maioria dos jovens que vive na Mussuca, nos quintais sempre há um espaço para o plantio de verduras, frutas e ervas. Eles utilizam frequentemente plantas medicinais na forma de chá, insumo, infusões, xaropes e banhos para curar as enfermidades.

As práticas relacionadas ao uso popular de ervas medicinais são alternativas para o tratamento de doenças e a manutenção da saúde. São práticas antigas herdadas dos ancestrais negros que viveram na povoação no passado e que foram vítimas do sistema da escravidão.

Assim, é possível colher nos quintais cidreira, sambacaitá, aroeira, capim santo, hortelã, mastruz, manjerição. Segundo a entrevistada ‘Y’, muitas dessas ervas nascem naturalmente e, apenas quando os moradores percebem que estão entrando em extinção, retiram a muda para plantar. Cultiva-se quiabo, couve, abóbora, pitanga, coco, manga,

¹¹ Os períodos de “andada” se caracterizam pela saída do caranguejo de sua toca com o objetivo de acasalar, tornando-se presa fácil.

banana, tamarindo, acerola, limão, jaca, entre outras variedades; sem o uso de nenhum tipo de agrotóxico. Criam-se também gado, galinha, pato, ovelha e cavalo.

Os entrevistados ainda relataram que na comunidade existe uma relação afetiva e de solidariedade. Em épocas de festas juninas, com a colheita do milho, mesmo aqueles que fizeram sua roça na intenção de comercializar o produto chamam os vizinhos mais próximos para desfrutar da iguaria, a exemplo daqueles que não têm o roçado de milho para colher em seu quintal.

A prática da pescaria e a necessidade de organização comunitária levaram à formação da associação dos pescadores, entidade que pode promover iniciativas conjuntas com outras na busca por alternativas para o desenvolvimento econômico e social da população (também é uma maneira de situar este tipo de extrativismo como uma atividade que merece proteção, inclusive jurídica).

A Mussuca também possui uma Associação dos Moradores. Contudo, quando perguntamos em que essas associações têm contribuído para o desenvolvimento da comunidade, a entrevistada respondeu:

Aqui tem dois prédios de associações, o de pesca e o de moradores [...] hoje a contribuição da associação eu vejo em nada. A associação de moradores aqui, logo no início foi muito boa, houve muito planejamento, essas coisas dentro da própria comunidade. Porque assim, o rapaz que foi presidente foi pessoa muito responsável, pessoas que não tinha envolvimento político, onde fez um bom trabalho junto com a população. A população, jovem e idosa fazia questão de se associarem. Só que com o desenvolvimento político a associação de moradores daqui caiu muito porque houve muito envolvimento político e hoje só tem o prédio que não funciona praticamente. Porque o prédio hoje só funciona quando tem algum evento, por exemplo, um aniversário. (ENTREVISTADA 'X', 2016).

O relato acima da moradora do quilombo nos levou a entender que a instituição ficou fragilizada por conta da passagem de líderes que se subordinam às políticas partidárias. Situação que tem prejudicado o papel da associação no fortalecimento social, político e econômico do quilombo.

O drama do desemprego e da má distribuição de renda na comunidade de quilombo se respalda na falta de políticas públicas mais eficazes. Uma forma de reduzir a pobreza e promover um justo desenvolvimento socioeconômico poderia estar pautada, por exemplo, na produção agrícola familiar. Se o governo investisse nesse tipo de projeto as famílias sobreviveriam não só da subsistência, mas também da própria comercialização de produtos livres de agrotóxicos.

A Mussuca possui perfil para a agricultura familiar. Uma estratégia econômica que levaria as famílias desta comunidade a serem responsáveis pela propriedade e o cultivo da terra, utilizando-se de um empreendimento ligado entre si por laços de parentesco. Neste tipo de modelo de desenvolvimento econômico, Abramovay (1979) explica que o capital pertence à família, o patrimônio é objeto de transferência intergeracional e seus membros vivem na unidade produtiva, geralmente.

Ocorre, todavia, que esse modelo de desenvolvimento econômico não representa atualmente interesse significativo para preencher os cofres do Estado, de modo que oferece pouca linha de crédito para a agricultura familiar. Os grandes empreendedores da monocultura caracterizam este tipo de produção como “[...] apesar da sua importância social, não se pode considerar a agricultura familiar como relevante sob o ângulo econômico” (ABRAMOVAY, 1997, p. 01).

Ou seja, buscam sempre associá-la à agricultura de baixa renda ou mesmo de subsistência. Quando, na verdade, ela é dinâmica e rentável. Para Abramovay:

Se a preocupação com a agricultura envolver não só o aspecto produtivo, mas também uma estratégia de desenvolvimento descentralizado e voltado à ocupação equilibrada do território, as unidades familiares apresentam um trunfo decisivo: elas podem ser a base de formação de uma sociedade civil do meio rural, daquilo que aparece frequentemente como termos antagônicos: a cidadania no campo. Não é sem razão que o sul do país, onde o peso social e econômico da agricultura familiar é, em geral, superior ao do setor patronal, se observam os embriões de organizações locais que poderão contribuir de maneira importante com uma nova visão do papel do espaço rural na luta contra as desigualdades. (ABRAMOVAY, 1997, p.10).

O cerne da questão se dá, sobretudo, na forma como o agricultor familiar lida com a terra e como os grandes proprietários as utilizam. Este último se encarrega da defesa da grande e rápida produção e, para tal, faz uso de insumos modernos, tais como: inseticidas, herbicidas, fungicidas, entre outros tipos de agrotóxicos, substâncias inviáveis a saúde e a vida.

Infelizmente, ainda, os grandes proprietários são os principais beneficiados pelo Estado, em função do acesso à alta tecnologia e pela disponibilidade de créditos bancários para que seja viabilizado o sistema produtivo em grande escala. Além disso, este modelo econômico de produção se aproveita da mão de obra assalariada e explorada para alavancar seus negócios internacionalmente. O modelo oposto é a organização agropecuária centrada na “empresa familiar” que traz vantagens sociais, econômicas e ambientais, seguindo um perfil de sustentabilidade que a distância do modelo patronal.

CAPÍTULO II - A MUSSUCA NO DEBATE DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: O QUE DIZEM OS TRABALHADORES/AS DA EDUCAÇÃO ANTES DA FORMAÇÃO

Urge desenvolver
Espaços pedagógicos
Que demonstrem a
multiplicidade identitária
no Brasil por um currículo
pedagógico que faça
o estudante conhecer suas
origens e reconhecer-se.
(MOURA, 2012, p. 29)

A proposta de uma Educação Quilombola está vinculada à política de um currículo construído com os quilombolas e para os quilombolas, baseado nos saberes, conhecimentos e respeito às suas matrizes culturais. Portanto, ela se configura numa educação diferenciada, onde é essencial trabalhar a realidade a partir da história de luta e resistência dos(as) negros(as).

A educação formal em um quilombo precisa estar fundamentada na vivência e organização coletiva, na relação da população com a terra, com a cultura e com o sagrado. Estes elementos devem ser incorporados nos espaços escolares que atendem aos estudantes também quilombolas.

Uma estrutura curricular que dialogue com a comunidade viabiliza discutir temas importantes como a ideia da existência de uma democracia racial no Brasil, a qual tem camuflado a necessidade de gerir ações afirmativas que possam acabar com a desigualdade racial e a discriminação direcionada a determinados grupos étnicos.

No nosso contexto social, verificamos como acontece normalmente o acesso do indivíduo no mercado de trabalho. Este ingresso não se dá apenas levando em consideração o nível de escolaridade, pois subjaz a aspectos indiscutivelmente discriminatórios, com base no pertencimento de classe, cultura e cor; classificação que atinge principalmente a população negra.

É comum ouvir o pretexto de que a dificuldade de ingresso de parte da população a determinados empregos está explicada pela falta de qualificação dos mesmos. Contudo, “[...] vimos como insuficiente a justificativa de que os negros não se inserem no mercado de trabalho porque não possuem qualificação adequada para exercer esta ou aquela função [...]”

(FINICE, 2011, p. 249). Ao contrário disso. “[...] compactuamos da ideia de que a exclusão ocorre também, senão primeiramente, por serem negros [...]”. (Idem, 249).

Neste capítulo vamos explicar o que dizem os educadores da Comunidade Quilombola Mussuca a respeito do seu currículo pedagógico, do seu planejamento e, sobretudo, do conhecimento que possuem sobre a cultura da comunidade.

Os dados foram adquiridos a partir da análise do questionário realizado pelo Projeto do Observatório em Educação, aplicado aos educadores da Escola Municipal Prefeito José Monteiro Sobral. O objetivo do procedimento foi compreender como se constituía o currículo da escola antes do curso de formação desenvolvido pelo projeto, e seu diálogo com a cultura da comunidade.

O currículo para as relações étnico-raciais é uma ferramenta de enfrentamento ao preconceito e a discriminação racial. Ao ser constituído nesta perspectiva, considera as pessoas, sua história de vida, suas referências culturais, além de respeitar e valorizar as particularidades de cada sujeito que frequenta a escola.

Nos últimos tempos a temática da identidade e da diferença cultural tem ocupado espaço no pensamento sobre currículo. Trata-se de uma reflexão que deve ser instigada nas escolas e nas propostas dos sistemas de ensino, assim como na formação inicial e continuada do docente. Conforme Silva (2009, p. 195):

As narrativas contidas nos currículos, explícita ou implicitamente, corporificam noções particulares sobre conhecimento, sobre formas de organização, sobre os diferentes grupos sociais. Elas dizem qual conhecimento é legítimo e qual é ilegítimo, quais formas de conhecer são válidas e quais não são, o que é certo e o que é errado, o que é moral e o que é imoral, o que é bom e o que é mal, o que é belo e o que é feio, quais vozes são autorizadas e quais não são. As narrativas contidas nos currículos trazem embutidas noções sobre quais grupos sociais podem representar a si e aos outros e quais grupos sociais podem apenas ser representados ou até mesmo serem totalmente excluídos de qualquer representação. Elas, além disso, representam os diferentes grupos sociais de forma diferente: enquanto as formas de vida e a cultura de alguns grupos são valorizadas e instituídas como cânon, as de outras são desvalorizadas e proscritas. Assim, as narrativas do currículo contam histórias que fixam noções particulares sobre gênero, raça, classe – noções que acabam também nos fixando posições muito particulares ao longo desses eixos.

Com a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-raciais, a Lei 10.639/2003, e a Resolução 01/2004, entre outras ações afirmativas, vem-se desmistificando “[...] valores de uma ciência que negou e silenciou nos currículos escolares narrativas de grupos considerados minoritários como, por exemplo, o africano e seus

descendentes [...]”. (SANTANA, 2013, p. 108). Tal situação vem sendo desnaturalizada gradativamente com o avanço de novos estudos sobre a questão racial.

Mas as políticas afirmativas antirracistas estão sendo discutidas pelos educadores da comunidade em estudo? Esses mesmos educadores têm passado por processos de formação específica para lidar com a desigualdade racial presente também na escola? Houve alguma mudança da atual situação curricular da referida escola em relação ao diagnóstico da pesquisa de Isabela dos Santos realizada em 2013? Os relatos dos participantes do questionário (2015) aplicado pela equipe do observatório trouxeram-nos algumas respostas.

Os relatos aqui analisados foram aqueles que mais se aproximaram do nosso problema de pesquisa. O questionário tratou de questões pertinentes a: planejamento; importância do trabalho; relação do trabalho com a cultura da comunidade; cursos que os educadores fizeram para trabalhar com a cultura africana e com alunos quilombolas; também sobre a disponibilidade de materiais para o trabalho; e a utilização de tecnologia para desenvolver suas atividades.

A povoação onde trabalham esses educadores(as) se trata de um “quilombo contemporâneo”¹², lugar onde pode visualizar diversas manifestações culturais, como a do Reisado, Lambe-sujo, Cacumbi, Taieira, Chegança, Samba de Coco, São Gonçalo, Samba de pareia¹³. São manifestações que celebram elementos trazidos tanto da África como de Portugal. É valioso estudar cada manifestação, entender seus significados, compreender o passado por meio de uma literatura atualizada e consistente, e contribuir para que os estudantes descendentes de quilombos tradicionais tenham orgulho de suas origens.

No entanto, diante da análise do questionário, podemos dizer que o mesmo expressou com propriedade a dificuldade institucional de atuar de acordo com a Lei 10.639/03, conforme veremos a seguir.

Dos 36 funcionários da Escola Municipal Prefeito José Monteiro Sobral, 28 responderam o questionário. Mas, para esta análise, utilizamos apenas as respostas dos(as) docentes. Visando preservar os autores, optamos por identificá-los(as) com as letras do alfabeto maiúsculo elevado a 2, como indica o Exemplo: B².

Analisamos as respostas de 19 docentes distribuídos entre polivalentes e disciplinas específicas. Deste quantitativo, 07 residem na capital (Aracaju), 03 em Laranjeiras e 09 na Mussuca. Quanto ao tempo que atuam na área e na escola, identificamos que 80% do(as) professores(as) possuem experiências no cargo. Conforme indica quadro abaixo:

¹² Para saber mais sobre este termo ler Glória Moura.

¹³ Mais detalhes no site: <http://www.laranjeiras.se.gov.br/manifestacoes.asp>. Acesso em: 24 de abr. de 2016.

Quadro 04 - características da população investigada segundo o tempo de trabalho

DOCENTES	TEMPO QUE TRABALHA NA ÁREA	TEMPO QUE TRABALHA NA ESCOLA
01	30 anos	08 anos
02	28 anos	01 há 28 anos/01 há 16 anos
03	27 anos	01 há 20 anos 01 há 16 01 não respondeu
01	22 anos	07 anos
02	21 anos	21 anos
03	20 anos	02 há 10 anos 01 há 03 meses
01	16 anos	16 anos
02	12 anos	01 há 12 anos 01 há 08 anos
01	09 anos	04 anos
01	08 anos	08 anos
01	07 anos	07 anos
01	04 anos	04 meses

OBS: Desses funcionários 03 (Carteira Assinada) 15 (Efetivos) 01 (Contratado)

O quadro acima mostra que na equipe de professores(as) há um docente com contrato temporário. De acordo com o relatório em anexo, a Secretaria de Educação de Laranjeiras justifica o contrato da professora alegando não ter concursados na área de matemática para preencher a vaga.

É importante ressaltar que muitas vezes esses contratos temporários tratam de uma questão de interesse econômico e político dos governantes, pois financeiramente é mais barato a administração municipal contratar o docente por um prazo determinado, limitando-se ao ano letivo, sem registro na carteira de trabalho e previdência social, do que manter regularmente um professor efetivo na função.

O uso de serviços por contratos não só afeta o profissional que assume a função e tem direitos reprimidos, como também, de certo modo, o andamento dos projetos escolares. Torna-se complicado desenvolver um projeto de formação com funcionários contratados, porque estes não têm nenhuma garantia de permanência nesta ou em qualquer outra unidade escolar do município.

O projeto de formação continuada para as relações étnico-raciais que está sendo desenvolvido pelo Observatório em Educação é para os(as) educadores(as) executarem o que aprendeu com os(as) alunos(as) nas escolas da comunidade. Aquele profissional que está trabalhando hoje, mas amanhã pode não mais estar, rompe com toda a estrutura de planejamento de qualquer projeto escolar.

Ao iniciar nossa reflexão, partimos do conjunto de questões que a equipe do Observatório em Educação colocou como sendo necessárias para obter um panorama do currículo da escola na perspectiva étnico-racial. A primeira questão pretendeu saber da existência do planejamento escolar que orientasse o trabalho do(a) professor(a).

Poderíamos pensar que se trata de uma questão de resposta óbvia, pois para que a escola possa caminhar bem, é fundamental a elaboração de um guia (planejamento) de orientação, tendo como ponto de partida a realidade em que se vão aplicar as ações desejáveis. Da implementação da LDB até os dias atuais, os planejamentos escolares foram se redefinindo e ganhando novas formas de apresentação e aplicabilidade. Ganhou flexibilidade e interação não só entre professores(as) e alunos(as), mas também entre professores(as) e suas respectivas disciplinas, todos construindo concomitantemente.

Este é o sentido para uma educação escolar mais dinâmica e sensível aos diversos saberes e conhecimentos das diferentes áreas. Nilma Lino Gomes (2012), que discute as tensões e os processos de descolonização dos currículos nas escolas brasileiras, coloca que os currículos estão cada vez mais sendo inquiridos a mudar. É um desafio para a educação escolar, porque ela ainda carrega o empobrecido caráter conteudista no processo de ensino e aprendizagem.

No diagnóstico feito no princípio de 2015, do total de 19 docentes, 03 foram enfáticos informando a inexistência de planejamento coletivo na escola situada no quilombo. Selecionamos algumas falas da categoria.

Segundo o professor L², a escola “não tem planejamento”. Informação extremamente preocupante, pois o planejamento é uma atividade de reflexão acerca das opções e ações que envolvem juízos e valores de uma determinada realidade. Nele, articula-se, como bem ressalta Libâneo (1994), o trabalho da escola com a realidade social, e tudo que ocorre no interior da escola está revestido de significados políticos, econômicos e culturais, características típicas da nossa sociedade.

A ausência deste instrumento resulta, significativamente, na exclusão de temas importantes ligados às realidades dos estudantes que frequentam a escola da Mussuca. No caso do professor(a) E², afirma fazer o seu planejamento individualmente:

Sim. Meu planejamento pessoal é de acordo com a série e os assuntos inseridos no livro didático inclusive respeitando os conteúdos antes e após cada semana de avaliação além de aproveitar o calendário de festividades do ano para contextualizar em inglês sempre que possível. (2015).

Vimos que o(a) professor(a), na sua argumentação, mostra que ainda mantém uma prática tradicionalista utilizando apenas o livro didático como material pedagógico, além de conduzir suas atividades associando-as às datas comemorativa e/ou festividades. Temas importantes como a cultura africana e afro-brasileira é comum ser trabalhado apenas somente no dia 13 de maio ou na semana da Consciência Negra, em 20 de novembro. Enquanto que a cultura dos(as) brancos(as) está presente todos dos dias do ano letivo.

O livro didático tem sua função e importância, mas nunca deve determinar o exercício do ensino e da aprendizagem. Nós, professores e professoras, devemos estar abertos a outros universos de pesquisas para conduzir as aulas, haja vista que o livro didático é apenas uma das alternativas de investigação.

O planejamento coletivo é o ideal para organização pedagógica da escola, visto que a educação escolar tem por objetivo também preparar o educando para o exercício da cidadania. Entretanto, esse processo formativo não se alcança sem a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, inclusive da família. Nesse aspecto, o planejamento da escola tem um sentido mais global, com orientações gerais construídas e analisadas em conjunto, tendo como fio condutor o projeto político pedagógico da unidade de ensino.

O professor B², do ensino fundamental inicial, colocou restrições ao elaborar seu planejamento. Ele segue rigorosamente as orientações dos programas criados pelo governo federal: “Atualmente o meu planejamento é feito seguindo orientação do PNAIC. Como ensino o 3º ano o foco é alfabetizar com atividades restritas e com objetivo de que o aluno saiba ler e escrever” (B², 2015).

A fala do professor(a) J² reforça ainda mais a característica tradicionalista conservada na escola. No que tange ainda a pergunta da existência do planejamento, o professor responde: “Sim. Através do livro didático que usamos como parâmetro”. Outro docente é mais enfático e diz: “Sim. O planejamento é feito por mim mesmo, porém não há nenhum processo construído junto com a escola”. (Docente U²).

Ainda dentro deste contexto, apenas um docente ressaltou trabalhar o planejamento de acordo com a realidade do estudante: “Sim, cada professor elabora seu planejamento de acordo com a realidade do seu aluno”. (Docente P². 2015).

Sistematicamente, as respostas dos docentes ficaram assim distribuídas: 07 disseram ter planejamento - de forma individual e com auxílio de livros didáticos e da internet; 05 responderam apenas que sim; 01 disse ser orientado pelo PNAIC (Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa); 02 disseram fazer planejamento coletivamente e 04 afirmaram não ter planejamento na escola.

Ficou evidente, mediante as respostas dos entrevistados, que o livro didático continua sendo um material de referência exclusiva na hora dos professores planejar e trabalhar com os alunos em sala de aula. Mas de que forma os autores dos materiais didáticos usados por esses professores vêm retratando a imagem do negro e das comunidades quilombolas? Uma das questões que se deve prestar atenção é no fato de o livro didático não trabalhar com a realidade local. Nesse sentido, não pode e nem deve ser a única fonte de referência no planejamento escolar dos professores.

Os professores precisam ter cuidado para não agirem profissionalmente de forma contrária ao que recomenda os parâmetros legais. Portanto, devem estar atentos ao que está sendo exposto nos materiais pedagógicos e livros didáticos, observando inclusive como os textos e as imagens estão inseridas no material que servirá de companheiro para estudantes de classes sociais diferentes, de etnias distintas, de saberes e crenças diversas, pois, como indica Bitencourt (2002), o livro didático, por ser portador de uma ideologia, de uma cultura que transmite estereótipos e valores especificamente de grupos hegemônicos, exige prudência por parte do educador.

Diante do exposto, podemos afirmar que o modelo de planejamento adotado pelos professores da escola em estudo segue um ritual atrasado, costumeiro e tradicional que retira de si a possibilidade de trabalhar com a diversidade de temáticas que estão envoltos à escola.

Dando sequência às questões do instrumento de pesquisa, os professores foram questionados sobre o que consideram ser mais importante no seu trabalho.

Para alguns, o mais importante são os trabalhos coletivos (interação entre os colegas). Outros declararam ser o comprometimento pessoal, profissionalização, valorização e condições de trabalho, bem como o aprendizado do aluno.

Segundo o professor F², é “importante que os alunos interajam junto ao professor”. Para o professor A², “O importante é a somação de todos em prol de um futuro melhor para todos”. Na fala de C² “O aprendizado do aluno” é o mais importante. O docente Q² também mencionou que o mais importante são “Meus alunos”.

Os docentes F² e A² comungam do mesmo entendimento de que os alunos são os mais importantes para os profissionais da educação. Na narrativa dos professores(as) C² e Q² também coloca o aluno como o centro de importância no desenvolvimento do seu trabalho. Esta preocupação com o estudante é essencial para o desempenho do trabalho e do aprendizado de cada um deles. No entanto, outros componentes, julgamos não somente complementares, mas, sobretudo, dependentes uns dos outros. É o caso do que já citamos aqui: a coletividade entre os profissionais da educação, o compromisso, o profissionalismo e

as condições de trabalho. Se estes elementos não estiverem presentes durante todo o percurso da educação escolar, dificilmente alcançaremos a qualidade de educação almejada.

Entretanto, esses elementos acima citados muitas vezes não passam de meras teorias sem execução. Há responsáveis por isso? Sim, o Estado é um deles! A responsabilidade com a educação que está a seu cargo não tem se cumprido satisfatoriamente. O que vemos em boa parte das escolas públicas é a precarização das mesmas e, para os educadores, desvalorização e desqualificação da sua força de trabalho, fatores que trazem consequências estrondosas tanto para a classe trabalhadora quanto para os alunos.

Existem obviamente professores e professoras que têm se esforçado pouco para melhorar a qualidade do ensino na escola, principalmente no que diz respeito à diversidade étnica cultural. Isso ficou claro nas expressões de alguns deles, e até mesmo nos resmungos que faziam no dia da aplicação do questionário pela equipe do Observatório.

O comportamento desses professores e professoras não nos surpreende. Boa parte deles já tem anos de licenciatura e estão cansados do descaso da profissão perante a sociedade, do Estado e do sistema perverso do capitalismo. Outro impasse remete ao desgaste físico e mental de longas jornadas de trabalho, muitas vezes esses profissionais são obrigados a fazer dupla jornada para manter um padrão de vida razoável, frente à sua baixa remuneração.

Tudo isso os levam ao estresse e a queda da qualidade das aulas, reflexo da impossibilidade de se aperfeiçoar constantemente e da falta de tempo para preparar e refletir criticamente sobre sua prática pedagógica. Os próprios órgãos responsáveis por promover um ensino de qualidade se esquivam desse compromisso, mesmo em situações quando sua participação seja mediante pequenas contribuições.

É conveniente ressaltar neste momento, que o trabalho que está sendo realizado na Mussuca só vem acontecendo porque os trabalhadores(as) e a equipe técnica do projeto se comprometeram em arcar com as despesas decorrentes dos encontros da formação. A Secretaria de Educação do município de Laranjeiras, em resposta ao ofício enviado pela coordenadora do Projeto do Observatório, professora Sônia Meire, declarou não estar em condições de subsidiar os custos.

Ainda se referindo à pergunta sobre planejamento, identificamos que os educadores têm consciência da necessidade de um trabalho coletivo no ambiente escolar. Mas, ao mesmo tempo verificamos uma distância relevante entre a consciência e a prática. Visto que, no próprio planejamento, não houve evidência do desenvolvimento de atividades pedagógicas partindo de ações coletivas.

Há vários estudos que se discutem sobre o que é ser educador. Para Incontri (2004):

[...] Ser educador é muito mais do que ser professor. Para ser educador não basta conhecer teorias, aplicar metodologias, é preciso uma predisposição interna, uma compreensão mais ampla da vida, um esforço sincero em promover a própria auto-educação, pois o educador verdadeiro é aquele que antes de falar, sentir e antes de ser profissional é um ser humano. (2004, p. 52).

Nota-se que mesmo não tendo em mãos o texto de Dora Incontri, os (as) professores (as) da escola em destaque têm opiniões que remetem ao significado dado pela autora. Desta feita, a próxima questão fala exatamente dessa temática: “se os docentes se consideram educadores”.

Os professores, em quase sua totalidade, se consideram educadores. Somente 01 respondeu que não e sem dar maiores explicações. Abaixo evidenciamos algumas manifestações impressas por eles:

Sim. Desde que abracei a profissão e estou até hoje mesmo com todas as dificuldades pela qual passa a educação em todo o país. (Docente B²)

Sim, principalmente no que concerne aos aspectos de valorização humana. (Docente Q²).

Sim, porque através do conhecimento posso transmitir mensagens, conceitos e reflexões, formando cidadão, conscientizando para vencer a vida. (Docente P²).

Os docentes deram respostas panorâmicas sobre o que é ser educador, sem fazer nenhuma reflexão sobre o local do quilombo onde atuam. Isto mostra o quanto a realidade onde desenvolvem suas atividades ainda não está presente em suas práticas pedagógicas.

Não há como pensar em um currículo para as relações étnico-raciais, nem em uma educação escolar quilombola, sem que em nossas atividades pedagógicas não reflitamos sobre a história, cultura, religião, tradição africana, e, sem manter um diálogo com os estudantes sobre a importância da população negra na construção social, econômica e cultural do país. Se não refletir sobre isso, o modo de educar neste ambiente é inadequado.

Pensando nesse contexto, a pergunta lançada foi: Ao trabalhar em uma escola no quilombo, o que considera mais importante da sua atividade? Os professores(as) responderam à questão da seguinte forma:

Mostrar sua cultura, sua identidade. (Docente P²)

Ter conhecimento profundo da trajetória do nosso povo ao longo da história e também de nossa realidade, buscando sempre resgatar e valorizar as nossas identidades culturais (Docente M²)

Participar da cultura (comunidade). (Docente T²).

Esta pergunta permite conhecer um pouco a relação do trabalho desenvolvido na escola e sua conectividade com os elementos do quilombo, a sua atividade educacional com a cultura dos alunos que, na sua essência, é histórica, forte, polêmica e desafiadora. O educador do quilombo da Mussuca, conforme as citações acima, acredita que seu trabalho tem relevância e que é preciso ter conhecimento da realidade do povo do quilombo. O problema é que até o momento eles não têm buscado efetivamente este entendimento na própria comunidade.

Moura (2012) ao sentir a realidade da educação do Brasil, de um currículo indiferente à cultura dos alunos, fechado, sem atribuir valor a identidade para a cidadania, diz: “Urge desenvolver um espaço pedagógico que demonstrem a multiplicidade identitária no Brasil por um currículo pedagógico que faça o estudante conhecer suas origens e reconhecer-se”. (2012, p. 29).

Outra questão relevante a ser praticada no universo da escola é a relação dos educadores com a família dos estudantes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 4º, aponta para a responsabilidade da família de assegurar a educação de suas crianças. A combinação família/escola, escola/família se constitui em peças fundamentais para o desempenho escolar dos alunos, pois os pais podem estimular os filhos a ver a escola com mais compromisso e seriedade.

Sabendo que esta conectividade favorece o desempenho escolar do aluno, os pesquisadores do Projeto do Observatório procuraram saber dos educadores (as) da Mussuca como é sua relação com as famílias dos estudantes.

Para eles existe uma relação de respeito, cordialidade e simpatia com os pais, assim afirmaram. Deram respostas curtas, do tipo: “Muito boa! Conheço todos, pois moro na comunidade”. Um deles justificou conhecer pouco por estar a um curto período na escola.

Para aqueles que moram na comunidade e conhecem os pais dos alunos há longas datas, a aproximação com os familiares é mais frequente, especialmente com aqueles que são pedagogos. Ao retratar a relação com a família, 06 professores falaram não ter nenhuma

relação, 04 disseram ter pouca/muito pouca, 01 considerou uma relação normal, e 08 responderam entre boa e ótima. Destacamos as falas de alguns deles:

Não tenho contato por enquanto. (Participante D²).

Nenhuma. (Participante U²).

Distante, com encontros para reuniões determinadas pela direção/Coordenação. (Participante E²).

Infelizmente quase não temos aproximação. (Participante S²).

Muito pouca. Os pais só comparecem quando necessário. (Participante J²).

Relação nenhuma. (Participante O²).

Me relaciono apenas professor aluno, muito bem. (Participante F²).

Apenas de forma comum. Nos encontros nas reuniões, quando tem para falarmos sobre desempenho dos alunos nas escolas. (Participante B²).

Não somente nas respostas dos professores ao questionário, mas também em vários momentos da nossa observação, estes profissionais demonstraram ciência de que a família tem um papel significativo na formação da criança. No entanto, a proximidade é bastante frágil entre os professores da Escola Municipal da Mussuca e as famílias dos estudantes da comunidade, limitando-se aos encontros às reuniões convocadas pela direção.

Esta situação implica em diversos fatores que podem ser imprescindíveis ao futuro desses alunos: o não acompanhamento dos pais no desenvolvimento escolar dos filhos e a ausência dos mesmos nos projetos da escola, além da não contribuição na construção do currículo escolar.

Conforme o professor C², a relação com a família é tranquila “[...] mas, gostaria de saber mais da história, sinto que eles não dão muito espaço”. Quando falamos de cumplicidade entre família e escola, significa que não é somente dever da escola se aproximar da família. É também dever da família se aproximar da escola. Esta sintonia, ao que nos pareceu, faltou de ambos os lados.

A família desempenha função importante na educação. Ela é ferramenta essencial para o desenvolvimento social, emocional, cultural e cognitivo do indivíduo. O diagnóstico que se tem, pelas falas dos professores acima em destaque, é que a educação escolar na Mussuca necessita, urgentemente, de estreitar essas relações; pois, educar uma criança para que no futuro seja uma pessoa socialmente aceita, intelectualmente capaz de desenvolver o

trabalho, capaz de se defender de possíveis agressões de cunho racial, é uma tarefa que exige responsabilidade da família em permanente interação com a Escola.

Um fator que merece proeminência é que não se trata simplesmente de uma escola, mas de uma instituição de ensino inserida em uma comunidade de quilombo e que, portanto, tem que estudar e compreender a realidade desses sujeitos. Caso contrário, estaremos perpetuando o que a escola sempre fez durante toda a história da sociedade educacional brasileira.

A triste realidade é que a escola brasileira não foi pensada para a criança indígena, para criança negra e nem para os filhos da classe trabalhadora. Quando tiveram a oportunidade de pisar no chão da escola, Meksenas esclarece que:

Em resumo, o processo de escolarização é diferente para cada uma das classes sociais, embora a ideologia tente mostrar que é o mesmo. A classe empresarial recebe uma escolarização que lhe permite obter os conhecimentos necessários para o seu exercício de classe dirigente. A classe trabalhadora passa por uma rede de escolarização que lhe possibilita apenas exercer um trabalho disciplinado dentro de sua condição de classe dirigida (MEKSENAS, 1994, p. 136).

Está óbvio que muito precisa ser feito para que a escola cumpra seu papel como espaço de construção do conhecimento coletivo, onde o filho do negro, do índio e do proletário possam se dedicar exclusivamente ao estudo. E que também a escola esteja apropriada para receber estas pessoas e dialogar com sua cultura, e não basta que os docentes passem por um processo de formação continuada. É imprescindível que representantes da comunidade façam parte dessa construção, pois são eles os detentores da sua história. Construir esta conexão entre os diferentes saberes é a porta de acesso para uma escola, de fato, etnicamente democrática.

Mas ao perguntar o que é ser quilombola os professores que atuam na Mussuca eles responderam fragilmente, pôde-se constatar a carência de conhecimento sobre o tema. Vejamos os relatos:

É viver em uma comunidade negra (Docente I²)

Local onde os negros fugiam para se esconder (Docente D²)

São aqueles que fundaram e toda a família que residem (Docente A²)

Não tenho noção. (Docente O²)

É escravos fugidos que refugiava em um quilombo (Docente P²)

Ter origem africana, fazer parte da história (Participante R²)

Se identificar como tal e lutar pela cultura afro-brasileira (Docente S²)

Nos comentários escritos pelos professores encontramos vestígios de uma concepção de quilombo parcial e típica das histórias contadas nos livros didáticos desatualizados. O quilombo não era simplesmente um território de refugiados de escravo, seu significado vai além. O território quilombola tem um sentido de construção social, cultural, religiosa, econômico, identitária.

Ao longo da história o conceito de quilombo foi ganhando um novo significado. São territórios habitados por homens e mulheres negro(as), os quais, em tempos remotos, tiveram seus parentes escravizados. Atualmente, são identificados como quilombos contemporâneos. Segundo Moura (2012):

O termo quilombo tem assumido novos significados [...]. Vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em regiões e contextos do Brasil. Contemporaneamente, quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Não se trata de grupos isolados ou de população estritamente homogeneia, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados. Sobretudo consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e na reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de território próprio. A identidade desses grupos não se define por tamanho e número de membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade como grupo. Nesse sentido constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento por meio de normas empregados para indicar afiliação ou exclusão. (O'DWYER apud MOURA, 2012, p. 44).

Diante da relevância do questionamento anterior, optou-se por indagar os educadores sobre seus conhecimentos acerca da história da Comunidade Quilombola Mussuca, o que sabiam e como conheceu. Dos professores que se dispuseram a responder o questionário, 03 pularam esta questão.

Quatro deles escreveram de forma bastante objetiva que não conheciam a história da comunidade onde exercem seu trabalho docente. Os 12 restantes disseram conhecer pouco, através de livros publicados ou de escutar os mais velhos falarem.

Sim, um pouco. Que o nome Mussuca surgido de um inseto denominado mutuca, e que os negros escravos fugiam dos seus senhores e aos poucos formou-se a comunidade, através de um livro editado por Zilná que foi secretária de educação do município na época. (Docente N²)

São Gonçalo, Samba de Pareia, Reisado. (Docente S²)

Em parte, sim, deveria saber mais. Conheci quando comecei a trabalhar nessa escola (Docente B²)

Sou leiga. Preciso conhecer. (Docente E²)

Sei que a Mussuca é formada por uma população de escravos e que aqui ficava um dos mais importantes quilombos de Sergipe. (Docente U²)

Consideramos dois pontos relevantes a partir dos relatos acima: a consciência de que falta conhecimento sobre a história da comunidade, conforme indica a descrição do participante B²; e a sinceridade deles quando afirmaram “Sou leiga no assunto”, entrevistado E².

O cotidiano da escola do quilombo é marcado pela rotina de conteúdo dos livros didáticos e, desta forma, as experiências de vida dos alunos e suas tradições, quando consideradas, são exploradas em datas pontuais como o dia do folclore e o dia da consciência negra.

Quando aberto o espaço para os professores comentarem se participaram de alguma manifestação cultural na comunidade, responderam que não se envolveram em nenhuma festividade cultural da localidade. Somente em período de festividades escolares é que os grupos culturais da Mussuca se apresentavam para os alunos, quando convidados pelos professores ou estudantes, assim confirma a docente A² “Na participação de algum trabalho de alunos dentro do colégio como gincana cultural dia do folclore”; Ou Quando são convidados por algum professor em datas específicas: tipo, dia da Dança ou da Consciência Negra. (Docente U²).

É perceptível o quanto as estruturas de pensamentos e as práticas sociais de uma classe dominante terminam ainda controlando e manipulando o que deve ser e o que não deve ser ensinado nas instituições escolares. Os docentes, ainda que queiram e que tentem, não estão preparados na prática e teoricamente para trabalhar com as culturas que não lhes foram ensinadas.

Se por um lado ocorreu um expressivo avanço do ano de 2000 até os dias atuais na legislação brasileira em defesa da valorização das culturas menos favorecidas socialmente, no âmbito da formação ela continuou estagnada. Isso se configura como uma das razões para

que os professores da comunidade quilombola Mussuca tenham dificuldades em trabalhar com a história e a cultura africana e afro-brasileira.

Tais estruturas de pensamentos e as práticas pedagógicas, quando se trata da educação quilombola e da educação para as relações étnico-raciais nas escolas, ambas não alimentam essas categorias sociais no processo educativo, na formação do saber, da cultura e da identidade. Continuam, sim, sistematicamente negando, reprimindo e desestimulando.

A carreira escolar de estudantes como os que frequentam as escolas da Mussuca está prejudicada porque o processo educativo não faz jus a seu alicerce e as suas origens. O material analisado indicou o elevado grau de desconhecimento dos docentes em relação à cultura africana, afro-brasileira e quilombola. Encontramos problemas de desarticulação entre a escola e a comunidade, implicando na possibilidade de estruturar um currículo pautado nas necessidades culturais dos alunos quilombolas. Falta, sobretudo, conhecimento mais profundo acerca da construção histórica do município de Laranjeiras. Mas falta também apoio da administração pública da cidade para desenvolver cursos de formação continuada para as relações étnico-raciais. A ausência desta formação tem sido, possivelmente, o maior empecilho das escolas para colaborar com um currículo culturalmente diversificado, além das próprias condições de trabalho e salarial dos docentes, que são precárias.

CAPÍTULO III - O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA PARTICIPANTE NA COMUNIDADE: ESTRATÉGIAS E AÇÕES

NEGROS¹⁴

*Só os negros oprimidos
Escravidados
Em luta por liberdade
São meus irmãos
Para estes tenho um poema
Grande como o Nilo.*

(Solano Trindade)

Este capítulo objetiva compreender como os docentes da Comunidade Quilombola Mussuca vêm desenvolvendo conhecimentos e práticas a partir da história e da cultura africana e afro-brasileira, bem como da cultura local, presentes no curso de extensão de formação de educadores do Projeto do Observatório em Educação, da Universidade Federal de Sergipe.

Observando as particularidades da história da formação dos profissionais da educação no nosso país, conduzido pelo arcabouço teórico do racismo científico europeu, foi possível compreender o porquê de os grupos de militantes, em sua maioria negros, criarem diversas estratégias de luta em prol da inclusão social e superação do racismo na sociedade brasileira. Lutas que se tornaram determinantes para que movimentos negros construíssem suas reivindicações no âmbito das organizações da sociedade civil, voltando-se na direção do Estado.

Eram militantes munidos de elementos ideopolíticos que se mobilizaram para o enfrentamento das desigualdades sociais e educacionais, sobretudo na década de 1970, em meio ao processo de abertura política da ditadura militar. Podemos encontrar um registro importante referente a este período, conhecido como a “Carta de Princípios”, de 1978, elaborada pela recém-criada liderança do Movimento Negro Unificado (MNU).

A referida carta reconhecia a existência das diferentes formas violentas de tratar o negro, os maltratos sofridos, a discriminação racial, as péssimas condições de vida, a exploração sexual, o desemprego e o subemprego, dentre outras situações inaceitáveis. A

¹⁴ Poema retirado do site: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/discrim/combate_racismo.html. Acesso em: 06 de março de 2016.

mesma mostrava também a força destas pessoas para lutar juntas pelo direito do seu povo em todas as esferas, tais como políticas, econômicas e sociais.

Os anos 80, 90 e 2000 foram décadas marcadas por conquistas em função do advento da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e da Lei 10.639 de 2003. Podemos dizer que se constituíram em períodos de grande importância no que diz respeito à reavaliação do papel do negro na formação do território brasileiro.

Entretanto, apesar de reconhecermos tais conquistas, o desafio para a educação brasileira, de reverter os equívocos que as escolas cometeram durante tanto tempo em relação a África e seus descendentes, é grande e constante. Isto porque nas escolas os professores precisam desconstruir em sua prática pedagógica os resquícios do que lhes foram ensinados ao longo da vida.

Seguindo o curso da história, percebemos que a todo tempo o negro foi posto como uma referência negativa para a sociedade. Dificilmente tal concepção poderia acontecer de forma diferente, haja visto que muitos de nós, cidadãos brasileiros, não recebemos na nossa formação o preparo necessário para lidar com as questões étnico-raciais:

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Com efeito, sem assumir nenhum complexo de culpa, não podemos esquecer que somos produto de uma educação eurocêntrica e que podemos, em função desta, reproduzir consciente ou inconscientemente os preconceitos que permeiam a nossa sociedade. (MUNANGA, 2005, p. 15).

Conforme a explanação de Munanga acima, e relatos publicados em vários artigos a respeito do tema, confirma-se que as configurações formativas e educativas dos professores que trabalham dentro dos quilombos, e fora deles também, não contemplaram o legado dos diferentes grupos étnicos formadores da sociedade brasileira, especificamente dos indígenas e dos africanos. Assim, são profissionais que na esfera acadêmica não vivenciaram um estudo crítico sobre as problemáticas da diversidade cultural, e por isso não escaparam de perpetuar os equívocos disseminados no âmbito do sistema educacional brasileiro.

A consequência desse desalinhamento teórico e prático nas ações realizadas nas instituições escolares pode ser exemplificada com as práticas de professores que consciente,

ou talvez inconscientemente, promovem nas salas de aulas imagens pejorativas da cultura africana e afro-brasileiro e, muitas vezes em graus bastante elevados, tornaram-se profissionais da educação que desconhecem a história da África e da sua população, tal como ela de fato se materializou.

Por outro lado, por mais absurdo que pareça, apesar de a escola ser uma instituição historicamente racista ela também é, contraditoriamente, um lugar propício para criar e reunir instrumentos pedagógicos que desenvolvam reflexões positivas sobre a cultura da população negra do nosso e de outros países que, assim como o nosso, também abusaram e escravizaram seres humanos.

Diante desse cenário de contradições esboçado no aparato teórico e dos achados empíricos oriundos das visitas de campo ao quilombo Mussuca, os pesquisadores do projeto mostraram a necessidade imediata de aplicar ações pedagógicas com os professores da região, tencionando evitar que as escolas deste quilombo fossem apenas mais um veículo de transmissão de conteúdos e práticas racistas, como tem sido verificado em boa parte das escolas brasileiras.

Diante da referida observação, os pesquisadores do projeto realizaram a formação continuada abordando as relações étnico-raciais, o que permitiu aos professores que lecionam na Mussuca aprofundar o próprio conhecimento e organizar projetos de valorização da cultura afro-brasileira para serem desenvolvidos junto aos alunos do quilombo.

A formação exigia ações contínuas e de colaboração de órgãos competentes. Nesse sentido, o Projeto do Observatório se colocou na condição de precursor e colaborou com a inserção de um novo formato de ensino da cultura africana em sala de aula contemplando as seguintes características: enriquecedora, dinâmica e dentro do próprio ambiente físico do quilombo.

A primeira estratégia utilizada pelos formadores foi a criação de um grupo de estudo no qual eles puderam desenvolver atividades de pesquisa bibliográfica e analítica, construídas a partir de temáticas africanas. O grupo passou por um processo de auto formação, aperfeiçoando o saber técnico e lhes conferindo maior potencial teórico para o desenvolvimento das atividades que iriam acontecer com os professores e a comunidade.

Figura 09 - Grupo de estudos da equipe do observatório



Fonte: Danielle Lima (2015)

Participaram como membros do grupo de estudos as professoras da Universidade Federal de Sergipe Sônia Meire e Marilene Santos, ambas do departamento de educação, colaborando com as discussões nesta fase da pesquisa teórica.

Sônia, experiente em pesquisas acadêmicas e atuante nos enfrentamentos dos problemas educacionais brasileiros junto aos movimentos sociais, discutiu a necessidade de criar o exercício rigoroso do diálogo com a comunidade em estudo, haja vista ser ali um dos polos de resistência da cultura negra sergipana. Destacou a importância de construir uma política de reconhecimento étnico-racial nos espaços das escolas, e ressaltou ainda a atenção que todos deveriam ter para as políticas que atravessam as comunidades quilombolas, para que assim possam promover estratégias que contribuam com a formação, preparação e resistência dos que lá habitam.

Marilene dialogou com os pesquisadores, mostrando que a formação do grupo de estudos sobre a cultura negra era de grande importância para o desempenho da formação continuada dos professores do quilombo, à medida que se constitui num momento de reflexão para compreender a identidade e a especificidade da cultura dos quilombolas de maneira mais aprofundada. Esta ação proporcionaria ao grupo mais conhecimento a favor, inclusive, da disseminação de uma sociedade democrática e justa.

Figura 10 - Biblioteca da universidade federal de Sergipe



Fonte: Danielle Lima

Assim, o grupo montou o cronograma de estudos e realizou encontros quinzenais. Foram realizadas visitas ao acervo da biblioteca da Universidade Federal de Sergipe, discutidos livros, teses, dissertações, artigos e textos de autores que contribuíram com o debate junto aos professores do quilombo.

Esses textos foram posteriormente disponibilizados para o acervo da escola, de modo que os docentes e estudantes tenham acesso para realizar suas pesquisas. São textos que possibilitam de fato o contato com a realidade africana, passando ela a ser vista a partir da literatura de autores africanos e afro-brasileira.

Na fase seguinte, a equipe trabalhou diretamente com as pessoas da comunidade. Os encontros aconteceram na Associação dos Moradores e reuniram representantes locais com a finalidade de mostrar e também de conhecer a realidade e as vivências da Mussuca. Alguns moradores se envolveram no projeto e trabalharam no sentido de buscar narrativas e saberes dos mais velhos. Foi um trabalho de resgate histórico onde a principal fonte de pesquisa era a memória. Neste sentido, Bosi afirma que:

A memória dos velhos alarga de tal maneira os horizontes da cultura que faz crescer junto com ela o pesquisador e a sociedade em que se insere. [...] Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu [...]. (BOSI, 2003, p. 02).

Salienta-se ser necessário dar voz à população mais velha. Suas narrativas são fundamentais para firmar a identidade da comunidade, e para que outras gerações aprendam com suas experiências de vida. A memória possui uma relação de diálogo e sociabilidade com o passado por transmitir o seu legado cultural. Através dessas recordações, a comunidade da Mussuca, os professores e estudantes têm acesso a um mundo sociocultural que ainda não conhece, e que pode ser transmitido através das narrativas dos mais velhos que vivem no quilombo.

Figura 11 - Reunião com a comunidade quilombola na associação dos moradores



Fonte: Danielle Lima

Dessas reuniões surgiu um plano de ação colaborativo com o propósito de investigar aspectos relativos a origem do lugar, tais como: o significado do nome; as primeiras moradias; do que viviam; se havia comunicação com outras comunidades de tradição quilombola; o que comiam; como produziam as vestimentas; quais as práticas religiosas predominantes; quais eram as doenças da época e como curavam as enfermidades; como defendiam o território; como eram as brincadeiras; se existia escola e quem eram os(as) professores(as) da época.

Recuperar essas informações era imprescindível, pois as crianças e a juventude da geração atual precisam conhecê-las, uma vez que sem conhecer nem compreender seus valores culturais, dificilmente conseguem defender seu patrimônio como os mais velhos defenderam e resistiram no passado.

Essa ação colaborativa da comunidade, em parceria com a escola, permite construir um conhecimento útil aos seus protagonistas. Sobre este assunto, Sônia Meire afirmou que:

A escola é um espaço privilegiado de construção de conhecimento na comunidade. Ou seja, tudo que foi construído desde os antepassados, o lugar de continuar essa aprendizagem é na escola. É na escola e na vida! Se a escola estiver separada da vida, os filhos de vocês, os netos, não vão poder defender esse território. Porque eles não sabem, não vão ter esse conhecimento. A escola tem que repassar isso para os seus filhos. (SÔNIA MEIRE, 2015. RODA DE CONVERSA COM A COMUNIDADE).

Ainda ressaltou:

Essa formação não pode ser feita com pessoas de fora, tem que ser feita por vocês. Porque nós, por mais que a gente estude sobre a Mussuca, a gente não tem conhecimento para dar conta do que tem na Mussuca. São vocês que conhecem, são vocês que estão aqui vivendo, são vocês que fizeram essa história de luta e que estão aqui hoje. É lógico que a gente pode contribuir em algumas coisas [...]. Qualquer um de fora que venha pra cá ensinar os professores sobre a identidade da Mussuca está mentindo. Ele não sabe a realidade, quem sabe a realidade da Mussuca são vocês que vivem aqui. (SÔNIA MEIRE, 2015. RELATÓRIO DA RODA DE CONVERSA).

Os professores participantes estavam dispostos a colaborar com a construção de um outro currículo junto à comunidade, como afirma Sônia Meire no trecho abaixo.

Existe uma disponibilidade dos membros da escola em construir um currículo. Os professores, as pessoas que trabalham com a merenda, as que trabalham com a limpeza da escola. Nas pesquisas que nós

fizemos eles disseram que querem construir um conhecimento que amplie a luta do povo, que contribua para a aprendizagem das crianças e melhore a condição de vida do povo daqui. Então, essas pessoas estão disponíveis a isso. A gente acha importante ter uma formação em que nós possamos aprender mais também sobre a comunidade [...]. (SÔNIA MEIRE, 2015. RELATÓRIO DA RODA DE CONVERSA)

Empolgados com a iniciativa, um membro da comunidade relatou que a Mussuca tem muita coisa a ser explorada e conhecida. Ele destaca o mangue e a pesca, atividades praticadas na região, como exemplo de especificidades que deveriam ser inseridas nos conteúdos curriculares.

A questão dos mangues da nossa região e da preocupação com relação a pesca do caranguejo-sá, sobre a importância de se trabalhar mais com os marisqueiros, com a questão do processo de produção e de desova do caranguejo fêmea na Associação dos Pescadores. A Mussuca foi uma das comunidades de comercialização de caranguejo da região. Trabalhar com esses ensinamentos desde a pesca até o processo de comercialização, fazendo com que o conhecimento também possa ser trabalhado na escola para que as crianças e os jovens possam manter-se informados e levar esses conhecimentos também para suas casas. (RELATÓRIO, 2015)

Outro morador do quilombo, e também professor na escola da comunidade, explicitou seu interesse em participar e colaborar com o projeto. Ele ressaltou a importância deste trabalho como capaz de auxiliar a mudar o perfil das escolas da Mussuca.

Jailson, morador da comunidade com formação na área de geografia, atuante com formação de bacharelado de direito e Secretário da Escola Rural, elogia o projeto e toda equipe falando da importância do projeto e sua proporção. E acha que todos têm que abraçar o projeto. Até porque estamos em uma comunidade quilombola. E vê o Projeto como um processo de mudança para a escola apesar das dificuldades que os professores vem passando com a remuneração e a falta de respeito para com os mesmos [...]. (RELATÓRIO, 2015)

No decorrer das reuniões seguintes outros moradores se manifestaram falando sobre a luta pela terra, as práticas culturais, devoções, festas religiosas, e demais aspectos socioculturais do local. Houve também comentários sobre a falta de conhecimento acerca da importância e do significado do ser quilombola.

[...] que a comunidade de hoje não tá sabendo realmente o que é quilombola, qual o direito deles como quilombola. Porque a gente não tem sido beneficiada em nada. A Mussuca não é beneficiada. (Relatório, 2015).

É possível identificar nas falas um sentimento de medo de que com o passar do tempo a identidade do quilombo não resista. Trata-se de um aspecto que ressalta a importância de o projeto político pedagógico da escola se pautar em um planejamento que estabeleça uma conexão com todas as referências culturais da comunidade. É a partir da experiência que a construção de sentido e significado será processada pelos estudantes.

Para o desenvolvimento da terceira fase optou-se pela criação de oficinas temáticas como estratégia de intervenção, visando a promoção de reflexões e o desenvolvimento da consciência crítica sobre a cultura africana e afro-brasileira. Do total de 08 oficinas ofertadas, acompanhamos somente duas delas, em função do cumprimento do tempo do mestrado.

A primeira oficina aconteceu dia 28 de novembro de 2015, com o tema “Estudos sobre a África e os processos de colonização no Brasil”, tendo como finalidade desconstruir a visão hegemônica e eurocêntrica predominante na história tradicional. A equipe reuniu os professores na Escola Municipal Prefeito José Monteiro Sobral e estruturou a oficina em dois momentos. No primeiro a turma participou de atividades que consistiram na solicitação para que cada participante listasse em um pedaço de papel ofício algo que fizesse referência a África. O objetivo era compreender como eles enxergavam aquele continente. Em seguida foram exibidas suas percepções ilustradas em cartaz preparado para este fim.

Durante a realização da atividade foi possível observar momentos de dificuldade e insegurança entre os professores enquanto escreviam no papel coisas que lembrassem a África. Situação que pode ser exemplificada por sussurros do tipo: “Meus Deus, o que falar sobre África?”. Ou ainda pelos olhares vagos acompanhados por sorriso acanhado, dando a entender à falta de domínio sobre o assunto.

Nos registros expostos observou-se o predomínio de frases curtas e de frágil fundamentação, o que indica a quão tímida era a familiaridade dos professores com a temática. Além disso, cabe ressaltar que as respostas estavam predominantemente relacionadas às características negativas do território.

Figura 12 - 1ª Oficina sobre estudos sobre a África e os processos de colonização no Brasil



Fonte: Danielle Lima

Selecionamos abaixo algumas frases/palavras escritas pelos(as) professores(as) no painel:

- Pessoas que têm a vida como qualquer outra aqui do Brasil;
- Falar em África é falar de carentes;
- Negro, sofrimento, doenças, fome, mata;
- Cultura;
- Diversidade cultural.

Integrar tardiamente a cultura africana no contexto das escolas públicas é um caminho “pedregoso”. Por isso, trazer a reflexão histórica da influência africana na formação dos pilares éticos-sociais é um exercício que deve ser permanente. O resultado da atividade realizada no primeiro momento da oficina levantou uma questão determinante: o de não cair no comodismo de trabalhar assuntos rotineiros de caráter conteudista, limitando o estudo afro ao sofrimento, pobreza, fome, doenças e escravidão.

Em razão disso, o segundo momento da oficina se materializou a partir de roda de conversa com reflexões, leituras críticas de textos, apresentação de documentários e filmes objetivando deixar a aprendizagem dinâmica e de fácil compreensão do conteúdo.

Desta forma, os participantes estudaram a origem da África, suas potencialidades, descobertas e invenções. Passaram a ter conhecimento de que esse território pouco conhecido é o lugar onde aconteceram as primeiras revoluções tecnológicas da humanidade, onde os

homens passaram de coletores e caçadores para agricultores e pecuarista. Foi na África onde aprenderam e disseminaram técnicas de domesticação de animais. Perceberam que a África

É muito maior e mais profunda que a (longa) história do tráfico atlântico de escravos. A história de nossos ancestrais não se inicia e nem se encerra na escravidão. Ela remonta os primeiros passos da humanidade, à criação das primeiras formas gregárias da vida e sua interação com a natureza. Migrações, descobertas, conhecimentos técnicos estiveram presentes nas histórias mais remotas dos grupos humanos que viveram no continente africano (LIMA, 2009, p. 158).

Apesar da complexidade do assunto, não foi possível em um só dia de oficina tratar de todas as questões relacionadas à africanidade dentro das situações mais polêmicas que a contextualiza, entretanto, a equipe se esforçou e elaborou uma síntese destacando a importância da África desde os primórdios da humanidade

Diante de situações como a vivenciada na oficina acima descrita, sobressai a necessidade de inserir a África no conteúdo escolar desmistificando concepções preconceituosas. Pois, para além disso, trata-se de um continente constituído atualmente por mais de cinquenta países com suas particularidades regionais, desenvolveu conhecimentos tecnológicos presentes em várias áreas da ciência: na matemática, no universo astronômico, na engenharia, entre outros. Conhecimentos que influenciaram impreterivelmente na construção e formação do mundo moderno e contemporâneo. Foram os africanos, em épocas remotas, os responsáveis por estudos e experimentos voltados para o interior do corpo humano. Praticavam a mumificação e faziam embalsamento do corpo dos faraós e de pessoas influentes da sociedade.

A segunda oficina aconteceu em 12 de dezembro de 2015 com o tema “Formação social brasileira a partir dos estudos étnico-raciais”. Os debates foram desenvolvidos a partir de algumas questões consideradas relevantes como: o tráfico negreiro, a escravidão, a formação de quilombos, a importância do negro na economia e na política do país, a imprensa negra como forma de resistência e denúncias, tratou também da miscigenação e do mito da democracia racial, bem como da ação do sistema capitalista frente a essas problemáticas.

Figura 13 - 2ª Oficina sobre formação social brasileira a partir dos estudos étnico-raciais

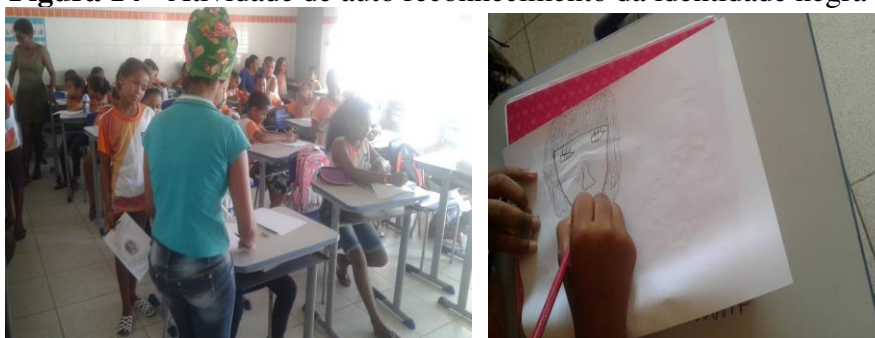


Fonte: Danielle Lima

As temáticas discutidas com os professores da Mussuca fugiam daquilo que normalmente costumamos pensar sobre o continente. Aquilo que ouvimos sobre a África pelos diferentes meios de comunicação são assuntos ligados normalmente à pobreza, a fome e a Aids. Estes, infelizmente, são interiorizados pelos professores, assim como pela maioria da população. No entanto, todos territórios têm, em maior ou menor proporção, problemas semelhantes aos que são comumente destacados na África.

Nesse sentido, as duas oficinas que acompanhamos foram de extrema relevância. Para além dos debates, foram apresentadas experiências práticas, nas quais os alunos desenhavam a si próprio para compreender como eles se reconheciam, e qual discurso estava presente na imagem reproduzida. Trata-se de uma atividade que pode despertar nos alunos a curiosidade pela estética africana, reforçando a necessidade do respeito à diversidade e a negação da intolerância.

Figura 14 - Atividade de auto reconhecimento da identidade negra



Fonte: Isabela dos Santos (2015)

Quando entrevistamos os professores sobre o que a formação até aquele momento tinha lhes proporcionado obtivemos relatos como: *“Acordei para um novo olhar sobre os conflitos, que de alguma forma impediram/impedem avanços mais contundentes, direcionados as questões ligadas à igualdade racial do nosso povo”* (DEPOIMENTO DO

DOCENTE EM QUESTIONÁRIO, 2016). Em outro depoimento a formação é reconhecida como uma experiência enriquecedora para a construção do conhecimento a respeito da identidade negra:

Foi muito válido participar do debate, onde o tema bastante presente na comunidade foi esclarecido e enriquecido. Pessoas que vivenciaram subordinações raciais ao longo da vida em seu cotidiano. Aprendi inclusive “muitos nomes” que lutaram em defesa da valorização do negro na formação social brasileira. Confesso que alguns destes “nomes” eu desconhecia totalmente e aprendi a respeitá-los tanto os precursores (protagonistas) como até os da atualidade; e, por fim, constatei que esta luta é antiga e árdua, ou seja, até nos dias de hoje, apesar de se falar que no Brasil não existe preconceito racial, é tudo pura demagogia, pois, o preconceito existe sim de forma silenciosa e disfarçada (não se assume). (DEPOIMENTO DO DOCENTE EM QUESTIONÁRIO, 2016).

A dedicação dos pesquisadores quanto à disposição para o projeto também foi reconhecida pelos professores.

[...] É importante ressaltar a dedicação e a seriedade com que o grupo de trabalho tem desenvolvido as aulas, trazendo e apresentando materiais diversos tornando nossos encontros dinâmicos e agradáveis. Parabéns a professora Sônia Meire pela iniciativa e toda sua equipe que tem incentivado a nossa participação cada vez mais comprometida. (DEPOIMENTO DA DOCENTE EM QUESTIONÁRIO, 2016).

A abordagem nos debates possibilitou contribuir para que os professores se sentissem melhor esclarecidos e com uma visão mais crítica do seu papel social enquanto educadores. Ainda com relação à avaliação do curso, outro participante declarou:

Eu estou com muita perspectiva em relação ao curso, pois abrange um tema enorme que é a relação racial, social e de gênero, e como aqui nós trabalhamos numa comunidade com bastante diversidade cultural e tradição, envolve não só as pessoas desta comunidade, mas também a nós educadores que temos que aprender a cada dia e passar adiante para os alunos o nosso conhecimento. (DEPOIMENTO DO DOCENTE EM QUESTIONÁRIO, 2016).

Uma das bases teóricas utilizadas nesta formação foi a do sociólogo Clóvis Moura, em especial da obra “Sociologia do povo negro”. Nela o autor destaca, para além da trajetória histórica do negro/a na sociedade brasileira, o quadro discriminatório pelo qual passam esses sujeitos na atualidade. Segundo Moura, este comportamento discriminatório leva a população negra ao estado de semi-anomia (falta de objetivo/ perda de identidade).

A grande massa negra que atualmente ocupa as favelas, invasões cortiços, calçadas à noite, áreas de mendicância, pardieiros, prédios abandonados, albergues, aproveitadores de restos de comida, e por extensão os marginais, delinquentes, ladrões contra o patrimônio, baixas prostitutas, lumpens, desempregados, horistas de empresas multinacionais, catadores de lixo, lixeiros, domésticas, faxineiras, margaridas, desempregadas, alcoólatras, assaltantes, portadores das neuroses das grandes cidades, malandros e desinteressados no trabalho, encontra-se em estado de semi-anomia. (MOURA, 2012, p. 09).

Em suma, foi possível mostrar em um curto período de tempo que a África pode (e deve) ser vista de outras maneiras: lugar de importantes aspectos culturais, linguísticos, de interatividade e troca de conhecimento, de sabedorias populares e científicas; de uma parte do mundo onde a arte, a música, a poesia, a literatura faz parte da história também da humanidade. E a partir deste reconhecimento fazer entender que a população negra, para além da sua beleza física, apresenta beleza intelectual, força e resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração da educação brasileira, como pudemos demonstrar ao longo deste trabalho, ainda se encontra em estado prematuro no que diz respeito às práticas pedagógicas que atendem a história e a cultura africana e afro-brasileira, apesar de reconhecermos que a legislação do nosso país avançou significativamente nesse sentido. Verificamos que os trabalhos de pesquisas e de intervenções acadêmicas já vem conferindo atenção a esta área. Entretanto, estes avanços ainda ocorrem lentamente, como apontamos na parte introdutória deste trabalho.

Entre os estudos cabe salientar os realizados pelas pesquisadoras Padilha e Nascimento que constataram o quão limitado era a quantidade de teses e dissertações produzidas a partir desta temática. Em termos quantitativos, citamos que entre os anos de 1987 a 2012, havia apenas 6 teses nos cursos de pós-graduação registradas no banco de dados da CAPES, sendo que nelas o objeto de pesquisa estava relacionado às questões raciais

No transcorrer do primeiro capítulo foram enfatizadas a educação brasileira e sergipana no contexto das relações raciais a partir dos marcos legais. Nele esclarecemos que somente o estabelecimento da lei em defesa da comunidade negra não mudaria a realidade do Brasil, nem tampouco o silêncio que predominou durante séculos dentro da escola a respeito da questão étnico-racial, que não alcançou nenhuma mudança.

Mesmo depois da Constituição Federal, que já mantinha um compromisso com este segmento da sociedade no tocante ao seu acesso e permanência na escola, além do respeito à diversidade étnica e cultural, as Conferências Nacionais de Educação, bem como os fóruns, pelo menos até o ano de 2001, consistiam em uma política que não produzia ações necessárias para educação da população negra, mesmo considerando a existência de várias comunidades quilombola no Brasil. Em Sergipe, só para mensurar a importância em investir nas formações continuadas para professores sobre a cultura afro, identificamos até o momento cerca de 29 comunidades quilombolas espalhadas pelo território, com escolas frágeis em estrutura e com professores sem preparação para lidar com um currículo voltado para a diversidade.

O Governo Federal, após a criação da Seppir e da Secadi, implantou uma série de cursos voltados para as relações étnico-raciais visando atender a Lei 10.639, que entrou em vigor no ano de 2003. Foi uma proposta importante e necessária, em função de os professores não terem na formação acadêmica discussões aprofundadas sobre a história e a cultura africana e afro-brasileiras.

Contudo, a crítica que fizemos com relação a tais cursos diz respeito ao número de ofertas. Ao examinarmos o quadro de cursos e suas respectivas vagas no decorrer dos anos de 2005 a 2013, identificamos que foram ofertadas apenas pouco mais de 52.000 vagas, quantidade insuficiente para atender o número de professores de todo o território Brasileiro.

No segundo capítulo, evidenciamos por meio dos relatos dos professores que atuam nas escolas da Mussuca, a desarticulação entre o que está posto em lei e as práticas em sala de aula. Ficou claro no discurso dos próprios professores, ao serem questionados a respeito do planejamento, da relação do trabalho com a cultura da comunidade e dos cursos que eles fizeram sobre o assunto, o quanto estão despidos de conhecimentos teóricos que lhes deem suporte para desenvolver as aulas práticas sobre a contribuição da população negra na formação da sociedade brasileira. Tal realidade vem gerando com o transcorrer dos anos uma escola pobre em conhecimento sobre a educação quilombola. Gerações e gerações de alunos convivendo diariamente com a violência racial praticada de diversas formas, desde apelidos até agressões corporais.

Neste sentido, o terceiro capítulo apresentou as contribuições das oficinas preparadas pelo projeto do observatório, o qual buscou oferecer meios para transformar aquela realidade, permeada pela desonestidade com a cultura da comunidade no âmbito educacional.

A Mussuca teve uma experiência ímpar e positiva, com possibilidades para construir novos trabalhos relacionados a realidade do seu povo, com a participação de professores, alunos e comunidade. Por meio das oficinas, tivemos nas suas duas primeiras ações um saldo positivo, o de aproximado desses profissionais as raízes do continente africano e quilombola, principalmente as interpretações e adaptações que foram construídas a respeito da temática, a partir das leituras de obras de autores que desmistificaram teorias arcaicas nas escolas brasileiras. Com isso, os professores passaram a desenvolver uma proposta de currículo escolar que atendesse a realidade da comunidade onde a escola está inserida.

No entanto, para melhorar o ensino na perspectiva quilombola, é necessário que os órgãos públicos invistam na educação quilombola e na formação continuada dos professores, principalmente os que não possuem a vivência do quilombo. Este investimento é imprescindível, pois a formação busca fortalecer nosso sistema educacional.

O curso de extensão do Projeto do Observatório tem sido apenas uma iniciativa diante da necessidade do Estado, porém, apesar de pequena, é bastante valiosa e deve ser exemplo para se estender nas demais escolas localizadas não somente nos quilombos, mas em todas as escolas do território sergipano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Relações Raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de violência nas escolas, 2006.

AZEVEDO, Ana D'arc Martins de. **Tensões na construção das identidades quilombolas: a percepção de professores de Escolas do Quilombo de Jambuaçu Moju (PA)**. 189f. 2011. (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Carlos, São Carlos, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 jun. 2013.

BRASIL. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SECAD; SEPPIR, junho, 2009.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF:SECAD/ME, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade cultural/orientação sexual**. 3ª Ed. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: A Secretaria, 2001, Volume 10.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/90**. Brasília. MEC, 2004.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno**. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-Brasileira e Africana. Brasília, Ministério da Educação, 2004. (www.mec.gov.br/cne). Acesso em: 15 nov. 2009.

_____. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 11 de jun. de 2013.

_____. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei 9.394, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura afro-brasileira. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10639.htm>. Acesso em 25/07/2003.

_____. **Resolução n º 01/2004 de 17 de junho de 2004**. Disponível em <<http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **A importância do livro didático**. Curitiba: Moderna, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CANDAU, Vera Lúcia. **Somos todos iguais?** Escola, discriminação e educação em direitos humanos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). **Documento Final**. Brasília: MÊS, SEA, 2010.

COSTA, Lígia Marise Lima. **Sou Quilombola, bom aluno e bom de bola: a constituição identitária de alunos do ensino médio: um estudo histórico antropológico com jovens moradores de uma comunidade remanescentes de quilombo do sertão mineiro, Minas Novais – MG**. (Mestrado em Educação). Pontifícia Católica de Minas Gerais, 2012.

FRANÇA, Evanilson Tavares de; LIMA, Maria Batista. **A Lei 10.639/2003 no chão da escola: Um Olhar sobre o Estado de Sergipe**. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE”, 2010, Laranjeiras. **Anais**. Aracaju: Grupo de Pesquisa Educação e Contemporaneidade, Sergipe, 2010. p. 13. Disponível em: <http://www.educonufs.com.br/ivcoloquio/cdcoloquio/eixo_01/E1-21.pdf>. Acesso em: 26 maio. 2013.

FILICE, Renísia Cristina Garcia. **Raça e classe na questão da educação básica brasileira: a cultura na implementação de políticas públicas**. Campinas: São Paulo. Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UNB, 2011.

FRANÇA, Evanilson Tavares de. **Escola e Cotidiano: um estudo das percepções matemáticas da Comunidade Quilombola Mussuca em Sergipe (dissertação/mestrado)**. São Cristóvão/SE: UFS, 2013.

GATTI, Bernadete Angelina et alii. **Políticas Docentes no Brasil um estado da arte**. Brasília: MEC, UNESCO, 2011. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002121/212183por.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

GASPAR, Lúcia. **Quilombolas**. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 01 de nov. de 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino. **Diversidade Étnico- Racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf>. Acesso em: 25 de janeiro de 2014.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?** Revista brasileira de educação. v. 21 Set/out/Nov/dez, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2013.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e Cultura. In: **Africanidades brasileiras na Educação**. Salto Futuro. Ed. Especial. 2013.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n.1, PP. 98 – 109. Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

GOMEZ, Carlos Minayo, et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KLANK, Francisco Albuquerque. **Estudo étnico farmacológico e avaliação de atividades antinociceptiva de plantas medicinais da comunidade quilombola mussuca**. 190f. 2014. (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Sergipe, 2014.

INCONTRI, Dora. **A educação segundo o espiritismo**. São Paulo: Comenius, 2014.

LACKS, Solange. A formação de professores: crítica à pedagogia das competências. In: Maria Helena Santana Cruz (Org). **Pluralidade de Saberes e Território de Pesquisa em Educação sob múltiplos olhares dos sujeitos investigadores**. São Cristóvão: Ed UFS, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, Maria Batista. Identidade Étnico-raciais, Infância Afro-brasileira e Práticas Escolares. In: KRAMER et al. Org. **Educação Infantil Enfoques em Diálogos**. 3ª, Campinas: editora Papirus, 2011.

LIMA, Mônica. Aprendendo e ensinando história da África no Brasil: desafios e possibilidades. In: ROCHA. H. A. B.; MAGALHÃES, M. de S.; GONTIJO, R. **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

_____. Educação em territórios afrodescendentes sergipanos. PRED; UFRJ; NEEP. Rio de Janeiro: FGV, 2009

LUIZ, Viviane Marinho. **O Quilombo Ivaporunduva a partir do Enunciado de suas crianças: participação infantil no cotidiano da vida em comunidade**. 190f. 2012. (Mestrado em Educação) -Universidade Metodista de Piracicaba, 2012.

MACÊDO, Dinalva de Jesus Santana. **O currículo escolar e a construção da identidade étnico-racial da criança e do adolescente quilombola: um olhar reflexivo sobre a auto estima**. 300f. 2008. (Dissertação/mestrado) - Salvador/BA, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

- MEKSENAS, Paulo. **Sociologia**. 2. Ed. São Paulo: Calçadense, 1994.
- MOEHLECKE, Sabrina. **Ação Afirmativa: história e debate no Brasil**. Caderno de Pesquisa, n. 117. p. 197-2017. Novembro/ 2002.
- MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire santos de Azevedo. **Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. 2004.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. Ática, 1988.
- MOURA, Clóvis. **O Negro: De bom escravo a mau cidadão?** Rio de Janeiro: Conquista, 1977.
- MOURA, Glória. **Festas dos Quilombos. Brasília**: Universidade de Brasília, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. **Diversidade, Identidade, Etnicidade e Cidadania**. Departamento de Antropologia – USP, 2012. Acesso em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>> Disponível em: 06 abr. 2019.
- MUNANGA, Kabengele. **Identidade, cidadania e democracia. Algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil**. In: SSPINK, Mary Jane Paris (Org.) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.
- NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Paz e Terra, 1984.
- NUNES, Rafael dos Santos. **A Formação e a Educação do Negro pelo Teatro Experimental do Negro (TEN): um estudo a partir das páginas do Jornal Quilombo (1948 – 1950)**. (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.
- OLIVEIRA, Ademar Dias de. **A Representação dos (as) negros (as) no Currículo Pedagógico implantado numa escola localizada em área Remanescente de Quilombo do Vale do Ribeira – SP**. 180f. 2012. (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Carlos, 2012.
- PIAGET, Jean. **Para onde vai à educação?** Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.
- PADILHA, Lúcia Maria de Lima; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Comunidades Quilombolas Brasileiras na Perspectiva da História da Educação: estado da arte**. Projeto financiado pela Fundação Araucária Apoio ao desenvolvimento Científico e Tecnológico. (2012-2013). UEPG. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo_simposio_4_541_lupadilha5@yahoo.com.br.pdf. Acesso: 10 de nov. de 2014.
- PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento humano e as desigualdades étnicas no Brasil: um retrato de final de século**. Proposta nº 86 Setembro/Novembro de 2000.
- _____. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível**. Ilma Passos Alencastro Veiga (org.). 24ª ed. Campinas, SP: Papius, 2008.

PAZ, Fábio Mariano da. **O IDEB e a qualidade da educação no Ensino Fundamental: fundamentos, problemas e primeiras análises comparativas**. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1953/2082>. Acesso em: 19 de nov. de 2015.

REIS, J.J. **Aprender a raça**. Veja. São Paulo. Edição especial: 25 anos. Reflexões para o futuro, 1993.

SÁ, Maria Reneude de. **Alfabetismo e Alfabetização: representação de professoras – alfabetizadoras de camponesas quilombolas jovens e adultas**. 155f. 2012. (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Carlos, 2012.

SANTANA, Edson Carvalho de Souza. **Escolaridade, Festejos, Religiosidade na Constituição de um Quilombo Contemporâneo no Oeste da Bahia**. (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia, 2011.

SANTOS, Edson. In: **Programa brasil quilombola: regularização fundiária e políticas públicas**, 2007. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/arquivos/pbq.pdf>. Acesso em: 18 de jul. 2014.

SANTOS, Glézia Kelly Costa. **As comunidades Quilombolas do Campo em Sergipe e os Desafios da Formação Docente**. (dissertação/mestrado). São Cristóvão/SE: UFS, 2011. . www.comciencia.br. 2002. Acessado em: 28 de out. 2015.

SANTOS, Isabela dos. **O Papel do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Prefeito José Monteiro Sobral e a Identidade Cultural Quilombola da Comunidade Mussuca (Laranjeiras/SE)**. São Cristóvão/SE: UFS, 2013.

SANTOS, Maria José dos. **Trajetória Educacional de Mulheres Quilombolas no Quilombo das Onze Negras do Cabo de Santo Agostinho – PE**. 130f. 2012. (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Carlos, 2012.

SANTOS, Marlene Pereira dos. **Incursão na história e memória da comunidade de quilombo de alto alegre município de horizonte CE**. 120f. 2012. (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário**. Conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, organizado pela uninove: São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_V_coloquio/Conferencia%20Dermeval%20SAVIANI.pdf. Acesso em 22 de jun. 2015.

SAVIANI, Dermeval. **PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise crítica da política do MEC**. Capinas, SP: Autores Associados, 2009.

SILVA, Aline Ferreira da. **O Discurso sobre etnodesenvolvimento quilombola no governo Lula**. (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. 9. Ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009.

SOUSA, Bartolomeu José Ribeiro de. **O Plano de Ações Articuladas (PAR) como instrumento de planejamento da Educação: o que há de novo?** 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0079.pdf>. Acesso: 15 de ago. de 2015.

SILVA, Nelly Monteiro Santos. A historiografia de Maria Thetis Nunes e a educação da infância na província de Sergipe. **V Encontro Nordestino de História e V Encontro Estadual de História**. Universidade Federal de Pernambuco – de 10 a 15 de outubro de 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de Identidade: uma introdução as teorias do currículo**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2003.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. Ed. 18. São Paulo: Cortez, 2011.
TOMPSON, John B. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: vozes, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2010.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo: dos Jesuítas aos anos de 1980**. Campinas, SP. Autores Associados: Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

_____. **trabalho apresentado na IV jornada do HISTEDBR: HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL**, em Maringá, 2004.

ANEXO A - PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**PROJETO: “Educação do Campo e Educação Superior: Uma Análise de Práticas
contra-hegemônicas na formação de profissionais da Educação e das Ciências
Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte”**

**PROPOSTA DO CURSO DE FORMAÇÃO DE EDUCADORAS (ES) NAS
ESCOLAS DA COMUNIDADE QUILOMBOLA MUSSUCA-LARANJEIRAS**

1. JUSTIFICATIVA:

O Grupo de pesquisa “Educação e Movimentos Sociais” articula ações de formação de professores em escolas do campo por meio do projeto do Observatório da Educação, intitulado “Educação do Campo e Educação Superior: Uma Análise de Práticas contra-hegemônicas na formação de profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte”. Nesta fase da pesquisa (2015-2017), o grupo orienta as suas ações para acompanhar o trabalho de egressa dos cursos de Licenciatura no povoado Mussuca, local de origem de egressa.

O trabalho proposto teve origem nas inquietações presentes no estudo monográfico de Isabela Santos, quando a mesma observou a inexistência de um currículo adequado à realidade da comunidade quilombola Mussuca em Laranjeiras-Sergipe. A partir desse estudo e do levantamento de informações junto à comunidade escolar da Mussuca, por parte dos integrantes do Observatório de Educação, criou-se a proposta de realizar a formação de professores das escolas municipais para o período de 2015 à 2016.

Espera-se com a efetivação da formação de professores que as escolas desenvolvam metodologias e conteúdos voltados para a escolarização das crianças e jovens e que contribuam para recuperar a sua identidade étnica racial e no despertar da organização da

vida a partir dos vínculos de pertença à terra, ao trabalho e a cultura em todas as suas dimensões.

Essa proposta de formação se insere nos princípios da Educação do Campo, em se tratando de escolas rurais de uma comunidade que vive extraindo os elementos da terra e das águas para as suas necessidades.

2. OBJETIVO GERAL: Realizar formação continuada com todos os trabalhadores(as) da educação das escolas quilombolas de Laranjeiras.

3. PÚBLICO PARTICIPANTE:

Docentes, trabalhadores da escola não docentes; coordenadores e diretores; equipe da Secretaria Municipal de Educação.

Quantidade de Pessoas: 60 pessoas

Escolas Envolvidas:

Escola Municipal José Monteiro Sobral (36 pessoas)

Escola Municipal Pedro Canuto Bastos/Cedro (15 pessoas)

Escola Rural Povoado Mussuca (estimativa de 4 pessoas)

3. PROGRAMAÇÃO:

Início da Formação: nov/2015 Término da Formação: dez/2016

Local da Formação: Mussuca/Laranjeiras

CARGA HORÁRIA TOTAL: 360 horas (semi-presencial)

3.1. METODOLOGIA:

A formação será desenvolvida a partir de módulos. Cada item do conteúdo será tratado como conteúdo de um módulo de aprendizagem. Ao todo serão 8 módulos com uma carga horária de 45 horas cada. Os módulos ocorrerão presencialmente e 20% destes semipresenciais.

Entende-se por atividade presencial a participação nos seminários e oficinas a serem realizados aos sábados (uma vez por mês), reunião na escola com os colegas para organização das atividades realizadas nos seminários e oficinas; participação em cursos oferecidos pela UFS no próprio espaço de São Cristóvão; Cursos oferecidos no município de Laranjeiras: visitas programadas em escolas de quilombos do estado; desenvolvimento de pesquisa na comunidade e experiências práticas realizadas nas escolas envolvidas.

Na modalidade semipresencial, os participantes realizarão estudos, leituras individuais e em grupo, elaboração de projetos e de atividades e pesquisas.

Importante ressaltar a participação direta da comunidade da Mussuca no processo de formação dos educadores. Existem dois grupos formados pela comunidade para apoiar as ações da formação nas escolas. Um dos grupos está responsável em desenvolver uma

pesquisa sobre as questões étnico raciais da Mussuca e espera-se que até o início do ano de 2016 essa pesquisa possa contribuir com os educadores, participando diretamente da formação: os conhecimentos e práticas dos mais velhos serão fundamentais para a discussão sobre a identidade étnico racial na Mussuca.

MÓDULOS DE ENSINO:

1. Estudo sobre a África e os processos de colonização em África e no Brasil: subordinações raciais;
2. Formação Social Brasileira a partir dos estudos étnicos raciais;
3. As questões étnicas raciais na educação brasileira (acesso à educação, níveis de escolaridade, legislação; Políticas e Programas voltados para os quilombos);
4. Como vivem os negros no Brasil hoje: denúncias, demandas e possibilidades: Política de Comunicação e as questões raciais;
5. Formação social em Sergipe: O quilombo como território de resistência em Sergipe.
6. A formação do Quilombo da Mussuca (origem e organização)
7. Aspectos Socioeconômicos e Culturais na formação do quilombo Mussuca: Problemática da realidade
8. Pesquisa por área de conhecimento a partir da problematização da realidade na construção do currículo escolar (trabalho por áreas e organização de práticas curriculares)
9. Seminário de Avaliação, Socialização das Atividades, Publicações e exposição fotográfica.

3.2. CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES:

MÊS	CONTEÚDO	CH	OBSERVAÇÃO
Novembro	Estudo sobre a África e os processos de colonização no Brasil: subordinações raciais	30	
Dezembro	Formação Social Brasileira a partir dos estudos étnicos raciais	30	
Fevereiro/2016	As questões étnicas raciais na educação brasileira (acesso à educação, níveis de escolaridade, legislação; Políticas e Programas voltadas para os quilombos.	10	
Fevereiro	Como vivem os negros no Brasil hoje: denúncias, demandas e possibilidades. Política de Comunicação e as questões raciais.	10	
Fevereiro	Formação social em Sergipe: O quilombo como	10	

	território de resistência em Sergipe. A formação do Quilombo da Mussuca (origem e organização)		
Março	Aspectos Socioeconômicos e Culturais na formação do quilombo Mussuca: Problemática da realidade	30	
abril à novembro	Pesquisa por área de conhecimento a partir da problematização da realidade na construção do currículo escolar (trabalho por áreas e organização de práticas curriculares)	30	
dezembro/2016	Seminário de Avaliação Socialização das Atividades Publicações e Exposições de Fotografia	30	

4. CONDIÇÕES MATERIAIS:

O QUE	COMO	RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	QUANTIDADE
TRANSPORTE	ARACAJU/MUSSUCA/ARACAJU	PREFEITURA	20 viagens
	LARANJEIRAS/MUSSUCA/LARANJEIRAS	PREFEITURA	20 viagens
ALIMENTAÇÃO	PROFESSORES, TÉCNICOS E EQUIPE DA UFS	PREFEITURA	65 pessoas
PESSOAL	EQUIPE DA UFS (PROFESSORES, ESTUDANTES)	UFS	05
PESSOAL	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	UFS(01) E PREFEITURA (01)	02
MATERIAL DIDÁTICO E DE CONSUMO	MATERIAL: PAPEL OFÍCIO, CANETAS, GRAFITE, MATERIAL DE PAPELARIA EM GERAL	PREFEITURA	a depender da disponibilidade da secretaria de educação do município
SERVIÇOS DE REPROGRAFIA	CÓPIAS DE TEXTOS, APOSTILAS E MATERIAIS DIDÁTICOS ELABORADOS PELOS PROFESSORES E TÉCNICOS	PREFEITURA	APROXIMADAMENTE 12 MIL CÓPIAS. (200 POR PESSOA).
EQUIPAMENTOS	DATA SHOW, COMPUTADOR, GRAVADOR, FILMADORA	UFS	04

5. BIBLIOGRAFIA

GUIMARAES, Antônio Sèrgio Alfredo Guimarães. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. Revista Brasileira de Ciencias Sociais. Volume 14. N. 39.

São Paulo, 1999. Extraído do sitio: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091999000100006&script=sci_arttex.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. Extraído do sítio <http://www.usp.br/revistausp/53/12-giralda.pdf>

OBS: Outras referências a acrescentar.

ANEXO B - QUESTIONÁRIO DO PROJETO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**QUESTIONÁRIO ELABORADO PELA EQUIPE DO PROJETO
OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO DA UFS**

OBJETIVO: conhecer um pouco do cotidiano dos profissionais da área de educação da Escola Municipal Prefeito José Monteiro Sobral

IDENTIFICAÇÃO

NOME: _____

Idade: Entre 20 a 30 anos () 31 e 40 anos () entre 41 e 50 () entre 51 e 60 ()

Mais de 61 ()

Profissão: _____ quanto tempo atua na área? _____

Quanto tempo trabalha na escola? _____

Concursado () contrato temporário ()

Formação: _____

Local de residência: Mussuca () Cidade de Laranjeiras () Aracaju ()

TRABALHO

Existe planejamento que orienta seu trabalho? Em caso positivo explique como é construído.

O que considera ser mais importante no seu trabalho (Professor, serviços gerais...)

Você trabalha com quais objetivos?

Você se considera um (a) educador (a)?

Ao trabalhar em uma escola no quilombo, o que você considera mais importante da sua atividade?

Qual a relação do seu trabalho com a cultura da comunidade?

Como é sua relação com as famílias dos estudantes?

O que da cultura da comunidade você trabalha na escola?

Você já fez algum curso para trabalhar com a cultura africana? Se sim, qual (is)?

O que você acha mais importante de conhecer para trabalhar em uma comunidade quilombola?

Quais materiais são disponibilizados para o seu trabalho? Eles são suficientes e adequados?

Por quê?

Quais os conhecimentos que você considera importante para trabalhar em uma escola de quilombo?

Usa alguma tecnologia para desenvolver seu trabalho/ Em caso positivo, diga quais.

PARTICIPAÇÃO NA COMUNIDADE

O que é ser quilombola para você?

Você conhece a história da Mussuca? O que sabe sobre ela e como conheceu?

Você participa de algum grupo na Mussuca? Em caso positivo diga qual e o que desenvolve.

Já participou de alguma manifestação cultural na comunidade? Qual (is)?

Em que situação os grupos culturais da Mussuca participa das atividades da escola?

ANEXO C - AVALIAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO DOS EDUCADORES DA MUSSUCA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Avaliação do Curso de Formação dos Educadores da Comunidade Mussuca realizada pelo Projeto do Observatório em Educação – UFS.

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:

☐ **DOCENTE**

☐ **NÃO DOCENTE**

1. O que você aprendeu na primeira oficina realizada em 28/11/2015, cujo tema foi: Estudos sobre a África e os processos de colonização no Brasil: subordinações raciais; e na segunda oficina realizada em 12/12/2015, cujo tema foi: formação social brasileira a partir dos estudos **étnico-raciais**?

2. Como você avalia o curso até o momento?

ANEXO D -ENTREVISTA REALIZADA COM UMA FAMÍLIA QUILOMBOLA

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ENTREVISTA

**O UNIVERSO SOCIOECONÔMICO DA COMUNIDADE MUSSUCA
IDENTIFICAÇÃO:**

NOME:

SEXO: () FEMININO

() MASCULINO

-
1. De onde vem a renda da família?
 2. Quantas pessoas moram na casa? Todos trabalham? De que trabalham?
 3. Existe na comunidade associações? Em que elas contribuem para o desenvolvimento da comunidade?
 4. Na Mussuca existe algum programa de desenvolvimento solidário do governo direcionados aos moradores de áreas rurais quilombolas?
 5. Existe na comunidade algum projeto direcionado aos Jovens?
 6. Os jovens da comunidade trabalham? Se sim, em que?
 7. Quais as atividades econômicas desenvolvidas na comunidade?
 8. A pecuária e a agricultura é a principal atividade desenvolvida pelos moradores da comunidade?
 9. A sua família trabalha com a agricultura e com a pecuária?
 10. O que vocês plantam e o que criam? Comercializam?
 11. Qual o lugar onde vocês fazem suas plantações e criam seus animais?
 12. As atividades econômicas desenvolvidas no campo por vocês trazem algum impacto negativo à natureza?
 13. Quais são as ferramentas agrícolas utilizadas para o trabalho no campo?

14. Os moradores da Mussuca costumam plantar horta e pomar nos quintais?
Comercializam ou é só para o consumo da família?
15. Quais são as fazendas instaladas na Mussuca e o que elas exploram das suas terras?
16. Durante o processo de produção agrícola usa algum tipo de agrotóxico?
17. A comunidade tem abastecimento de água encanada?
18. A FAFEN (indústria de fertilizante) e a Votorantim (indústria de cimento) instaladas no município de Laranjeiras contribuem de alguma positivamente com a comunidade? Essas fábricas poluem a comunidade onde vocês vivem?

ANEXO E - PRIMEIRO CONTATO NA COMUNIDADE



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

RELATÓRIO: Primeiro contato na Comunidade Mussuca – 25/01/2015

No dia vinte e cinco de janeiro de 2015, estive na Comunidade Quilombola Mussuca, em Laranjeiras. Foi meu primeiro contato com o campo da pesquisa. Acompanhada de Isabela (quilombola) e Leandro - ambos integrantes do núcleo de pesquisa (NETE).

O objetivo era o de conhecer aquele lugar partindo do olhar silencioso e atento para as coisas que via. Assim, na parte da manhã visitei todas as ruas da Mussuca e fui buscando elemento que fizesse lembrar da cultura dos negros e seu modo de viver. Vi grandes quintais com plantações e animais; onde as famílias trabalham para o próprio sustento. Também vi igrejas, terreiros, fazenda, escolas e negros. Passamos na estrada por onde chega ao engenho Ilha. Vimos também à fazenda Pilar, onde se encontra uma chaminé da época em que ainda vigorava o sistema escravocrata.

Na volta, passamos na casa de **Eupídio**. Avô de Isabela, um senhor de mais de 90, e conhecedor de muitas histórias da comunidade. Na oportunidade, nos falou de suas histórias, vaidade, participação no grupo São Gonçalo, do qual sua esposa falecida há poucos meses, adorava dançar e brincar. Falou de sua estada no Saveiro, empresa de embarcações que carregava da região até Aracaju cargas de produtos a serem vendidos na capital.

Seu Eupídio, animado e conversador disse que as viagens que ele fazia o permitia arrumar umas namoradinhas aqui e acolá (Eupídio ao contar ria muito). Mas, também falou em nunca ter pensado em largar sua esposa, da qual tinha muito apreço e amor.

À tarde, estive na casa dos pais de Isabela. A visita me fez conhecer um pouco da história desta família. A conversa aconteceu no quintal da casa, na hora do almoço. Reunidos

entre pais, filhos, neto, nora; moradores da mesma casa ou na casa vizinha. O terreno é de todos, para cada filho que constituir família se constrói uma casa vizinha.

Embora o pai de Isabela tenha trabalhado muitos anos em empresa imobiliária para complementar o sustento da família, nunca deixou de lado seu prazer de trabalhar com a terra. Essa prática tem sido repassada para a nova geração. Pois, seu neto de menos de dois anos faz questão de ir trabalhar com seu avô todos os dias, no quintal da casa.

No final da tarde, de volta a Aracaju com um sentimento de que o nosso projeto de pesquisa naquela comunidade seria de grande valia.

**ANEXO F - RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO (REUNIÃO DO
DIA 04/04/2015)**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

RELATORIA REUNIÃO DIA 14/04/15

A professora Sônia Meire iniciou situando sobre a pauta que conduziria a reunião:

- ✓ Apresentar os projetos em execução pelo NETE, falando dos prazos, e objetivos dos mesmos.
- ✓ Necessidade de o grupo pensar em como atuar em cada projeto
- ✓ Necessidade de estudos para fortalecer a ação do grupo nos projetos e nas pesquisas individuais
- ✓ Horário de funcionamento do NETE
- ✓ Programação de eventos
- ✓ Traçar planos de trabalho

Projetos em execução pelo NETE

PROJETOS DE EXTENSÃO:

- ✓ **OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO** (financiado pela CAPES) – está no quarto ano de execução e segunda concorrência – tem como objetivo fortalecer a pós-graduação e a linha de pesquisa em Educação do Campo. Oferta bolsas para estudantes da graduação e da pós-graduação.

Desenvolver pesquisa na Mussuca- 1ª ida 22/04 à tarde- Encontro com os professores – apresentar o projeto. O projeto iniciará com duas reuniões mensais com os professores e depois passará para um encontro mensal.

O projeto de atuação inicial será produzido por Pedro, Danielle e Isabela.

ATIVIDADES DE ENSINO

Encontros do grupo para estudo de textos sobre política pública, cultura e formação de professores - quinzenal (alternar terça e quinta-feira)

28/04 – apresentação dos projetos de pesquisa (quinze minutos para cada trabalho) e sugestões de leitura sobre política pública, cultura e formação de professores

14/05 – conceito de cultura – capítulo do Livro Ideologia e cultura moderna – John *Thompson* - apresentação - Danielle

26/05 - conceito de cultura

11/06 – a definir

07/07 – a definir

23/07 - a definir

Observação: A professora Sônia Meire chama a atenção para atuarmos na luta da classe trabalhadora e discutirmos as condições da educação.

Estiveram presentes: Professora Sonia Meire, Professora Marilene Santos, Magaly, Wesleyne, Pedro Alexandre, Izabella, Evah, Conceição, Sérgio, Gedson, Danielle.

ANEXO G - RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO – REUNIÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DA MUSSUCA EM 29/04/2015



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

RELATÓRIA: Reunião na escola da Mussuca em 29/04/15

Neste dia, 29 de abril de 2015 os integrantes do Grupo de Pesquisa se reuniram nos turnos matutino e vespertino em uma escola de ensino fundamental (até o 9º ano); localizada no Quilombo Mussuca em Laranjeiras/SE, para discutir a proposta de formação a ser construída com os membros da escola, comunidade e secretaria da educação do município.

É importante destacar que todos os membros aceitaram a fazer a formação mensal. Com a aceitação da proposta ficamos de organizar um questionário com intuito de levantar dados sobre a realidade da escola. Marcamos os dias de aplicação dos questionários.

Encaminhamentos

Isabela vai articular com as pessoas da comunidade uma reunião com o objetivando que a comunidade expresse sua opinião e se manifeste sobre a construção do processo formativo da escola.

Observação: o ideal é que a reunião com a comunidade ocorra na próxima quarta-feira às 19 horas, na Associação do Desenvolvimento Comunitário do Quilombo Mussuca.

ANEXO H - RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO - REUNIÃO DO DIA 31/07/2015



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RELATÓRIO DA REUNIÃO DIA 31/07/2015

Na reunião do dia 30 de julho de 2015, discutiu-se os encaminhamentos necessários para o retorno às escolas da Mussuca em Laranjeiras-SE, foi enfatizado que para a construção das oficinas é necessário que os membros envolvidos no projeto estudem sobre a Mussuca e vejam quais projetos serão desenvolvidos na região, além disso é indispensável um aprofundamento sobre a cultura. Como indicação para leitura ficou o trabalho de Frank Marcon e o de Jaqueline Gomes, além disso, o estudante Pedro Alexandre ficou responsável por encaminhar até o dia 31 de julho de 2015 a relação com os demais livros.

A professora Sônia Meire ficou responsável, por elaborar um Power Point contendo uma síntese dos dados coletados nas escolas através de entrevistas semi-estruturadas, para que o mesmo seja apresentado aos membros da escola.

Isabela ficou responsável por marcar entre os dias 3 e 8 de agosto uma reunião com os professores, em seguida marcar o cronograma das oficinas, ademais ficou com a responsabilidade de selecionar uma pessoa da comunidade para falar sobre a mesma. Vale destacar que todo trabalho desenvolvido na escola deverá ser filmado, gravado e fotografado.

Além disso, ficou marcado para a próxima quinta e sexta (6 e 7 de agosto) a formação geral sobre a Mussuca. Isabela e Pedro serão os ministrantes e os demais membros os debatedores.

Cronograma

- 31 de julho encaminhamento da relação dos livros

- 03 a 08 de agosto marcar reunião com os professores
- 06 e 07 de agosto, reunião no NETE para a formação geral sobre a Mussuca, os ministrantes serão Isabela e Bela e os debatedores todos do grupo.

Observação:

As próximas reuniões ocorrerão todas as quintas e sextas das 9 as 12.

Estiveram presentes nesta reunião:

Sonia Meire Santos Azevedo de Jesus

Jailda Evangelista do N. Carvalho

Weslany Aristides dos Santos

Layse Glória Lima Santos

Isabela dos Santos

Pedro Alexandre de O. Santos

Daniela Lima Silva

Matheus Coutinho Pacheco.

FIGURA



ANEXO I – RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO – REUNIÃO DO DIA 06/08/2015

A reunião começou com a apresentação do texto de Kabengele Munanga, intitulado “diversidade, identidade, etnicidade e cidadania”, Por Danielle (Dani). Ela começou pela apresentação do autor, origem, particularidades sobre a cultura do Congo (lugar onde nasceu e viveu o referido autor), sobre seus estudos no Brasil e sua importância como intelectual e militante que estudou a história e a cultura do continente africano e afrodescendente. Referência, segundo Dani utilizada por Pedro Alexandre para a escolha do autor/texto para subsidiar o estudo do grupo para a formação na Mussuca. Dani seguiu falando da cultura africana e da importância de a escola discutir as questões relativas à etnia, a identidade, a diversidade e a cidadania numa perspectiva multicultural, seguindo com os pontos e conceitos principais do texto, intercalando com questionamentos a Belinha afirmou que alguns não se reconhecem. Momento oportuno para Magaly falar de sua participação de reunião em alguns quilombos e que parte não se reconhecia como quilombola, resposta justificada por Magaly pelos preconceitos enfrentados historicamente. A professora Marilene falou da importância do grupo se preparar para compreender a questão da identidade, a especificidade da cultura africana e quilombola para ter o cuidado de não perpetuar a hierarquização as culturas. Sugere como leitura os textos de Peter McLaren, como o Multiculturalismo Revolucionário, o Multiculturalismo crítico e a vida nas escolas: teoria e prática. Dani reconhece a fragilização do grupo a respeito da temática por estar no processo inicial de formação. A professora Sônia Meire fala da importância política do reconhecimento étnico-racial e sexistas apontados no texto e fala da política que atravessa as comunidades e os movimentos e da importância de se reconhecer as condições materiais das comunidades, especificamente da Mussuca para se construir estratégias que contribuam com a formação, a preparação e a resistência dos que lá habitam. Prossegue dizendo que sendo a escola referenciada na cultura, no modo de organização da comunidade, na história das resistências, das conquistas, a questão do trabalho, da socioterritorialização são elementos da formação. A comunidade deverá envolver e gerir a formação em defesa do território. Emerge desse processo a cidadania como perspectiva de luta, de conhecimento e reconhecimento de suas raízes. A professora Sônia continua dizendo que a comunidade precisa conhecer e fazer a sua leitura a respeito do estudo/relatório antropológico realizado possivelmente pelos técnicos da UFS e da Lei aprovada em 2015 que dá acesso e poderes a qualquer pessoa, pesquisador a explorar os recursos e o trabalho da comunidade e sugere ao

grupo a leitura de Florestan Fernandes sobre folclorização para aprofundar na discussão. Evanilson chama a atenção para horizontalização do conhecimento na formação, não devemos chegar como se o conhecimento fosse nosso, do grupo NETE/UFS. É importante destacar que a professora Sônia Meire, solicitou que fosse feito um levantamento de trabalhos, que discutam ou estão relacionados com a temática de estudo proposta, para que o grupo consiga ter clareza dos conceitos de diversidade, identidade, etnicidade. Cabe frisar que a discussão desses trabalhos ocorreria às sextas-feiras.

Cronograma e indicações de estudo

Dia 19/08 (às 18h) conferência com Ricardo Antunes na UFS – III Encontro Nacional do GPECT com a temática “As (ir)racionalidades do capital nos tempos e espaço de barbárie”. Inscrição no site www.engect.wordpress.com (A professora Sônia Meire recomenda a participação do grupo e de seus orientandos no evento).

Dia 21/08 (à noite) - reunião com a comunidade Mussuca para apresentar a perspectiva de trabalho do NETE.

Dia 27/08 (o dia todo) – Trabalho do NETE na Mussuca para apresentar os resultados da pesquisa a comunidade da escola.

Dia 28/08 (manhã) Discussão do 1º, 2º, 3º, 4º capítulo do livro “Economia Política: uma introdução crítica”, de José Paulo Netto e Marcelo Braz. O restante do livro será apresentado noutro momento a ser definido posteriormente.

Leituras complementares indicadas por Sônia Meire:

Ideologia Alemã.

Estiveram presentes: Professora Sônia Meire, Professora marilene, Magaly, Weslyne, Isabela, Evah, Danielle, Mateus, Jailda e Evanilson.

ANEXO J – RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO – REUNIÃO DO DIA 10/09/2015



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

RELATORIA DA REUNIÃO DIA 10/09/2015

Essa reunião estava prevista para o dia 27/08/2015, porém houve uma reforma na escola, por tal motivo a reunião teve que ocorrer no dia 10/09/2015. Nesse dia os integrantes do grupo de pesquisa se reuniram com os membros da escola no período matutino e vespertino para discorrer sobre a opinião dos moradores de interligar a comunidade- escola e secretaria da educação no projeto de formação.

No início da reunião os membros presentes (Integrantes do grupo de pesquisa, professores e servidores) se apresentaram, em seguida a Professora Sônia Meire discorreu sobre a perspectiva da formação: trabalhar com elementos do contexto escolar.

Em seguida a Professora Sônia apresentou os dados coletados e tabulados pelos integrantes do grupo de pesquisa, durante a apresentação algumas pessoas pontuaram a necessidade de corrigir alguns dados deste slide. Segundo as pessoas a escola contém atualmente 7 funcionários efetivos na função de serviços gerais, 19 docentes, sendo que 1 professora contratada, 2 professoras na sala de leitura, 1 pedagoga supervisora, 1 professor diretor, 1 professor secretário e 1 professor coordenador, além disso, a escola estava com 2 merendeiras efetivas e uma terceirizada.

No tocante ao programa mais educação salientaram na reunião que há 5 monitoras que abrangem os campos do conhecimento (matemática, português, capoeira, música e esporte). Destes monitores 02 são da comunidade, 02 de laranjeiras e 1 de Aracaju.

Vale frisar que a escola não tem sala de leitura, porém existem duas professoras que estavam responsáveis por essas, os membros presentes enfatizaram que é porque essas professoras dão suporte na secretaria.

No final da reunião algumas professoras deram um depoimento sobre sofrer preconceito por ensinar em tal localidade, as mesmas também destacaram que não se arrependem de trabalhar na Mussuca, pois diferente do que a mídia apresenta esse é um local calmo.

No período da tarde a reunião ocorreu com os membros da escola que não podiam estar presentes no período matutino. Deste modo, na reunião também houve a apresentação dos dados coletados pelo grupo, a professora Sônia Meire destacou que no período da manhã alguns membros enfatizaram a correção de alguns dados, então à professora apresentou os dados do slide e no local que era para sofrer alteração ela já citou. No final da reunião o grupo fechou o dia da primeira formação.

ANEXO L - RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO – REUNIÃO COM A COMUNIDADE ESCOLAR EM 19/09/2015



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

REGISTRO: Mussuca – Reunião com a comunidade escolar em 19/09/15

No dia 19 de setembro de 2015 foi realizada uma reunião com a comunidade escolar, da Escola Municipal José Monteiro Sobral, localizada na comunidade Quilombola Mussuca, Laranjeiras/SE. Como objetivo: Discutir a Proposta para o Projeto de Formação Continuada de Professores.

A reunião teve início aproximadamente às 9:00 horas e 15 minutos com apresentação da professora Dr^a Sônia Meire, seguido de componentes da comunidade, equipe escolar, representante da Secretaria de Educação do município e pesquisadores do Grupo de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais (GPMS), da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Durante a reunião contamos com a presença de dezoito (18) pessoas, sendo oito (08) membros da Escola Municipal José Monteiro Sobral; uma (01) representante da Secretaria da Educação do município; o diretor da escola Estadual e também professor da escola municipal; um (01) secretário da escola estadual, a presidente da comunidade quilombola Mussuca e seis (06) representantes do (GPMS).

Após apresentação dos integrantes a professora Dr^a Sônia Meire retoma a fala, com a discussão do objetivo da Proposta do Projeto de Formação Continuada dos Professores e sua metodologia. Também relatou como foi sua conversa com o Secretário de Educação do município, ocorrida no dia 18 de setembro do corrente mês. E diz que a Professora Dr^a. Marilene, também já vem desenvolvendo este projeto em Lagarto. E que o Projeto do Observatório tem como objetivo financiar meio de bolsas para estudantes pesquisadores com intuito de desenvolver práticas de pesquisas na área da Educação do Campo. Ainda ressaltou sobre o que será feito. Não estava cobrando nada pelo projeto, mas que estava

pedindo uma colaboração e que nós da UFS, ia ver se fazia um projeto com os professores através do Governo Federal para fazer uma especialização. Vagas para a comunidade, além dos professores, envolver todos os trabalhadores de todas as escolas. Dificuldades que foram colocadas para a equipe técnica se poderiam colocar um transporte. Também sugerimos que poderíamos ver se conseguia um transporte pela Universidade, para trazer os professores de Aracaju. Porque o projeto do Observatório só trabalha com bolsas. A alimentação para o curso de formação, o diretor da escola sugeriu a merenda escolar.

Já a sugestão da professora Dr^a Sônia Meire foi verificar quais as licitações que tem na prefeitura para eventos, para que ela possa nos fornece a alimentação, no intuito que a formação/ especialização ocorra, possivelmente, aos sábados, pelos dois turnos (manhã/tarde).

O Secretário pediu que mandasse tudo por escrito até porque não tem o financiamento direto pela Secretaria de Educação. A professora Dr^a Sônia, também fala do suposto convênio entre Prefeitura e Universidade até porque se ocorrer alguma coisa com alguém durante a viagem quem vai se responsabilizar, sugerindo a possibilidade de fazer um seguro para os estudantes e durante o deslocamento para a realização do Projeto de Formação (Mussuca).

O Objetivo: realizar Formação Continuada com Todos os Trabalhadores da Educação das Escolas de Quilombos da Cidade de Laranjeiras. O projeto estará sendo destinado para todas as escolas da Mussuca.

O foco maior da reunião é justamente discutir a forma de planejamento para podermos dar início à formação continuada dos professores. Contudo, ficou previamente confirmado um retorno para a Mussuca, no dia 02 de outubro do corrente ano.

Diante disso, a Professora Dr^a Sônia Meire, realizou uma apresentação geral da proposta do Curso, sendo este, objetivado a realizar formação continuada com todos os trabalhadores da educação das escolas quilombolas de Laranjeiras, no Povoado Mussuca; com carga horária de 12 meses, 8 horas por encontro. Com início da formação a partir de outubro/ 2015 e término em novembro/ 2016.

O local de formação: Mussuca/ Laranjeiras/SE, tendo como estimativa a quantidade de 55 pessoas envolvidas. As escolas envolvidas no projeto são: Escola Municipal José Monteiro Sobral (36 pessoas com duas terceirizadas), a Escola Municipal Pedro Canuto Bastos do Povoado Cedro (14 pessoas) e a Escola Rural Povoado Mussuca (14 pessoas).

O conteúdo da proposta foi discutido para conter os seguintes estudos, durante os meses abaixo citados.

- Outubro/ 2015

Estudo sobre a África e os processos de colonização no Brasil, subordinação racial. (CH: 18h, 10h individual + 8h presencial).

- Novembro/ 2015

Formação Social Brasileira a partir dos estudos étnicos raciais. (CH: 18h).

- Dezembro/ 2015

Formação Social Brasileira a partir dos estudos étnicos raciais; discutir o conceito de colonização; o conceito de trabalho; a Exploração pelo trabalho; o processo de capitalismo; Processo de formação social, e de educação. Através de vídeos, palestras, discussões e criação de oficinas, para que a gente transformar esses elementos em materiais didáticos. (CH: 18h).

- Fevereiro/ 2016

As questões étnicas raciais na educação brasileira. (acesso à permanência, níveis de escolaridade, legislação, políticas e programas voltadas para os quilombos). Interação com a comunidade (CH: 10h);

Como vivem os negros e como são tratados os negros no Brasil até os dias de hoje: denúncias, demandas e possibilidades; Política de comunicação e as questões raciais, como a realidade negra é tratada pelos meios de comunicação (CH: 10h).

Formação social em Sergipe (CH: 20h).

Convidar Tereza para palestrar, conhecer outros quilombos e o processo de formação desses quilombos em Sergipe. Para então discutir o que iremos fazer com os nossos alunos no currículo escolar.

- Março/2016

Estudar a formação da comunidade, problematizar e apresentar os resultados da realidade dos problemas sistematizar por meio de uma análise. Levantamentos, questionamentos, sistematização das possíveis soluções e aplicação. (CH: 18h).

- De Março à Outubro/ 2016

Pesquisa por área de conhecimento a partir da problematização; construir um currículo com a comunidade de forma interligada por área de conhecimento a partir a realidade desses sujeitos. Porque tem coisa que a pessoa pode desenvolver como um conhecimento que pode vir para o currículo da escola. O currículo para ter vida precisa de tudo isso:

Discutir a identidade étnico-racial; O trabalho; discutir sobre coletividade e trabalhar a juventude e conscientizar que ela precisa crescer. (CH: 18h/ mês), ou seja, tudo isso exige um trabalho de formiguinha.

- Novembro/ 2016

Seminário de avaliação, socialização das atividades, envolvimento da comunidade, vídeo, exposições de fotografias, publicações e metodologias para que possamos apresentar a todos. Chamar as Secretarias do Município e do Estado pra que elas possam socializar. Avaliar onde os trabalhadores conseguiram avançar. Chamar os jovens para participar da formação.

No mais, a professora cedeu à palavra para que os demais pudessem falar sobre o que foi apresentado. De modo que viesse a discordar ou dar sua colaboração sobre o que foi exposto.

Jailson, morador da comunidade com formação na área de Geografia, e atuante como estudante de Bacharelado de Direito e Secretário da Escola Rural, elogia o Projeto e toda equipe falando da importância do projeto e sua proporção. E acha que todos têm que abraçar o projeto. Até por que estamos em uma comunidade quilombola. E vê o Projeto como um processo de mudança para a escola apesar das dificuldades que os professores vêm passando com a remuneração e falta de respeito para com os mesmos. Também fala que é algo que nem pode cobrar do povo. Mas que também tem uma preocupação com as questões políticas. Porém a coordenadora do Projeto a professora Dr^a Sônia Meire menciona que não permitirá nenhum envolvimento político durante o processo de formação continuada e que se for preciso será feito um ofício para que não haja nenhum envolvimento dessa natureza durante o desenvolvimento do curso. Segundo Jailson, 99% da comunidade são afrodescendentes e a maioria ainda não se vê nessa condição. Além do mais, é preciso envolver a comunidade e principalmente a Secretaria de Educação e a Prefeitura e colocar na prática. Porém espera que esse processo possa renascer.

Já segundo Edmilson diretor da E. R. P. M e professor da E.M.J.M. S, fala do processo de avaliação dos alunos da escola que existe problemas e que esses problemas só podem ser solucionados com a transformação profunda da mesma. A escola molda muito o aluno e a gente não questiona como aquele aluno pode ser avaliado, e para a instituição esses alunos são taxados no dito popular como “burro”. A escola expulsa o aluno simplesmente pelo método de avaliação e que não observa a qualidade do aluno, o que ele tem de melhor a oferecer. O processo de avaliação continua engajado na escola. No entanto, o método de avaliação tem que partir do princípio da nossa realidade.

Ainda segundo Jailson, fala sobre a questão dos mangues da nossa região e da preocupação com relação à pesca do caranguejo-sá, sobre a importância de se trabalhar mais com os marisqueiros, com a questão do processo de produção e de desova do caranguejo-

fêmea na Associação de pescadores. A Mussuca foi uma das comunidades que teve uma das maiores comercializações de caranguejo da região. Trabalhar com esses ensinamentos desde a pesca até o processo de comercialização, fazendo com que esse conhecimento também possa ser trabalhado na escola para que as crianças e os jovens possam manter-se informados e levar esses conhecimentos também para dentro de suas casas.

Ainda segundo o mesmo, se tratando de comunidade quilombola ele fala também sobre o processo da produção de farinha na comunidade e faz um comparativo com o estado do Maranhão ou até mesmo uma semelhança dos povos de outros países com o nosso. No caso de Gana e do Golfo da Guiné que possuem a mesma cultura tradicional que a nossa; a exemplo da crueira que é a sobra da mandioca.

Segundo a coordenadora Dr^a Sônia Meire diz que: tudo isso tem que ser trabalhado no currículo escolar. Mas que é preciso construir junto para que a escola passe a ter autonomia. Criar estatuto para fortalecer o grupo e a comunidade e estamos dispostos a colaborar com a escola o momento em que ela dizer chega. É preciso construir uma proposta instrumentalmente de fortalecimento para todos que fazem a escola.

No mais ela fala da precarização da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que ao invés de fazer concurso público acaba terceirizando os funcionários. Assim como a educação. Os terceirizados ganham menos, não tem direito ao acidente de trabalho não tem os direitos trabalhistas garantidos. Há exemplo a escola que tem uma professora contratada que está passando por um processo de formação, a qualquer momento, pode sair e vir outro que não tem esse processo de formação e acaba quebrando com o processo de formação.

Renascimento das esperanças para as escolas do povoado;

A Mussuca não vista apenas como um meio de pesquisa, mas como meio para transformação;

Avaliação errônea para com os alunos;

Sentimento de incapacidade pelos alunos;

Desistência dos estudos para o trabalho terceirizado;

Falta de incentivo da escola para com os alunos;

Ausência de respeito com o professor no quesito: condições de trabalho;

Poder da comunidade para as mudanças;

Fortalecimento da comunidade na luta a favor dos trabalhadores.

Em seguida ficou-se pré-definida as possíveis e seguintes datas para que a formação fosse realizada: 2º sábado de cada mês, com os prováveis horários: das 8h30min às 17h.

Concluiu-se então que, todos que participaram da reunião se propuseram previamente a participar da formação.

ANEXO M - RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO – PROGRAMANDO AS AÇÕES NA MUSSUCA EM 27/10/2015



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

RELATORIA: Programando as ações na Mussuca em 27/10/15

O grupo passou o dia estudando e programando as ações a serem realizadas na Mussuca. No primeiro momento da manhã enquanto esperavam a chegada da professora Sonia Meire as discentes optaram por debater o texto: Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos, do autor Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. Este texto está na lista de referências que subsidiará o trabalho na Mussuca, pois, apresenta 8 notas preliminares sobre a questão do racismo, ademais, o autor levanta indagações sobre “como superar o racismo nas sociedades atuais, quando já não se reconhece facilmente um racista?” (..) Como enfrentar (..) um problema que é genericamente desqualificado, como exagero ou manipulação política, e que muitas vezes aparece assim envolto? ”.

Concluído o estudo do texto anterior, a docente já havia chegado e delimitou um tempo onde cada discente iria desenvolver estudos autônomos, que situasse a colonização brasileira e a maneira como os países vão explorar a África, ao fim, desta atividade todos os membros da reunião discutiram sobre os materiais encontrados e iniciaram a programação das ações a serem realizadas na Mussuca. Sendo assim, a organização desta primeira formação ficou definida da seguinte forma abaixo.

Formação na Mussuca	
Falar da África o que lembra?	Neste momento os membros envolvidos na formação irão escrever sobre o que acha da África, a escrita será sucinta e breve tendo em vista que os membros da formação irão discorrer sobre a primeira coisa que te lembra ao ouvir algo sobre esse continente.

Painel	As informações coletadas no momento anterior serão fixadas em um painel, com intuito que ao término das atividades as pessoas reflitam sobre a concepção de África que tinham e que possuem agora. Mudou algo? O que ?
Vídeo	vídeo sobre a história da África
Linha do tempo	Conversa sobre a história da África, nesse momento ocorrerá a apresentação da linha do tempo construída. Como na formação existem professores de história essa linha do tempo poderá ser alterada no momento da formação, com o intuito de acrescentar pontos que os mesmos consideram relevantes para serem discutidos.
Discussão	Sobre a África na idade antiga, o feudalismo e o surgimento da burguesia, o capitalismo e o processo de globalização, o processo de domínio das terras e dos humanos.
Vídeo	Uma viagem à África
Discussão	Novamente será reservado um momento para discussão, com o intuito que os membros da formação reflitam sobre as suas concepções e discorrer se estas se distanciam ou se aproximam das suas concepções.
Linha do tempo	Construção da linha do tempo sobre do Brasil.

A próxima atividade do grupo foi à reorganização do projeto e registro no SIGAA. Está institucionalmente registrado como atividade de Extensão. Em seguida ocorreu a escrita do Folder e reserva de transporte da UFS para garantir a ida da nossa equipe e dos docentes que moram em Aracaju.

Se for possível haverá um debate específico do processo de avanço do capitalismo em países como o Brasil e o que isso significou para a população negra em nosso país. (uma outra linha de tempo será construída só sobre a colonização no Brasil e a sua relação com o continente africano.

Tarefas a fazer

Concluir a sistematização do texto e elaborar o conteúdo da linha de tempo que será trabalhada no dia da formação. (Dani, Isabela, Sonia e Jailda);

Lista de Presença, organização dos materiais para registro das atividades no dia do curso: Layse

Relatórios do que já foi realizado incluindo as fotografias: Weslany e Isabela

Gravação em DVD da coleção história da África para ser entregue às escolas no primeiro dia do curso: Layse

Gravação dos vídeos que serão utilizados no dia da formação: Layse. Os vídeos estão no youtube para todos assistirem antes da formação: História da África por Perneb; A rota do escravo: resistência, liberdade e herança e, o vídeo Uma viagem à África para saber mais sobre a história da escravidão.

Segue em anexo o folder e o projeto. Ainda será necessário colocar as referências bibliográficas para ampliar o acervo.

As demais pessoas podem se incorporar naquilo que considerar que pode contribuir mais. Não colocamos os nomes para que cada um possa ficar à vontade para continuar a construção antes, durante e depois.

Sugestão: Trazer os dados da pesquisa e começar a escrever um artigo sobre o que pensa a comunidade escolar sobre a questão étnico racial e o currículo escolar.

ANEXO N – ATA DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO EM 28/11/2015

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

PROJETO: “Educação do Campo e Educação Superior: Uma Análise de Práticas contra hegemônicas na formação de profissionais da Educação e das Ciências Agrárias nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte”.

ATA

Data: 28/11/2015

A formação teve início no turno da manhã com a fala de Isabela sobre a importância do projeto relatando a expectativa de que as demais escolas adentrem ao projeto. Em seguida, houve a apresentação da equipe presente e algumas explicações sobre os impasses que ocorreram para aqueles se não puderam comparecer neste primeiro dia de formação.

A professora Sônia continuou com uma síntese sobre a última reunião que o grupo do NETE teve, relatando a aprovação do curso com carga horária de 360 horas, sendo elas semipresenciais (12 encontros mensais). Esse curso está registrado na universidade e as pessoas participantes também serão registradas para a obtenção dos certificados.

Descreveu-se a solicitação do apoio da secretaria do município com o mínimo de recurso necessário para a execução do curso, contudo foi-nos dito que a secretaria não iria arcar com nada neste ano de 2015. Com isso, foi-se discutido como seria a alimentação do dia referido, ou seja, sobre o almoço.

A posteriori foi pedido que todos avaliassem o conteúdo exposto, a infraestrutura, bem como a metodologia utilizada nessa primeira formação para que as modificações necessárias para a promoção da aprendizagem fossem realizadas. Com isso a professora Sônia continuou sua fala apresentando a metodologia que iríamos apresentar, a qual conteria falas dialogadas, apresentação de slides e vídeos para os posteriores debates, além de exibir como o dia seria organizado, ou seja, inicialmente faríamos a tempestade de ideias, seguida de uma linha do tempo sobre a relação dos países com a África, o surgimento do capitalismo e como a África se posicionou com relação a esse sistema.

Ademais, falou-se sobre o material que seria disponibilizado para toda a comunidade interna e externa à escola e que ao final da tarde seria disponibilizado um tempo para a avaliação do dia.

Iniciamos a formação com a tempestade de ideias, em que todos começaram escrevendo sobre o que entendem quando se fala em África. Todas as ideias foram alocadas em um painel e posteriormente lidas, para que ao final do dia poder comparar e debater sobre elas. Posteriormente foi passado um vídeo sobre a história da África. Esse vídeo apresentou a noção de África como uma área sem importância, isolada dos demais países do Oriente até a chegada dos portugueses para raptá-los e lavá-los para o ocidente. O povo africano foi apresentado como os primeiros a surgirem no planeta (povoá-lo).

Um fato interessante que foi debatido posteriormente foi que o Egito sempre foi visto como um assunto separado do continente Africano e que na verdade o Egito se encontra neste continente e que deveria ser visto junto com a história da África. Os espaços de expansão ao Norte da África que possibilitou a exploração de suas riquezas.

Após o vídeo foi apresentada a linha do tempo detalhando a África como o berço da humanidade, foi mostrado o mapa do continente, bem como sua formação geológica e suas reservas naturais localizadas ao Norte. Além disso, foi apresentada a Origem da humanidade, a evolução da espécie humana, as semelhanças nas características durante toda a história, a evolução da inteligibilidade, e os tempos da história. Em seguida foi passado 15 min de um filme sobre todo o conteúdo que foi explanado para sua exemplificação. Depois do vídeo a professora Sônia retomou a fala relatando a ideia geral sobre o capitalismo e como ele contribuiu para a proliferação do escravismo e do pensamento racista e assim encerrando as falas do período da manhã.

No período da tarde, retomamos a discussão esplanada pela manhã. Conversamos sobre o currículo de maneira breve para relatar a importância da formação a fim de quem provocasse o debate. Intercalando-se com as falas foi explicando a lei para o ensino sobre o continente africano. Após as falas apresentamos um vídeo de negros falando sobre sua própria história e em seguida retomamos as discussões. Foi-se falado que a história da África apresentada por nós parecia ser a história de um outro continente diferente daquele visto nos livros didáticos, sobre a relação da temática com a comunidade, a necessidade de mais pesquisas, o preconceito, o reconhecimento dessa história pelo próprio povo, a desconstrução da ideia já construída, o povo não conhecendo sua própria história, e assim relacionaram essa temática com a comunidade Mussuca, com essas discussões encerramos o dia da 1ª formação.

ANEXO O - RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO (07/12/2015)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

RELATORIA DO DIA 07/12/2015

PAUTA: organização e planejamento para a 2ª formação dos educadores do povo do povoado Mussuca

INÍCIO E TÉRMINO DA REUNIÃO: das 15:00 às 18:00h.

PRIMEIRO MOMENTO: roda de conversa para avaliar o primeiro módulo de formação dos educadores, realizado no dia 28/11/15.

SEGUNDO MOMENTO: sugestões da literatura a ser discutida na formação do dia 12/12/15. Temática: Formação Social Brasileira a partir dos estudos étnicos raciais.

TERCEIRO MOMENTO: foi dividido em duas etapas.

- ✓ Pesquisar obras relacionadas ao tema na biblioteca da UFS: tarefa realizada por Danielle, Isabela, Layse, Matheus.
- ✓ Pesquisa de artigo na internet: tarefa realizada por Sônia Meire e Pedro Alexandre.

QUARTO MOMENTO: análise dos livros selecionados na biblioteca.

- ✓ Livro selecionado: Sociologia do Negro Brasileiro de autoria de Clovis Moura;
- ✓ E os artigos selecionados na internet (Sônia Meire enviou para os e-mails dos integrantes da equipe).

QUINTO MOMENTO: divisão de tarefas para o dia da formação.

- ✓ Danielle, Isabela: discutirão a primeira parte do livro (turno da manhã).
- ✓ Sonia Meire, Weslaine, Layse, Matheus (turno da tarde). Matheus vai apontar os processos contra-hegemônico no Brasil, situando-os historicamente.

ANEXO P - RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO: SEGUNDA FORMAÇÃO DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NO QUILOMBO DA MUSSUCA, EM 12/12/2015



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

RELATÓRIO: Segunda formação de trabalhadores da educação no quilombo da Mussuca, em 12/12/15.

No último dia (12), o Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação (NETE) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), a partir do grupo de Pesquisa Observatório de Educação, coordenado pela professora Dr^a. Sônia Meire, realizou na comunidade Quilombola da Mussuca, no município de Laranjeiras, a segunda etapa de execução do projeto Formação de Educadoras(es) na Escola Municipal Prefeito José Monteiro Sobral.

O projeto visa contribuir com o processo de formação dos professores (as) e demais trabalhadores da educação, que atuam no campo sergipano a partir da História e da Cultura Afro-Brasileira. Nessa perspectiva, o período da manhã foi discutido com os sujeitos presentes, questões ligadas à formação sociocultural da população negra brasileira, a partir do legado teórico construído pelo cientista social Clóvis Moura. No período da tarde, o tema que norteou a formação foi sobre o surgimento da Imprensa Negra no Brasil.

Para Matheus Pacheco, componente do grupo e estudante do curso de Pedagogia da UFS, “os trabalhadores da educação e os moradores da comunidade local estão entusiasmados com o trabalho que estamos desenvolvendo. E esse entusiasmo se reflete em um processo mútuo de formação, pois, ao mesmo tempo que transmitimos conhecimento, também recebemos o mesmo”.

Após as discussões os participantes do projeto reuniram-se em grupos para uma avaliação sobre o que foi produzido no dia, e já apontando a perspectiva de organização do calendário de atividades para o próximo ano, 2016.

Esse momento de formação que estamos passando aqui é ímpar. Agora estamos entendendo as contradições socioeconômicas e raciais que estruturam a sociedade brasileira, e que por sua vez, desencadeia na prática do racismo sofrido historicamente pela população negra. Hoje entendemos que boa parte das técnicas desenvolvidas na agricultura fora desenvolvidas na África e trazidas no período em que o negro foi jogado na condição de escravo. Mas o racismo institucional no Brasil não nos permite tomar conhecimento desses trechos da história. (Afirma professora Aline de Andrade, em 12/12/15).

O projeto desenvolvido na comunidade da Mussuca é realizado pelo Observatório de educação, e conta com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

ANEXO Q - RELATÓRIO DO PROJETO DO OBSERVATÓRIO EM EDUCAÇÃO – O DIA 08 DE MARÇO NA MUSSUCA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL
SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

RELATÓRIO: O dia 08 de Março na Mussuca

Informes:

- Inserção de Daiene ao grupo;
- Apresentação dos componentes do grupo;
- Descrição dos trabalhos do grupo que envolve a Mussuca;
- Descrição do curso de formação com a comunidade escolar e externa;
- Conversa sobre as condições da formação continuada: quantidade de pessoas, posicionamento da prefeitura, quantidade de horas, objetivo da formação (desconstrução da ideologia posta sobre a África, já que a comunidade possui matriz africana), recursos utilizados (slides, debates, produção escrita, documentários, etc.).

Proposta para o dia 08 de Março – realização de oficinas para trabalharmos a importância do dia internacional da mulher, especialmente a mulher negra. Pedro retratou sobre uma proposta de retomar alguns intelectuais negros para o debate como: Carolina de Jesus, Leila Gonçalves, Dandara, entre outras.

Sônia, juntamente com Isabela, realizou reunião no dia 03/03/2016, pela manhã e pela tarde para lançarem a proposta de realização das oficinas no dia 08 de Março.

O que fazer?

- No período da manhã: execução de filmes, produção de desenhos feitos pelas crianças, exposição de fotos e poesias recitadas. (Responsáveis: Sônia, Daiene, Daniele, Matheus, Weslane).
- No período da tarde: Oficina de Turbantes (proposta para ser realizada manhã e tarde), exposição de fotos com as mulheres que marcaram a história negra no Brasil e suas histórias, oficina de poesia e cordel, produção de livretos.

- Posteriormente: Verificar com a comunidade a possibilidade de realização do Sarau no dia 19/03/2016 pela tarde. (Em um sábado, pela manhã realizar-se-á a formação e pela tarde o Sarau).